

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Política Cultural: Uma análise sobre a cultura política do movimento negro em Porto Alegre

KELLY DA SILVA MORAES

Porto Alegre – RS

2012

Política Cultural: Uma análise sobre a cultura política do movimento negro em Porto Alegre

KELLY DA SILVA MORAES

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador:

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos

Porto Alegre – RS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

KELLY DA SILVA MORAES

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 01 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos (PPGS/UFRGS)

(Orientador)

Prof.^a Dr.^a Laura Lopez (UNISINOS)

Prof. Dr. Karl Monsma (PPGS/UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Kunrath da Silva (PPGS/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Acredito que o trabalho acadêmico, apesar de solitário, é o resultado do diálogo e interlocução com vários sujeitos que direta ou indiretamente participam de nossas construções intelectuais. Assim sendo, inicio meus agradecimentos dedicando este trabalho a todos/as ativistas da luta antirracista, em especial aos militantes negros e negras que tem se dedicado a combater o racismo como principal bandeira de luta social. Dedico este trabalho também a todos/as ativistas do movimento negro deste estado, que contribuíram direta e indiretamente para a realização desta dissertação.

Registro um agradecimento especial aos meus pais, Prudencio e Ana Maria, por todo apoio, incentivo e investimento que fizeram na minha educação, desde minha formação pessoal até intelectual o que possibilitou a conclusão desta etapa acadêmica.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. José Carlos dos Anjos, por sua dedicação, profissionalismo e confiança depositada em mim na realização deste trabalho. As orientações, sugestões e discussões que compartilhamos viabilizaram as reflexões suscitadas por este estudo bem como enriqueceram as análises aqui realizadas. Parte do esforço realizado neste trabalho dedico a orientação que tive.

Aos colegas do mestrado com quem ao longo dos anos de 2010 e 2012 pude dialogar e discutir temas e propostas que auxiliaram os caminhos construídos para a realização desta pesquisa. Em especial ao grupo de orientandos do prof. José Carlos, que contribuíram com leituras, sugestões e discussão de propostas teórico-metodológicas que muito auxiliaram a construção deste estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia por seu comprometimento na formação de profissionais capacitados e pelas discussões suscitada e provocadas ao longo do mestrado. Em especial agradeço a Regiane Accorsi, da secretaria do PPGS/UFRGS pelo interesse, profissionalismo e solicitude com que nos atendeu ao longo do mestrado.

Às amigas Laura López, Luanda Sito, Junara Ferreira, Mariana Selister, Tatiana Rodrigues e Ana Paula Metz, com quem tive o prazer de me encontrar nessa caminhada ativista, pelo apoio e enfático incentivo para o início e conclusão do mestrado. Com este grupo compartilhei e compartilho momentos que tem proporcionado amadurecimento político, acadêmico e pessoal, além do laços de amizade que a convivência tem oportunizado. Em especial agradeço a Laura Lopez, pelas indicações e sugestões durante a qualificação que enriqueceram as análises presentes nesta dissertação e a Luanda Sito pela dedicação e solicitude na correção da versão final da dissertação.

Um agradecimento especial aos amigos Carlos Machado e Ugo Edu pela ajuda técnica e revisão do resumo na versão em inglês.

Especialmente agradeço ao Movimento Negro Unificado/RS e Ong Africanamente pelo acolhimento e pela oportunidade de realizar este estudo. Agradeço especialmente aos ativistas: Ubirajara Toledo (Bira), Vera Lopes, Ana Honorato, Antonio Matos, Onir Araujo, Emir Silva, Jairo Pereira, Nina Fola, Mirian Oloriobá, Babdyba de Iemanjá, Contra-mestre Guto Obafemi e Mestre Renato que doaram seu tempo contribuindo com a pesquisa com seus conhecimentos e experiências. Agradeço também a toda família Africanamente pela recepção, ensinamentos, trocas de ideias e convivência que têm enriquecido minha nova caminhada pelas voltas que o mundo dá.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre as relações entre as dimensões política e cultural na cultura política do movimento negro em Porto Alegre, bem como a contínua mobilização e estratégias travadas pelas entidades do movimento social negro através das suas diferentes formas organizativas. O objetivo deste estudo é analisar como são construídas as políticas culturais do movimento negro em Porto Alegre e examinar as estratégias de ação no interior das organizações. O estudo buscou construir uma análise sob uma ótica pós-colonial que contribua para as reflexões sobre as relações entre política e cultura verificando como os movimentos sociais tem ampliado a essa discussão a partir de suas ações. Para isso se construiu uma análise teórico-metodológica interdisciplinar, apoiada em literaturas que analisam a mobilização produzida pelos movimentos sociais latino-americanos. A coleta de dados combinou observação participante, entrevistas e análises de documentos produzidos pelas organizações investigadas a fim de reconstruir as bases em que se apoiam sua cultura política. Sendo assim, buscou-se descrever de forma analítica como a cultura negra e suas diferentes articulações tem contribuído para a luta antirracista promovida pelo movimento negro no Brasil.

Palavras chaves: Movimento negro – antirracismo – cultura negra – cultura política – política cultural.

ABSTRACT

This thesis examines the relationships between the cultural and political dimensions of the black movement political culture in Porto Alegre, as well as the continuous mobilization and strategies performed by black social movement organizations through its various organizational forms. The aim of this study is to analyze how black movement cultural policies are built and to investigate the strategies adopted internally by those organizations. The study has developed an analysis through a postcolonial perspective, contributing to the discussion on the relationship between politics and culture by observing how social movements have expanded such discussion through their actions. For that, a theoretical and methodological analysis supported by interdisciplinary literature shed attention to the movements produced by social movements in Latin-America. Data collection combined participant observation, interviews and analysis of documents produced by the organizations observed in the study to reconstruct the foundations supporting their cultural policies. So, an analytical description of how black culture and its diverse interfaces has contributed to the anti-racist fight, as fought by black movement in Brazil, is presented.

Keywords: Black movement – anti-racism – black culture – political culture – cultural policies.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Estudos sobre movimento negro no Brasil: um breve panorama.....	12
1.2 A construção do problema de pesquisa.....	15
1.3 Referencial Teórico.....	20
1.4 Inserção no campo de pesquisa e construção da metodologia.....	23
2 ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO.....	29
2.1 Cultura como discurso político: Racialização e formação do Movimento Negro Contemporâneo.....	30
2.2 Formação do Movimento Negro Unificado e cultura política.....	35
2.3 Movimento negro contemporâneo em Porto Alegre: Política e cultura negra na organização do movimento na cidade.....	42
2.4 Ativismo negro local: continuidades e particularidades.....	46
3 CULTURALIZAÇÃO DA POLÍTICA: MNU/RS E CULTURA POLÍTICA.....	55
3.1 O MNU e seu projeto político.....	55
3.2 Política cultural: transformações na cultura política do MNU.....	69
3.3 Cultura política e espaços para articulação.....	72
4 POLITIZAÇÃO DA CULTURA: A EXPERIÊNCIA DA ONG AFRICANAMENTE.....	79
4.1 Entidades culturais: politização das práticas.....	79
4.2 Política cultural: Diferentes espaços para articulação e luta política.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS:	99
ANEXOS.....	106
Anexo I Material Impresso do MNU em comemoração aos 27 anos.....	106

Anexo II Folder Africanamente Escola de Capoeira Angola.....	108
Anexo IV Carta aprovada no Seminário “O papel do Estado e as políticas de ações afirmativas” realizado em outubro de 2006.....	112
ANEXO V: Letras de canções recorrentes em eventos do Movimento Negro.....	114
Anexo VI Carta aprovada no Encontro da Frente de luta quilombola, negra e popular em 16 de julho de 2011.....	115
Anexo VII Letra Samba Enredo “Tributo a Paz” de Zilah Machado.....	118
Anexo VIII Cartaz Seminário do MNU/RS Secon 2011.....	119
Anexo IX Composições do I Festival Africanamente de musica de Capoeira Angola.....	120
Anexo X Cartaz e programação do XVIII R'Gongo - “Obìrìn Àgbà” A força da mulher Negra	126

1 INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre as relações entre as dimensões políticas e culturais na cultura política do movimento negro em Porto Alegre, bem como a contínua mobilização e estratégias travadas pelas entidades do movimento social negro através das suas diferentes formas organizativas. O objetivo deste estudo é analisar como são construídas as políticas culturais do movimento negro em Porto Alegre e examinar as estratégias de ação no interior das organizações.

O contexto de lutas empreendidas pelos diferentes movimentos sociais na América Latina (re)significaram e aproximaram os estudos sobre cultura e política e seus significados. Alvarez, Dagnino e Escobar (2001) chamam a atenção para que as Ciências Sociais atentem para a mobilização produzida atualmente pelas diferentes organizações do movimento social.

No Brasil os movimentos negros reconhecem a necessidade “de usar a prática e a produção cultural como princípios organizadores contra a opressão racial e como instrumentos para a construção e exercício de identidades próprias” (HANCHARD, 1996, p.55). Deste modo, análises que investiguem a dimensão política que os sujeitos estão dando àquelas ações e estratégias cotidianas vinculadas à cultura, possibilitam uma compreensão mais ampla acerca das lutas, estratégias políticas e os agentes envolvidos, atribuindo ao movimento negro o protagonismo na luta antirracista e na proposição de políticas que busquem equidade étnicorracial.

Nas últimas décadas os movimentos sociais tem reivindicado ações culturais que tem redefinido conceitos e práticas em suas formas de participação política. O movimento negro é um espaço onde as fronteiras entre o político e o cultural sempre foram fluídas. Neste sentido, é um espaço exemplar para o entendimento de como o entrelaçamento do cultural e do político ocorre na prática, e ainda como os sujeitos das diferentes organizações do movimento negro contemporâneo vêm interferindo no espaço público “ao passo que evidenciam noções e projetos de nação em disputa, percorrendo um espaço identitário que converte exclusão em poder afirmativo, generativo” (LOPEZ, 2009, p.8).

A persistência política do movimento negro contemporâneo nas últimas duas décadas contribuiu para o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da existência do racismo, da discriminação racial e dos consequentes prejuízos à população negra advindos deles (SANTOS, 2005). Neste contexto, observa-se que diferentes entidades do movimento negro engajam-se cada vez mais e atuam em diferentes frentes e ações que buscam efetivar as políticas públicas vinculadas ao combate ao racismo e valorização da história afro-brasileira no país.

O movimento negro no Brasil é o conjunto das diversas formas organizativas que expressam as formas coletivas de protesto negro, tendo como especificidade a questão racial. Entretanto o movimento negro não deve ser compreendido como fragmentado e/ou dividido, pois não há o “mito da unidade como meta” (HERSCHMANN, 2006, p. 193). Com expressões políticas diferenciadas e uma multiplicidade de questões que integram a temática étnicorracial, as várias organizações do movimento negro contemporâneo possuem utopias semelhantes quanto a superação do racismo. A multiplicidade e a diversidade de organizações do movimento negro possibilitou ampliar o campo de atuação deste segmento, que a partir dos anos 1990 obteve avanços importantes à população negra¹.

As variadas expressões políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais têm sido interpretadas por diferentes vertentes bibliográficas, as quais vêm renovando a discussão sobre os movimentos sociais. De um lado, análises que investigam as ações dos movimentos em espaços institucionais, onde eles interpelam de dentro do Estado pela implementação de políticas públicas específicas. Embora essa prática seja interpretada por vezes como cooptação, ela produziu importantes espaços e resultados para os segmentos envolvidos – como a adoção de ações afirmativas. Por outro lado, análises que se concentram na construção de políticas culturais, investigando como os movimentos culturais tem produzido espaços de articulação política. No que diz respeito ao movimento negro, as diferentes expressões políticas não são excludentes nem contraditórias. Tanto as ONGs que tem ações mais específicas a um grupo ou tema – mulheres negras, saúde população negra –, quanto as entidades filiativas com aspirações de transformação social têm ampliado os campos de atuação e espaços de articulação política.

Este estudo busca contribuir para as reflexões sobre o significado do político para os movimentos sociais contemporâneos, motivado tanto pelo contexto de implementação das políticas afirmativas quanto pela contínua mobilização das diferentes entidades do movimento negro em torno da cultura motivam. Ao examinar como o movimento negro em Porto Alegre procura significar suas práticas inserindo-as em um campo de luta política, no marco dos estudos pós-coloniais, tem a finalidade de suprir as lacunas existentes sob esta perspectiva nos trabalhos que versam sobre o tema.

Para isso, o significado do político, neste trabalho, não se vincula à cultura política dominante, ou seja, a construção social em nossa sociedade do que conta como político

¹Um exemplo destes avanços reside nas políticas públicas de saúde voltadas as mulheres negras, como demonstrado no estudo de Cruz et al. que mapeou ONGs da região sul do país que atuam na área da saúde.

(ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000). A leitura ou significado do político segue àquele observado no interior das organizações analisadas, onde o comportamento político é visto como integrante da vida social (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996).

Além disso, a pesquisa buscou analisar as dimensões políticas e culturais das práticas desenvolvidas pelas diferentes organizações do movimento negro examinando em que medida as práticas políticas e culturais estão imbricadas nas estratégias e ações destas organizações na cidade de Porto Alegre. O estudo concentra-se nas ações e contexto das últimas duas décadas (1990 e 2000). No entanto, a fim de compreender a complexidade que envolve as dimensões políticas e culturais para o movimento negro, retornarei as organizações e contexto das décadas anteriores a fim de reconstituir a trajetória desse debate no interior do movimento negro no Brasil.

1.1 Estudos sobre movimento negro no Brasil: um breve panorama

De maneira geral, a maior parte dos estudos sobre movimento negro enfatizam o caráter político de suas ações. Tais estudos podem ser agrupados em duas perspectivas de análise: a primeira presente nos estudos que se debruçaram sobre as organizações do movimento negro no Brasil e a segunda, mais recente, sob perspectiva pós-colonial na América Latina.

A primeira perspectiva de análise sobre movimento negro, o analisa como o conjunto das diferentes organizações envolvidas na luta antirracista e na inclusão social da população negra. São abundantes os estudos que investigam e descrevem as diferentes organizações do movimento negro e suas estratégias para inclusão social da população negra no pós-abolição. As pesquisas sobre as organizações negras, de maneira geral, buscam compreender e analisar ações criadas pelas organizações do movimento negro em diversos períodos de tempo (SILVA, 2008). Essas pesquisas visibilizam personagens, organizações, valores e práticas culturais, historicamente invisibilizadas por nossa sociedade, que funcionaram como estratégias políticas da população negra pelo direito a cidadania.

Ainda sob este enfoque, há os estudos que abordam o movimento negro como organização política contemporânea. Além de inserir o movimento no quadro das lutas pela redemocratização do país e incluí-lo dentro dos movimentos sociais contemporâneos, esses estudos demonstram e analisam as estratégias deste movimento pela inclusão social da população negra bem como pelo desvelamento da história dessa população como ator social e não apenas como mão-de-obra escravizada. Hanchard (2001), sob o conceito gramsciano de hegemonia, constrói a imagem da

democracia racial como hegemonia racial para interpretar o moderno desenvolvimento do movimento negro no Brasil como uma tentativa de construção de uma contra-hegemonia. Buscando entender por que não houve no Brasil um movimento afro-brasileiro contínuo no período subsequente a Segunda Guerra Mundial, o autor usa uma combinação de abordagens da ciência política e antropologia. Entretanto, apesar de apontar a tensão entre política e cultura no interior do movimento, a análise percebe a cultura enquanto uma estratégia política, ou seja, a cultura é um meio para que se obtenha avanços políticos. O estudo de Hanchard (2001) foi alvo de críticas tanto de intelectuais ativistas do movimento negro como demais estudiosos do tema que divergem de sua interpretação (por exemplo, BOURDIEU E WACQUANT, 2002). No entanto, a pesquisa reúne uma provocativa análise sobre os fatores culturais e políticos no desenvolvimento da mobilização racial e integra uma importante bibliografia sobre a organização do movimento negro contemporâneo no país.

Para Cardoso (2001) a emergência do Movimento Negro no final dos anos 1970 foi um salto de qualidade política. Em seu trabalho sobre o Movimento Negro em Belo Horizonte, o autor analisa as ações políticas e culturais do movimento negro como uma estratégia na redefinição da população negra na história e identidade brasileira. As ações do movimento negro são compreendidas como continuidade das ações e lutas do passado, baseando-se na premissa da persistência do racismo. Santos (2005) investiga as relações entre as organizações do movimento negro e o Estado brasileiro durante o processo de preparação para *III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban na África do Sul em 2001. Em sua análise, com enfoque no efeito dessas relações, é possível verificar nas pesquisas a falta de consenso na definição de movimento negro; alguns preferem trabalhar com o título no plural, pois dessa forma traduz-se a pluralidade organizativa e as diferentes orientações políticas presentes (SANTOS, 2005). Em outros estudos (CARDOSO, 2001; GARCIA, 2006; PEREIRA; SILVA, 2006; PEREIRA, 2010), a utilização do termo no singular, Movimento Negro, procura demarcar a especificidade presente nesta organização social.

Recentemente destaco o estudo de Pereira (2010) que traz uma importante contribuição na elaboração de uma história social do movimento negro contemporâneo. Baseado na metodologia da história oral o autor examina aspectos da história do movimento negro e a trajetória de lideranças do movimento que tem se dedicado à luta antirracista. Sua tese fornece importantes subsídios ao reconstruir o percurso do movimento negro no Brasil a partir dos anos 1970, desvelando

articulações locais (entre ativistas das diferentes regiões do país) e internacionais (intelectuais negros estadunidenses) que contribuíram tanto para a formação da militância negra como para a produção de uma cultura política que tem a questão racial como principal pauta de articulação.

As relações entre prática cultural e política, nos estudos mencionados são pouco exploradas. Alguns estudos somente referem-se a elas como um elemento que caracteriza e diferencia as organizações, ou seja, para enfatizar as diferentes estratégias de ação no interior do movimento negro que em determinados momentos cindiram a posição de militantes, como no início dos anos 1980 e 1990. De maneira geral, os estudos apontam que a produção e prática cultural serve a um fim político vinculado, na maioria dos casos, as práticas institucionalizadas. Contudo, são pouco explorados, nestes estudos, as possibilidades e a articulação de amplos espaços de luta política que os movimentos culturais tem produzido. Assim, essa primeira perspectiva apresenta os movimentos negros como uma unidade envolvida na luta antirracista que utiliza a produção e prática cultural para finalidades políticas. Quando se trata da cultura o tema é subsumido a fins políticos. Esses estudos não exploram as tensões entre cultura e política entre as diferentes organizações do movimento negro.

A segunda perspectiva de análise começa a aparecer em trabalhos mais recentes sobre os movimentos sociais latino-americanos. Tais estudos procuram compreender as ações dos movimentos sociais a partir de sua política cultural (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Estes estudos problematizam a complexidade em torno da celebração cultural, analisando como as afirmações de diferenças podem se constituir em formas de se fazer políticas.

Grueso, Rosero e Escobar (2000), analisam como a emergência das comunidades negras no pacífico colombiano entra no debate político intervindo de forma que suas reivindicações sejam expressas na Constituição do país. Junto a isso, enfatizam para o movimento que a articulação com espaços institucionalizados tem produzidos no interior do movimento negro colombiano. O estudo centra-se na participação dos agentes na esfera pública e como uma questão de base étnicorracial conquista espaço no plano institucional – como direitos reconhecidos constitucionalmente.

Lopez (2008) volta-se para o Cone Sul, investigando os percursos e as perspectivas das mobilizações políticas negras contemporâneas frente à implementação das ações afirmativas e políticas de reparações. A tese analisa as transformações de movimentos, militâncias e instituições e a emergência de novos sujeitos políticos que disputam ações afirmativas no quadro geral de amplas ações políticas empreendidas visando reparações históricas.

As tensões entre cultura e política no movimento negro são exploradas por Cunha (2000).

Em estudo sobre os grupos culturais do Rio de Janeiro e Salvador, a autora apresenta como ocorreu a discussão no movimento negro desde a década de 1970 e suas transformações no contexto da instalação da democracia. Analisa também as diferentes formas de lidar com cultura, comunidade, exclusão e diferença no interior dos grupos de caráter cultural que emergiram nos anos 1990.

Essa última perspectiva de análise percebe a celebração cultural dos movimentos negros e minoritários como uma forma de fazer política. No entanto, tal perspectiva corre o risco de analisar todas as práticas culturais dos movimentos minoritários como políticos, enquanto alguns movimentos negros se definem e se reconhecem como eminentemente culturais e demonstram certa descrença na política institucionalizada. É importante destacar que esta perspectiva de análise emerge no contexto dos anos 1990, baseada nas práticas desenvolvidas pelos próprios movimentos sociais. Assim se verifica a importância da produção teórica produzida no interior dos movimentos e seu diálogo com a produção científica e acadêmica.

Desse modo, apoiada na diversidade de trabalhos e abordagens sobre o tema, buscou-se construir uma análise que compreenda como a emergência dos múltiplos movimentos de base cultural tem desestabilizado conceitos e formas de fazer política no interior do movimento negro em Porto Alegre, considerando a complexidade e as sutilezas presentes no tema desta pesquisa.

1.2 A construção do problema de pesquisa

O tema dos movimentos sociais tem se constituído em fontes de renovação nas ciências sociais e das formas de ser fazer políticas (GOHN, 2010). Atualmente observa-se que assuntos como cultura e política tem sido bastante presentes nos estudos sobre os movimentos sociais contemporâneos. Segundo Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) os movimentos sociais latino-americanos colocam em prática uma política cultural que não se limita àqueles movimentos mais claramente culturais. As agendas dos movimentos sociais contemporâneos pautam ações que discutam novas formas de se fazer política, buscando e criando espaços na esfera pública para discussão e implementação de propostas alternativas de desenvolvimento que considerem as características presentes nas sociedades latino-americanas, invisibilizadas no projeto dominante de Estado-Nação e desenvolvimento. O uso do termo *política cultural* refere-se ao laço constitutivo entre cultura e política e a redefinição de política que esta visão implica. Segundo Alvarez; Dagnino e Escobar (2000, p.17)

Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados.

A expressão política cultural está presente em trabalhos que se apoiam no diálogo interdisciplinar a respeito do tema. Assim, política cultural é interpretada “como o processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros. Essa definição supõem que significados e práticas podem ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.24). Seguindo esta interpretação podemos situar o movimento social negro no Brasil como um proponente de políticas culturais que procuraram desestabilizar a cultura política dominante.

Alvarez, Dagnino, Escobar (2000) destacam a importância de analisar as políticas culturais desempenhadas pelos movimentos sociais através dos impactos provocados na cultura política. Toda sociedade possui uma cultura política dominante, que pode ser entendida como “a construção social particular em cada sociedade do que conta como político” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25). Estendendo a cultura política para além das práticas (eleições) e instituições que historicamente são consideradas como políticas (espaços institucionalizados), as políticas culturais também podem interferir na própria forma como os movimentos sociais vêm construindo e reconstruindo suas formas de intervenção social e ação, ou seja, sua cultura política.

Essa perspectiva de análise dos movimentos sociais emergiu no contexto dos anos 1990. O novo cenário de democracia instaurado após a Constituição de 1988, no Brasil, permitiu que os movimentos sociais buscassem fortalecer a democracia disputando a atenção do Estado para demandas específicas. Segundo Gohn (2002, p.303)

[...] os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira após 1970, a revelia do Estado, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80; e nos anos 90 por um tipo especial de ONGs que denominamos de cidadãs, ou seja, entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania.

Tal cenário permitiu que as pesquisas pudessem enfatizar as estratégias políticas

produzidas no interior dos movimentos sociais. No Brasil, o movimento social negro é protagonista na discussão e proposição de políticas específicas para a população negra. Suas pautas e estratégias variaram conforme o período histórico. As diferentes entidades do movimento negro contemporâneo manifestam desejos semelhantes na luta antirracista.

Para compreender a luta antirracista para o movimento negro é preciso discutir o conceito de raça. Para alguns autores, como Guimarães (1999), a reivindicação e uso da categoria raça pelo movimento não corresponde a nenhuma realidade natural, trata-se de um conceito que denota uma forma de classificação social, baseada em atitude negativa frente a grupos sociais, portanto limita-se ao mundo social. O combate ao comportamento social que ele provoca só é possível se reconhecermos a realidade que só o ato de nomeá-lo permite. Assim, para os afro-brasileiros, para aqueles que se declaram e se reconhecem como negros, o antirracismo

deve significar, antes de tudo, a admissão de sua “raça”. Do ponto de vista do movimento é valorizada “raça”, isto é, a percepção racializada de si mesmo e do outro. Trata-se de uma reconstrução da negritude a partir da rica herança africana – a cultura afro-brasileira das religiões de matriz africana, da capoeira, etc. – mas também da apropriação *do legado cultural e político* do “Atlântico Negro”, isto é, do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, da renascença cultural caribenha, da luta contra o apartheid na África do Sul, etc” (GUIMARÃES, 1999, p.58 grifos meus)

Dessa forma, seria impossível compreender as práticas do movimento negro sem considerar as (re)significações do conceito de raça que o fazem, tomando por base a realidade social que incide sobre a população negra. O processo de identificação dos negros em termos étnico-raciais, além de um discurso racista de autodefesa, busca recuperar sentimentos de dignidade, orgulho e autoconfiança corrompidos por séculos de racismo universalista e ilustrado (GUIMARÃES, 1999). A pauta concreta do antirracismo é repelida por muitos setores da sociedade brasileira, sobretudo aquelas que a interpretam como uma afronta ao nacionalismo, pois a luta do movimento negro é, em diferentes contextos, interpretada como cultivo de diferenças e/ou “importação de categorias e sentimentos estrangeiros” (GUIMARÃES, 1999, p.58)². Conforme Hall (2009) as categorias de raça e etnia requerem demandas políticas de reconhecimento da diferença cultural e por igualdade social e justiça racial. É dentro destes marcos e aportes que se coloca a luta do movimento negro no Brasil. Buscando intervir nessa pauta de luta, as estratégias desenvolvidas

2 Exemplo significativo desta interpretação foi um texto dos cientistas sociais Pierre Bourdieu e Loic Wacquant publicado no Brasil em 1998 sob o título “Sobre as artimanhas da razão imperialista”. O texto gerou um debate acadêmico polêmico. Réplicas as críticas dos autores e o texto de Bourdieu e Wacquant foram publicados novamente em 2002 e se encontram na Revista de Estudos Afro-asiáticos n. 24, Rio de Janeiro/2002, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-546X20020001&lng=pt&nrm=iso Acesso em 18fev11.

pelo movimento negro ao longo do século XX foram diversificadas. Entretanto, a questão cultural sempre apareceu nas estratégias políticas deste movimento em sua luta antirracista.

Hanchard (2001) destaca que mesmo sem existir no Brasil um regime totalitário no sentido mais estrito, houve repressão e negação das formas de protesto afro-brasileiros, exercidas tanto pelos regimes militares quanto civis. Embora isto tenha também consequências no plano político partidário, no que concerne aos ativistas afro-brasileiros,

estes tiveram que revestir suas linguagens e práticas em formas indiretas, ambíguas e fragmentadas, sob o véu da prática cultural e, mesmo assim, em consonância com as definições do Estado e da elite sobre o que constituía as culturas afro-brasileira e brasileira (HANCHARD, 2001, p.125).

Sob o conceito de hegemonia, em termos neo-gramscianos, Hanchard (2001) verificou que o movimento negro, em diferentes momentos e com variáveis graus de sucesso, tentou minar as práticas racistas das estruturas sociais brasileiras, empreendendo a tarefa de educação política da população brasileira denunciando as desigualdades raciais do país. De acordo com o autor, “as práticas culturais, tanto para Gramsci, quanto para os ativistas afro-brasileiros, engajados na crítica das relações raciais brasileiras, foram o *locus* principal da mobilização política” (HANCHARD, 2001, p.37 grifos do autor). Assim, as práticas culturais empreendidas pelo movimento negro devem ser entendidas dentro de um quadro que considere os aspectos políticos da construção cultural e suas relações dentro das estruturas de poder da sociedade, não as isolando do contexto cultural e político nos quais foram produzidas.

A literatura sobre movimento negro demonstra que política e cultura são temas presentes e interconectados nas ações e estratégias travadas por suas organizações. Contudo, estes temas foram vistos sob perspectivas distintas ao longo da trajetória deste movimento. O Movimento Negro Unificado, nos anos 1980, cindia, por um lado, entre as ideias de esquerda e a luta democrática, a essas ideias estavam lideranças vinculadas a organizações socialistas e, por outro lado, as lideranças sintonizadas com a resistência cultural, que se espalhava nos meios negros mais pobres (GUIMARÃES, 2002).

A estratégia de mobilização e consciência, na década de 1980, ganhou um tom político, com influência marcada pela importação das ideias marxistas, mas com a defesa de uma posição acerca da discussão sobre raça e classe. A partir de então, busca-se articular as ações em torno do que se chamava “cultura negra” como estratégia de mobilização e conscientização das populações mais pobres e carentes, em sua maioria negros e mestiços. Este debate foi bastante intenso, no

interior do movimento negro, ao longo dos anos 1980 e 1990. Segundo Cunha (2000, p. 350)

a construção em torno da “cultura negra” sofre reconfigurações na linguagem no sentido de viabilizar projetos políticos e de construção de identidade – tanto coletiva ou individuais – extremamente significativos e que permitiu a organização política de diferentes grupos. Essa reconfiguração foi importante pois possibilitou o desenvolvimento de grupos cujo objetivo era *conscientizar* jovens negros e mestiços através do lazer – sobretudo carnaval – e fortalecer os laços de uma ação política e cultural voltada para temática afro-brasileira.

O contexto contemporâneo permitiu que diferentes grupos buscassem novas conexões possíveis como falar em cidadania e cultura popular brasileira, chamando a atenção que há outras identidades em jogo, nem sempre hierarquizadas. Isso ocorre mesmo estas organizações sendo ONGs ou Grupos Culturais situados em periferias, onde a maioria da população é negra, como o caso do *AfroReggae* que se apresenta como organização do movimento social comunitário e popular (CUNHA, 2000).

A conexão entre política e cultura na sociologia, apesar de ser apontada como importante ainda é incipiente, pois os estudos sobre o tema seguem uma perspectiva de análise que concentra sua atenção na institucionalidade da política, vista como fator importante para a consolidação da democracia (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Quanto ao movimento negro, as análises acerca das práticas culturais e políticas devem considerar as experiências históricas que as populações negras da diáspora criaram como um corpo único na reflexão da modernidade e seus dissabores que são permanentes nas lutas políticas dos negros atuais (GILROY, 2001).

Para Hanchard (1996), a articulação entre esfera pública, cidadania e movimento negro deve considerar as especificidades e contradições internas do contexto brasileiro no que se refere à diferença racial e étnica. As contradições acumuladas sócio historicamente mantiveram os modos de dominação na esfera pública burguesa, que é ao mesmo tempo expansiva e excludente à medida que novas formas de desigualdades sociais operam nas novas formas de autoridade pública (governo republicano/democrático) e organização financeira (capitalismo). No Brasil a discriminação racial legou à população negra uma cidadania restrita e parcial, obtida “apenas como resultado de suas próprias lutas políticas que ultrapassam os limites do discurso liberal” (HANCHARD, 1996, p. 43). Neste sentido, a esfera pública burguesa não é a única área ou possibilidade para articulação cultural, pois “através da segregação e de outras formas de alienação racial, as esferas públicas alternativas operam dentro de uma esfera pública definida de maneira ampla” (HANCHARD, 1996, p.43). Observa-se este fenômeno nas diferentes organizações do movimento negro que, enquanto grupos marginalizados, construíram esferas públicas próprias que criticam as normas sociais e

políticas.

Há décadas as atitudes políticas do movimento negro chamam a atenção dos estudiosos da questão racial. Paul Gilroy (2001), que desenvolveu o conceito de Atlântico Negro, no prefácio a edição brasileira de seu livro, o *Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, avaliou que as atitudes políticas do movimento negro no Brasil ajudam a conter os desejos de empregar a cultura brasileira como um signo único que antecipa a possibilidade de um mundo sem raças e demonstram que o sucesso das lutas locais inevitavelmente levantam questões sobre o escopo e alcance da política negra.

A luta da população negra contra a exclusão econômica e social, de acordo com estudiosos e ativistas, produziu símbolos de resistência fortalecendo uma consciência racial construída no meio negro. Quanto ao Rio Grande do Sul, ativistas acreditam que a solidariedade intra-racial permitiu o surgimento das sociedades recreativas e clubes negros, religiosidade afro-brasileira, diversos grupos de expressões culturais negras, que podem ser entendidas como “uma resposta político-cultural a uma situação de fragilidade social” (NABARRO, 2000, p.30).

Desse modo, definiu-se cultura política como as formas em que as organizações do movimento negro vem construindo e reconstruindo suas estratégias de ação e intervenção social, em outras palavras, tudo que os sujeitos fazem enquanto militantes. Esta pesquisa buscou responder as seguintes questões: Como são construídas as políticas culturais do movimento negro em Porto Alegre? Como os ativistas distinguem as práticas políticas das culturais? Quais as implicações das estratégias políticas e culturais na cultura política dos movimentos negros analisados? O que o movimento negro em Porto Alegre tem consagrado enquanto práticas político-culturais?

1.3 Referencial Teórico

A trajetória do movimento negro demonstra que a cultura foi um espaço de resistência onde se pôde pensar formas para a articulação política. Busca-se com este tema uma análise interdisciplinar à luz de concepções teóricas que se preocupam com as descontinuidades da modernidade e com sua natureza descentrada e plural da subjetividade e da identidade moderna (GILROY, 2001). Assim, para investigar o movimento negro em Porto Alegre, analisaram-se as dimensões políticas e culturais nas práticas destes grupos no quadro dos estudos pós-coloniais.

O contexto das lutas empreendidas pelo movimento social negro e suas intervenções na esfera pública – por exemplo, a proposição de políticas públicas de reconhecimento das diferenças,

e que contemplem a especificidade racial – faz com que as discussões acerca do multiculturalismo presente na sociedade brasileira ganhem fôlego. As sociedades multiculturais não são novas, “pois a migração e o deslocamento dos povos tem constituído mais a regra do que a exceção, produzindo sociedades étnicas ou culturalmente “mistas” (HALL, 2009, p.53). A emergência do multiculturalismo está relacionada a condições históricas, que após a II Guerra Mundial têm se intensificado. Para Hall (2009, p. 54) a emergência da questão multicultural tem íntima relação com o pós-colonial, entendendo que tal fenômeno “marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra”. No passado foi articulado como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e colonizadas; atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, como contradições internas das sociedades, ou entre ela e o sistema global como um todo (HALL, 2009). Dessa forma, o período que vai da colonização aos tempos posteriores a ela, não significa que os problemas do colonialismo tenham sido superados em uma época livre de conflitos.

O que se problematiza com o multiculturalismo é o pretensão universalismo das políticas modernas advindas da construção do estado nação nas sociedades latino-americanas. As transformações ocorridas com a modernidade “marcadas por fluxos e trocas culturais e jogos de força através de variadas formas de dominação, possibilitaram um espaço diaspórico de pertencimento e resistência” (LOPEZ, 2009, p. 13).

As reflexões de Paul Gilroy (2001) sobre o Atlântico negro permitem que se considere as transformações que a diáspora africana provocou no Ocidente. A metáfora do navio utilizada pelo autor evidencia as trocas culturais que “viajaram no Atlântico” e produziram uma “contracultura expressiva como um discurso filosófico que rejeita a separação moderna, ocidental, de ética e estética, cultural e política” (GILROY, 2001, p.98). O conceito do *Atlântico negro* busca compreender como as experiências da política negra integram a modernidade abstrata, através de uma análise que procura verificar estruturas transnacionais criadas a partir do projeto moderno ocidental. Para o autor, a “arte negra” carrega e expressa o contraponto da modernidade ocidental ao trazer a questão da escravidão negra moderna como elemento contraditório da racionalidade pregada por filósofos eurocêntricos. A complexidade da expressão cultural negra possibilita um meio pelo qual ética e política têm se reproduzido como forma de conhecimento popular.

Para analisar a dinâmica filosófica da contracultura é preciso examinar as conexões entre o normativo e as aspirações utópicas, segundo conceitos desenvolvidos por Gilroy (2001) os quais o autor nomeou de *políticas de realização* e *políticas de transfiguração*.

As políticas de realização possuem conteúdo normativo e se referem a “noção de que uma sociedade futura será capaz de realizar a promessa social e política que a sociedade presente tem deixado de realizar” (GILROY, 2001, p. 95). Tal política exige que a sociedade burguesa cumpra as promessas de sua retórica, criando um meio no qual possam ser expressas as demandas por metas como a justiça não-racializada e a organização racional dos processos produtivos.

As políticas de transfiguração referem-se às aspirações utópicas que são mais complexas, pois fogem ao alcance do linguístico, textual e discursivo. Esta política enfatiza o surgimento de desejos, relações sociais e modos de associação qualitativamente novos no âmbito da “comunidade racial de interpretação e resistência”. Segundo Gilroy (2001, p. 96)

criada debaixo do nariz dos capatazes, os desejos utópicos que alimentaram a política complementar da transfiguração devem ser invocados por outros meios mais deliberadamente opacos. Esta política existe em uma frequência mais baixa, onde é executada, dançada e encenada, além de cantada e decantada, pois as palavras, mesmo as palavras prolongadas por melisma e complementadas ou transformadas pelos gritos que ainda indicam o poder conspícuo do sublime escravo, jamais serão suficientes para comunicar seus direitos indizíveis a verdade [...] Não se trata de um contradiscurso mas de uma contracultura que reconstrói desafiadoramente sua própria genealogia crítica, intelectual e moral em uma esfera pública parcialmente oculta e inteiramente sua. A política de transfiguração, portanto revela as fissuras internas ocultas no conceito de modernidade.

As políticas de realização e transfiguração são dimensões irmãs da sensibilidade negra e há tensões entre elas: enquanto a primeira joga a da racionalidade ocidental em seu próprio campo, a segunda “empenha-se na busca do sublime, esforçando-se para repetir o irrepitível, apresentar o inapresentável” (GILROY, 2001, p.97). Importante destacar aqui que a racionalidade moderna ocidental, a que se refere o autor, é uma construção social na qual na maioria das vezes a cultura negra não é entendida como política, geralmente a ela é legada um espaço de desprestígio cultural se comparada a cultura ocidental. Para atentar a esta questão, o autor propõem que tais dimensões coexistem nas formulações teórica da política negra. As políticas de realização e transfiguração estão associadas nas culturas da diáspora do Atlântico Negro. Para Gilroy (2001), elas também servem para refletir a ideia de duplicidade, retomada de W.E.B Du Bois, que se afirma como força constitutiva que dá origem à experiência negra no mundo moderno, uma experiência forjada no duplo sentimento de pertencer ao mundo moderno e, ao mesmo tempo, sem fazer parte completamente dele.

As práticas e manifestações culturais foram, para as populações negras, o espaço onde puderam articular sua cultura política e sua história. Atualmente, elas continuam sendo um espaço onde o movimento negro busca “resgatar críticas do presente tanto pela mobilização de recordações

do passado como invenção de um passado imaginário que possa alimentar suas esperanças utópicas” (GILROY, 2001, p.130). Contudo o entrelaçamento entre política e cultura é compreendido de maneiras distintas para cada organização do movimento, e esse entendimento é ligado a vários fatores, entre eles a trajetória desenvolvida por cada entidade e suas vinculações teóricas e filosóficas, que acabaram fazendo com que as organizações privilegiassem dimensões mais políticas ou culturais. Neste sentido, as organizações do movimento negro utilizando diferentes práticas e discursos vêm construindo formas de intervenção social.

Assim, partindo desta perspectiva teórica, foram analisados as políticas culturais desenvolvidas pelo movimento negro em Porto Alegre e suas implicações na cultura política do movimento.

1.4 Inserção no campo de pesquisa e construção da metodologia

Minha inserção no campo de pesquisa se deu anteriormente a este estudo. Frequente eventos organizados pelo Movimento Negro na cidade desde 2004, quando estagiei no Centro de Pesquisa Histórica³. Nesse estágio, integrei a equipe de pesquisa que realizou um estudo sobre a trajetória da população negra em Porto Alegre. Desde então me aproximei gradativamente da temática sobre relações raciais, políticas de ações afirmativas e movimento negro. No período de 2007 e 2008 participei ativamente no processo de discussão para implementação do programa de ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse ativismo me aproximou muito de organizações do movimento negro da cidade. Além de minha trajetória pessoal, tive mais duas experiências profissionais vinculadas a temática afro-brasileira – em especial religiosidade afro – que intensificaram e ampliaram meu contato com lideranças religiosas e ativistas do movimento negro. No entanto, não sou formalmente filiada a nenhuma organização do movimento negro, apesar de participar de coletivos e fóruns sobre a questão racial. Ao iniciar esta pesquisa fiz contato com algumas organizações, entre elas a Africanamente Escola de Capoeira Angola. Depois, a partir de observações e contatos iniciais me tornei aluna da escola onde pratico capoeira angola desde dezembro de 2010.

Minhas experiências me instigaram a problemática deste estudo cujo tema possui uma

3 O Centro de Pesquisa Histórica é um equipamento da Coordenação da Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultural, criado em 1989, que desenvolve projetos de pesquisa dedicados à memória da cidade de Porto Alegre. Meu estágio neste órgão foi de maio/2004 a dez/2005.

importância pessoal e profissional. A participação em diferentes eventos organizados pelo movimento negro proporcionaram aprendizados importantes que me levaram a algumas escolhas profissionais. A vivência e circulação por espaços de cultura negra (capoeira angola e terreiros de religião afro-brasileira) oportunizaram experiências e novos questionamentos, inclusive sobre o que se chama ou se conhece por cultura negra. Tais experiências vividas me levaram ao tema desta dissertação. A escolha de um tema pode demonstrar a posição do pesquisador sobre ele, assim é importante referenciais teóricos e metodológicos que auxiliem o distanciamento entre o pesquisador e o objeto (PEREIRA, 2009). Entretanto, não creio que um distanciamento completo seja possível, pois “as análises teóricas necessariamente partem de posicionamentos do autor, na medida em que esse autor fala de algum lugar – social, cultural, territorial, temporal etc. A própria escolha do tema e do objeto pode dizer muito a respeito das opções políticas desse autor” (PEREIRA, 2009, p.11).

Sendo assim, recorri a escrita etnográfica para que as questões desse estudo também dialogassem e refletissem sobre o pesquisador e sua influência no campo de análise. Entendo que me inseri em um campo político onde minha presença muitas vezes era vista como algum tipo de articulação ou alianças a serem realizadas. No entanto não houve situações de desconforto ou desconfiança por parte dos meus entrevistados, pois mantive uma postura franca e objetiva que os deixaram bastante a vontade, inclusive para recusar a entrevista, como ocorreu em um caso.

A pesquisa social é “um empreendimento reflexivo no qual é problemático supor que um paradigma teórico, como um sistema de pensamento fechado, seja capaz de explicar o mundo” (MAY, 2004, p.43). Assim, busquei compreender a partir dos ativistas como se constrói as políticas culturais no movimentos negro contemporâneo, utilizando uma análise qualitativa que se “refere ao processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico” (STRAUSS e CORBIM, 2008, p.25).

As técnicas utilizadas na coleta de dados foram observação participante e entrevistas. A observação participante neste estudo foi uma estratégia de campo (DENZIN, 1989 apud FLICK, 2009) que combinou simultaneamente a análise de documentos produzidos nos espaços estudados, entrevistas com militantes e integrantes das instituições analisadas, a participação e a observação direta nas atividades promovidas pelo Movimento Negro na cidade de Porto Alegre, e, de forma mais intensa a participação nas atividades dos espaços selecionados para a escrita etnográfica.

Entendo que a observação participante “encoraja os pesquisadores a mergulharem nas atividades do dia-a-dia das pessoas as quais eles tentam entender” (MAY, 2004, p.174). Neste caso,

meu campo não era de todo novo, pois frequento alguns espaços há alguns anos, por outro lado, minha inserção no campo das práticas culturais foi nova e intensa nos primeiros meses da pesquisa. O início da prática de capoeira, quando comecei a frequentar a Escola Africanamente também como aluna e não somente como pesquisadora, possibilitou que minha observação pudesse ir além da descrição das ações e práticas dos sujeitos naquele espaço e em outros contextos. Minhas observações puderam compreender melhor as dinâmicas internas e os significados físicos e principalmente, emocionais, filosóficos e didáticos daquela prática. Minha imersão nesta prática foi bastante intensa a medida que me senti afetada (FAVRET- SAADA , 2005) pela capoeira angola que hoje faz parte de minha vida. As observações buscaram uma reflexão pois o “observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto” (CICOUREL, 1990, p.89). A escolha da observação participante possibilitou uma coleta de dados com análise e diálogo constante entre a prática e a teoria. Apoiada em Cicourel (1990) realizei uma participação intensa para coleta de dados, avaliando meu papel enquanto pesquisadora e um cuidado em não deixar de verificar questões que poderiam ser importantes analiticamente.

Para completar os dados das observações e aprofundar questões pertinentes a problemática analisada utilizei entrevista semi-estruturada, compreendendo que ela “permite que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas” (MAY, 2004, p. 149) possibilitando inferir qualitativamente em temas levantados pelos entrevistados sem que tenham sido previamente pensados e estruturados em forma de perguntas. Entretanto, as entrevistas foram pensadas como conversas cordiais (SPRADLEY, 1979 apud FLICK, 2009) nas quais se introduzia novos temas e questões de forma integrada a conversa a fim de seguir as narrativas dos entrevistados.

As entrevistas foram compostas por três grandes temas, iniciando pela trajetória enquanto ativista até seu ingresso em organizações do movimento negro, o papel da cultura nas estratégias do movimento negro, e, por fim o movimento negro contemporâneo (contexto local, nacional e avaliação pessoal das ações do movimento). Os temas desdobraram-se em questões mais específicas conforme narrativas dos entrevistados, que variaram muito. A partir delas, pude perceber de modo geral que essa variação ocorria dependendo da trajetória militante do entrevistado. Realizei 12 entrevistas com ativistas que participaram e/ou participam de organizações do movimento negro, entre eles os atuais dirigentes das organizações investigadas. A duração das entrevistas teve em média uma hora e trinta minutos e foram gravadas em áudio com autorização dos entrevistados. Alguns encontros estenderam-se por horas após a conversa formal gravada. Estes momentos

também forneceram dados a pesquisa, pois em alguns casos, depois da entrevista, seguimos em um conversa informal onde os entrevistados apresentaram documentos, fotografias, cartazes de eventos e informações de cunho histórico que possibilitaram parte da reconstrução histórica do movimento na cidade. Acredito que o fato de conhecer grande parte dos entrevistados e, participar e integrar redes sociais em comum foi um facilitador para a entrevistas de forma específica, e a pesquisa de forma geral.

Para análise das observações e entrevistas segui os estágios propostos por Becker (1979), i) seleção e definição dos problemas, conceitos e índices; uma vez estabelecidos critérios, é importante a estrutura teórica para investigação; ii) verificação da frequência e distribuição dos fenômenos, onde pretendeu-se dar conta da tipicidade das informações; iii) construção de modelos sociais, buscando integrar as descobertas a modelos mais gerais de acontecimentos e por fim, iv) a retirada de campo para análise e redação dos dados. A análise contou com definição de três categorias. A primeira delas foi a caracterização dos tipos de organizações do movimento negro; essa categoria foi definida conforme as organizações investigadas, buscando compreender as características mais gerais que vão desde o tipo de organização, de caráter objetivo, até a trajetória dos ativistas que participam da instituição, de caráter subjetivo. A segunda categoria foi cultura política, entendida como uma categoria ética que se refere à construção e à articulação das práticas militantes dos ativistas e ainda às formas de intervenção social das entidades analisadas. Por fim, a terceira categoria analisada foi a política cultural, que se refere as finalidades das diferentes atividades empreendidas por cada organização, ou seja, os horizontes e as dimensões de sua intervenção política em seus campos de ação. As categorias serão discutidas e analisadas nos capítulos 3 e 4.

Para a escrita etnográfica tive como campo duas organizações que se reconhecem como integrantes do Movimento Negro em Porto Alegre. A presente dissertação tem como tema estratégias e ações de grupos e organizações que possuem uma trajetória histórica de luta por reconhecimento, visibilidade e denúncia do racismo no Brasil. A conquista de políticas públicas voltadas para a população negra resultam da influência das organizações negras nos governos federal, estadual e municipais (TELLES, 2003). Investigar organizações negras que atuam por políticas de valorização e diferença não deixa de visibilizar as ações destes atores sociais. Neste sentido assumi a opção de revelar os nomes das organizações investigadas e dos entrevistados. Tal opção assume um compromisso ético onde o pesquisador “deve assumir e respeitar, respondendo por sua violação, seja perante seus informantes, seja perante seus colegas e também dividindo

parcialmente a responsabilidade com seus leitores” (GOLDMAN, 2006, p.47).

Escolhi, para este estudo, focar a experiência de duas organizações: o *Movimento Negro Unificado/RS* e a *ONG Africanamente Centro de Pesquisa, Resgate e Preservação de Tradições Afrodescendentes*. A seleção se deve ao fato de ambas as entidades desenvolverem ações que objetivam o reconhecimento social da população negra na cidade, bem como promoverem e divulgarem a política cultural do movimento negro e sua luta antirracista.

O *Movimento Negro Unificado* (MNU), grupo de base filiativa nacional, foi fundado em 1978 na cidade de São Paulo. Atualmente está organizado em vários estados do país, entre eles o Rio Grande do Sul, onde teve sua organização em meados dos 1980. O MNU define-se como “uma organização política de caráter nacional, independente, autônoma, criada para contribuir na organização, luta e defesa do povo negro contra a discriminação racial, a repressão policial, o subemprego e a marginalização”(MNU/RS)⁴. Entre suas contribuições à luta antirracista destacam-se a denúncia do “mito da democracia racial” e sua mobilização junto ao Estado na proposição de políticas públicas voltadas para a população negra.

A *ONG Africanamente – Centro de Pesquisa, Resgate e Preservação de Tradições Afrodescendentes* foi fundada em 2003. Tem como objetivo “pesquisar, preservar e divulgar os valores éticos e filosóficos inerentes ao jogo de capoeira angola, enquanto uma estratégias para combater o preconceito, racismo, intolerância e desigualdade social, nas perspectiva de engendrar formas mais solidárias de viver em coletividade” (Escola de Capoeira Angola Africanamente)⁵. Há dois projetos desenvolvidos pela ONG: a Escola de Capoeira Angola e o Projeto Ori Inu Erê, ambos atuam como “modelo alternativo de educação étnico-social, fundamentado nos conhecimentos e valores éticos, estéticos, cosmológicos e filosóficos originários nas culturas de matriz africana” (Projeto Ori Inu Erê)⁶. A ONG Africanamente surgiu da necessidade, apontada pelos fundadores, de estender o conhecimento acumulado pelo movimento negro com locus na cultura e religiosidade de matriz africana.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo introdutório, apresentei o tema da pesquisa, o percurso para construção do problema e a proposta teórica-metodológica a qual se apoiou este trabalho. Iniciei com uma pequena exposição das principais abordagens que se debruçaram sobre o tema do movimento negro no Brasil a fim de enfatizar a contribuição deste trabalho no campo científico, seguido pela problemática e construção

4 Material impresso do MNU/RS em comemoração aos 27 anos da instituição, celebrado em 2005. Anexo I

5 Texto no folder de divulgação do projeto Africanamente Escola de Capoeira Angola. Anexo II

6 Projeto Ori Inu Erê disponível em: <http://projetooriinuere.blogspot.com/> acesso em 10nov11.

teórica e metodológica.

O segundo capítulo reconstrói o contexto de organização do movimento negro contemporâneo, enfatizando como foram gestadas as relações entre cultura e política em sua organização do movimento. Para isso destaco eventos e organizações importantes que se constituíram ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980, o que auxilia a contextualização histórica e geográfica do Movimento Negro no Brasil e enfatiza as relações e tensões entre cultura e política ainda ecoam na cultura política do movimento. Por fim, reconstruo analiticamente o contexto local, suas continuidades comparadas ao contexto nacional, bem como as especificidades e particularidades regionais que influenciaram a cultura política do movimento negro em Porto Alegre.

O capítulo três explora as bases em que se apoia a cultura política do MNU/RS através da narrativa dos ativistas verificando como a organização enfrenta a tensão entre cultura e política negra. O objetivo do capítulo não é delimitar nem categorizar as ações da entidade, mas sim analisar como o movimento produz teorias nas ambiguidades do movimento social. Desse modo, será examinado de que maneira a aproximação com as práticas culturais negras tem influenciado as formas de agir, pensar e atuar dos militantes desta organização.

O capítulo quatro trata do fenômeno que chamo “politização da cultura” (GRUESO; ROSERO e ESCOBAR, 2000) para sublinhar como as organizações se utilizam de diversas formas de se fazer e pensar a política tensionando o conceito hegemônico que os vincula a espaços consagrados e reconhecidos como políticos, ou seja, a política como prática institucionalizada (LECHNER, 2004). O objetivo é analisar de que forma ativistas culturais tem atuado na luta antirracista ampliando seus campos de atuação e (re)significando ações e estratégias políticas no interior do movimento negro.

2 ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

O objetivo deste capítulo é reconstruir o contexto histórico de organização do movimento negro contemporâneo, enfatizando como foram gestadas as relações entre cultura e política na organização do movimento. Para isso, destaco eventos e organizações importantes que se constituíram ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980 que auxiliam a contextualização histórica e geográfica do Movimento Negro no Brasil, sublinhando que as relações e tensões entre cultura e política ainda ecoam na cultura política do movimento.

O capítulo está organizado da seguinte forma. Primeiro, exponho a construção de uma política negra ao longo dos anos 1970, período em que o movimento negro, imerso em um contexto de ditadura militar e crise nos movimentos de esquerda, busca referenciais vinculados a história da população negra no Brasil articulando-a ao contexto mundial. Para isso, apresento as articulações e as discussões que antecederam a formação do Movimento Negro Unificado, no qual verifico o processo de racialização da política do movimento no Brasil. Segundo, retomo a discussão no movimento negro durante a década de 1980 no que diz respeito as relações entre cultura negra e política, sob a perspectiva teórica a qual se apoia este trabalho. Por fim destaco e analiso o contexto local, de Porto Alegre, para sublinhar continuidades em relação ao movimento negro no país bem como as especificidades do ativismo na cidade.

Para evidenciar algumas escolhas, incio por dizer que tomo o movimento negro como um movimento social que tem como particularidade a questão racial. De acordo com Pereira (2010, p.81) “a formação do movimento negro é complexa e engloba um conjunto de entidades e organizações que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida à população negra”, através de diferentes formas e iniciativas, como práticas políticas, educativas, artísticas e etc, sendo a diversidade e pluralidade uma característica desse movimento. Além disso, entidades e organizações do movimento negro são aquelas que se reconhecem como seguidoras das lutas anteriormente travadas pelas populações negras na diáspora.

Seguindo esta perspectiva, seria condizente utilizar a expressão “movimentos negros”, pois daria a ideia da diversidade e pluralidade das organizações, como utilizado por Santos (2005). No entanto, concordo com Lélia Gonzalez, antropóloga e importante liderança do movimento negro e do movimento de mulheres, que defendia a utilização do termo “movimento negro”, afirmando que se fala no singular

exatamente porque está apontando para aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja a especificidade é o signifiante negro, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade (GONZALEZ, 1982, p.19 *apud* PEREIRA, 2010, p.82).

A opção pelo uso do termo “Movimento Negro” no singular também condiz com a maneira como os militantes entrevistados se referem – Movimento Negro. Utilizo o termo “movimento negro contemporâneo” enfatizando que a pesquisa se refere ao movimento formado ao longo dos anos 1970, recorrendo a diferenciação utilizada por pesquisadores que estudam o tema e o diferenciam do movimento negro organizado anteriormente (ver CARDOSO, 2001; PEREIRA, 2010), e, também a fim de destacar o recorte temporal deste estudo que se concentra nas décadas de 1990 e 2000.

2.1 Cultura como discurso político: Racialização e formação do Movimento Negro Contemporâneo

As influências externas do movimento negro no Brasil são verificadas desde início do século XX. A fim de destacar as mais recentes, observa-se que Teatro Experimental do Negro (TEN) fundado na década de 1950, já buscava inspiração no movimento de *Négritude*, de enorme importância nos espaços intelectuais contra o racismo e o colonialismo francês. Entretanto, as iniciativas do TEN não chegaram a ter uma ampla base ativista, mesmo assim a mobilização organizada por ele “revestiu-se de enorme importância no âmbito da mobilização de intelectuais, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro” (COSTA, 2006, p. 143). A experiência e as ações do TEN foram um importante passo para o movimento que se reorganiza a partir dos anos 1970, buscando dar continuidade e ampliar as lutas antirracistas anteriormente empreendidas sob uma perspectiva étnicorracial. Também é importante destacar a influência das formulações de militantes e fundadores do TEN para o movimento negro que se rearticula durante a década de 1970 culminando com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU).

A organização do movimento negro contemporâneo emergiu no contexto de luta pela democracia, contra o regime militar no Brasil, e pela denúncia do “mito da democracia racial”⁷. A

⁷ A ideia de democracia racial no Brasil desenvolvida por estudiosos nos anos 1920 e 1930, surgiu na tentativa de “superar o trauma da escravidão negra, incorporando de modo positivo, os afro-descendentes ao imaginário nacional”(GUIMARÃES, 2002, p.115). No entanto há outros sentidos para a “democracia racial” no Brasil. De acordo com Fernandes (1965) a democracia racial é entendida como uma maneira cínica e cruel de manutenção das desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros. É dessa forma que ativistas do movimento negro e seus intelectuais entendem e denunciam as armadilhas desta ideologia, por isso denominada por eles como mito da democracia racial. Atualmente há outras interpretações contrárias a esta crítica de intelectuais que investigam as

fundação do MNU em finais dos anos 1970, no contexto de distensão do regime militar, inaugurou um novo período para as organizações do movimento negro, onde o movimento buscou redirecionar o projeto de integração na sociedade brasileira (rompendo com uma tradição de integração pela assimilação) e propôs um “viés negro para negociar sua inclusão social e o acesso à cidadania através da construção de uma identidade étnica afro-referenciada” (CAMPOS, 2008, p.243). Em outras palavras, a busca de origens negras e a denúncia da democracia racial brasileira foi propulsora de um discurso político negro.

Guimarães (2002) destaca que o movimento negro contemporâneo nutriu-se ideologicamente das lutas de emancipação dos povos negros de diferentes países (com destaque as lutas nos EUA, África do Sul e nos países africanos de língua portuguesa), aliado às tradições de luta e resistência popular no Brasil, do abolicionismo ao Teatro Experimental do Negro, enfatizando as especificidades sócio-históricas das relações raciais no Brasil.

Para Hanchard (2001), o novo caráter do movimento negro vincula-se ao contexto e cultura política negra, segundo o autor:

O “novo” caráter do movimento negro no Brasil foi, na verdade, um velho traço latente que se desenvolveu e se acentuou nos anos setenta. Esse traço foi a política de esquerda que avançara aos trancos e barrancos nas margens de várias organizações negras desde a década de 1940 (...). O que se revelou sem precedentes no despontar de grupos e organizações de protesto nos anos setenta foi a confluência de discursos baseados na raça e na classe dentro do movimento negro. Tanto os ativistas quanto os seguidores abandonaram os credos de conformismo e de ascensão social que haviam prevalecido nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente (HANCHARD, 2001, p.132) .

Ao longo dos anos 1970 surgiram diversas organizações negras. A proliferação destas organizações marcou a emergência de uma geração de intelectuais negros nas grandes cidades, que buscavam práticas políticas que superassem o determinismo econômico e o clientelismo de direita (HANCHARD, 2001). Além do Rio de Janeiro e São Paulo, destacam-se também as cidades de Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Maranhão, Alagoas e Brasília (ver em CARDOSO, 2001; HANCHARD, 2001; ALBERTI; PEREIRA, 2007; PEREIRA, 2010).

relações sociais no Brasil sob o enfoque racial. Alguns antropólogos (FRY,1995-1996) alegam que a democracia racial é propriamente um mito fundador da nação brasileira fazendo parte de sua matriz civilizatória, e que, embora, não exclua completamente preconceitos e discriminações, permite intimidade e relações entre negros e brancos (GUIMARÃES, 2002). O Estado brasileiro corroborou com esta tese até os anos 1980. O período de democratização no Brasil em 1985 proporcionou e abriu espaço político para que os movimentos sociais expressassem suas preocupações. Apesar da Constituição Brasileira de 1988 defender algumas reivindicações do Movimento Social Negro, como a criminalização do racismo e reconhecimento de territorialidade negra, somente em finais dos anos 1990 o Estado brasileiro reconhece a discriminação racial e toma iniciativas de combate e enfrentamento do racismo após anos de denúncia promovidas pelo movimento social negro (TELLES, 2003).

Uma análise sobre os estudos e perspectivas das relações raciais no Brasil é sistematizada em GUIMARÃES, 1999; MOTTA, 2000.

As organizações negras surgidas pós-1964, em um momento de dificuldade para o debate das questões raciais no Brasil⁸, confiavam na cultura como um veículo do discurso político (HANCHARD, 2001) e como mobilizadora para questão racial, como afirma Amauri Mendes Pereira, um dos fundadores da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África – SINBA, em entrevista a Alberti e Pereira (2007, p.139)

Em 1974 quando foi fundada a Sinba, o que a gente fazia era aglutinar e discutir, e tentar fazer eventos chamando a atenção para o problema racial. Organizava semanas de debates, algum tipo de eventos que pudesse mexer com a sociedade. Primeiro, para informar a gente mesmo e, depois, aglutinar mais gente.

Organizações deste tipo surgiram em várias capitais do Brasil ao longo dos anos 1970⁹ e introduziram a questão racial como discurso político e ideológico nas apresentações artísticas que produziam (música, dança, teatro, literatura, etc) e nos seus encontros. A utilização da cultura funcionava “como recurso pedagógico e político para educar os afro-brasileiros” (HANCHARD, 2001, p.143).

Nesse período de rearticulação do movimento negro durante a ditadura militar, “a negritude funcionou como uma pedra angular da construção da definição do negro, da celebração da alteridade e da diferenciação do ocidente” (HANCHARD, 2001, p.144). Por outro lado, também trazia preocupações para parte dos ativistas que procuravam avançar para além das práticas culturalistas¹⁰, ligando as ações culturais a demandas de benefícios mais igualitários para a população negra no Brasil, ou seja, práticas culturais como um meio mobilizador para um avanço coletivo, conforme destaca o autor

8 Durante a ditadura militar no Brasil o governo investia na propaganda que inflamava um patriotismo alinhado as diretrizes do governo, que se justificava pela necessidade de conter “uma grande conspiração marxista”. No programa anticomunista do governo toda manifestação dissidente era vista como uma ameaça e estava submetida a censura e perseguição. Hanchard (2001) analisa como o movimento *Black Soul* foi tido como uma ameaça a identidade e a segurança nacional.

Ativistas negros do período, relataram em entrevistas situações em que agentes da repressão acompanhavam as atividades realizadas pelo movimento, e também quando eram chamados pelos órgãos do governo para registrar a programação de eventos (principalmente peças de teatro) que precisavam de liberação da censura na sede da Polícia Federal (ALBERTI;PEREIRA, 2007).

9 A fim de citar algumas organizações formadas ao longo dos anos 1970, mencionadas e analisadas em estudos sobre movimento negro: no Rio de Janeiro/RJ a Sociedade de Intercâmbio Brasil-Africa (SINBA), Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e Universidade Cândido Mendes. Em São Paulo/SP, Grupo evolução, Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (ACACAB), *Jornegro*, Cadernos Negros (HANCHARDT, 2001). Em Porto Alegre/RS o Grupo Palmares (CAMPOS, 2008). Em São Luiz/MA, o Centro de Cultura Negra. Em Maceió/AL, Associação Cultura Zumbi e em Salvador/BA o bloco afro Ilê Ayê (ALBERTI;PEREIRA, 2008).

10 Hanchard (2001, p.38) define culturalismo como a “equação entre as práticas culturais e os componentes materiais, expressivos e artefatuais da produção cultural, e como o desprezo dos aspectos normativos e políticos do processo cultural”. Nas práticas culturalistas os símbolos afro-brasileiros e afro-diaspóricos são reificados e transformados em mercadorias; a cultura se transforma em uma coisa e não é percebida como um processo político.

ainda em 1980, o SINBA publicou um artigo intitulado “Movimento negro e culturalismo”, que exemplifica essa preocupação. Embora não houvesse referências a culpados específicos, a advertência sobre os perigos do culturalismo para o movimento negro ficou clara: “Quem acredita que a idolatria da cultura é uma prática cultural está enganando a si mesmo. (...) a reverência aos valores culturais deixa de ser uma atitude conservadora quando a cultura se torna uma coisa dinâmica, e a prática cultural verdadeira é necessariamente criativa e transformadora. AS PESSOAS NÃO IDOLATRAM A CULTURA, ELAS A PRODUZEM (NASCIMENTO, 1989, p.94 *apud* HANCHARD, 2001, p. 145 grifos do autor).

A cultura negra, para o movimento, vincula-se ao processo de construção identitária afro-referenciada. Esse fenômeno continha dois aspectos interrelacionados: primeiro, “um movimento estético-cultural de (re)significação do lugar conferido ao negro na sociedade e na cultura nacional e global, e ao mesmo tempo, um movimento político de combate ao racismo presente nas estruturas sociais e nas relações cotidianas” (COSTA, 2006, p. 134).

A construção da identidade negra não diz respeito a uma identidade pré-existente ou inata aos indivíduos negros. Ela se vincula a discussão da identidade como processo mais amplo e complexo, não se limitando apenas ao nível cultural, ela envolve níveis sociais, políticos, econômicos e históricos de cada sociedade. Assim ela “é invocada quando um grupo reivindica maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente submetido” (NOVAES, 1993, p.25 *apud* GOMES, 2005, p. 41). O movimento negro neste período buscou um referencial histórico do povo negro no Brasil, aliado ao contexto e ideias da diáspora negra para construir uma identidade além da questão cultural, visto que os negros no Brasil são marcados por processos de discriminação racial baseados em critérios fenotípicos. Neste sentido, a cor e o fenótipo negro foram um dos elementos que o movimento negro articulou como unidade para o estabelecimento de políticas públicas específicas para população negra.

O movimento negro organizado “africanizou-se”, a partir daquele instante combater o racismo tinha como uma das premissas a promoção de uma identidade étnicorracial. De acordo com Domingues (2007, p. 116) “o discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância”. Houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana com o intuito de resgatar e valorizar a história dos povos africanos, bem como romper com padrões estéticos, culturais e históricos baseado na história e desenvolvimento europeu.

As novas formas estéticas propostas pelo movimento *Black is beautiful* alteravam a estética dominante estabelecida, conferindo aos negros uma releitura e valorização de novos ideais de beleza para superar vícios estéticos racistas (COSTA, 2006). A nova estética buscava um conteúdo

que remetia a um passado comum, vinculado a uma história de resistência empreendida através de práticas culturais de origem africana com o intuito de distinguir a simbologia nacional do legado afro-brasileiro. Como apontado por Costa (2006), ao analisar as novas etnicidades e a politização das diferenças,

[...] o que se busca não é a integração do legado afro-brasileiro a simbologia nacional. Esse esforço de reinterpretação das próprias origens culturais por parte dos afro-brasileiros, ainda que tenha lugar em diferentes regiões do país, segue temporalidades e modelos particulares em cada lugar. O que há de comum, contudo, é o esforço em estabelecer um vínculo coerente e orgânico entre o corpo negro e uma matriz cultural africana vagamente definida como “cultura negra” (COSTA, 2006, p.136).

O processo de interpretação da cultura negra variou em diferentes capitais e regiões no Brasil, como ainda é bastante diversificada. No entanto, o que estava em jogo era a constituição e a busca de referenciais negros para construção do movimento negro e o reconhecimento do legado e experiência da diáspora negra (HALL, 2009). Sob perspectiva teórica e filosófica, é pensar as consequências que o colonialismo e a escravidão tiveram na construção do estado-nação moderno, liberal, democrático e ocidental, pois

nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. [...] Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas. Em vez de um pacto com a associação civil lentamente desenvolvido, tão central ao discurso liberal da modernidade ocidental, nossa “associação civil” foi inaugurada por um ato da vontade imperial (HALL, 2009, p. 30).

É neste marco e perspectiva transnacional e diaspórica que o movimento negro contemporâneo se constituiu. O contexto das lutas negras (na África, Estados Unidos e Caribe) influenciou as lideranças do movimento negro, articulando a esta nova perspectiva a necessidade de se pensar referenciais que dessem conta da diversidade e ainda trouxesse a problemática racial para o contexto de lutas sociais. Ativistas negros problematizavam o marxismo socialista e sua ênfase na luta de classes em detrimento da consciência racial, destacando a necessidade de problematizar a questão racial e denunciando o racismo presente nas relações sociais brasileiras (GUIMARÃES, 2002).

Esse contexto de intensas trocas – de experiências políticas, formulações teóricas, articulações de eventos e encontros em que o movimento negro recorreu a cultura a fim de reivindicar a dignidade e orgulho raciais como modo de se opor a opressão – fez florescer no país vários grupos culturais de afirmação da identidade negra e afro-brasileira como os bailes *black*, os

blocos afros, os grupos de *rap*, os bailes *funk* (GUIMARÃES, 2002). Muitos grupos culturais concentraram-se no estético-cultural como entretenimento, no entanto, a mobilização ocorrida no período e posteriormente a ele foi impulsionada pela temática étnicorracial, o que evidencia uma estratégia político-cultural, a qual será analisado mais adiante.

2.2 Formação do Movimento Negro Unificado e cultura política

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma entidade de base filiativa nacional, fundado em 1978 na cidade de São Paulo. Sua fundação, por um lado, seguiu o contexto de mobilização das organizações negras na denúncia do racismo, e por outro, inaugurou um novo momento para o movimento negro brasileiro: o de organizações políticas mobilizadas na luta pela emancipação política, econômica e cultural da população negra. De acordo com Pereira (2010), o MNU foi o resultado de uma rede de organizações negras surgidas na década de 1970.

Quanto a formação do movimento, ativistas apontam dois fatos como motivadores para a organização de um ato público que reunisse as entidades negras para fundação de um movimento unificado, e também para dar visibilidade à denúncia do racismo. Os eventos que motivaram a fundação do MNU foram a morte do trabalhador Robson Silveira da Luz devido a tortura que sofreu por policiais militares, e, a discriminação de quatro garotos negros impedidos de entrar no Clube de Regatas Tietê¹¹. O ato, tido como marco da fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), posteriormente chamado de Movimento Negro Unificado (MNU), ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal na cidade de São Paulo e reuniu cerca de duas mil pessoas em plena ditadura militar.

11 Robson Silveira da Luz foi preso, acusado de roubar frutas, no 44º Distrito de Guaianazes em São Paulo onde foi torturado vindo a falecer em junho de 1978.

Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=168&Itemid=2 Acesso em 30/09/2011.

A discriminação de quatro jovens negros pelo Clube de Regatas Tietê foi comentada pelo jornal *Versus* nº 23, edição julho/agosto de 1978 p. 33. “[...] barrados pelo segurança o diretor do clube chamou um técnico para lhe explicar que os garotos não poderiam ser aprovados no clube porque eram negros. Um dos diretores do clube explicou: ‘Se deixo um negro entrar na piscina, cem brancos saem imediatamente’” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 150).



Ilustração 1: Ato de fundação do MNU em São Paulo, 1978.

Segundo Guimarães (2002) o MNU politicamente se alia a esquerda e ideologicamente assume um racismo radical. Este é interpretado por autores como resultado de influências externas baseadas nas lutas negras transnacionais (luta pelos direitos civis nos EUA e nos processos de independências dos países africanos) aliado ao resgate da resistência negra no país, como a adoção do Quilombo de Palmares e o 20 de novembro como símbolo da luta negra no Brasil. A nova fase do movimento busca a superação do racismo aliada as lutas sociais e política, e reivindica uma estratégia de inclusão cultural diferencialista – igualdade na diferença (DOMINGUES, 2007). Assim, a fundação do MNU reflete a fusão de influências internas e externas, tanto históricas como políticas que contribuíram para um intercâmbio de novas práticas políticas.

No âmbito internacional, destacam-se as ideias políticas de contatos de militantes exilados pela ditadura com grupos da nova esquerda na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e na América Latina. Os chamados “novos esquerdistas procuravam desenvolver no Brasil uma política que prestasse a atenção a questões como raça, ecologia e as implicações sociais da diferença sexual” (HANCHARD, 2001, p. 133). Outro fator externo foi a proliferação de movimentos de insurreição não-brancos na Ásia, na África, na América latina e no Caribe (HANCHARD, 2001), com destaque aos processos de libertação dos povos dos África Meridional (Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul). Enquanto isso, no âmbito nacional, percebe-se três movimentos interrelacionados, a saber, i) as organizações e manifestações simbólicas e culturais negras (*black soul*), ii) os profissionais negros com nível superior que contribuíram para politização do discurso com ênfase na raça, pois percebiam que esta era obstáculo para o avanço sócio econômico (HANCHARD, 2001) e iii) a influência dos movimentos de esquerda que buscavam a transformação social para superação do racismo, entendido como um elemento importante para manutenção do capitalismo (DOMINGUES, 2007).

As consequências dessa influência foram essencialmente positivas para o movimento negro. Massas de brasileiros negros que nunca haviam-se congregado em torno de questões raciais foram atraídas pelas versões brasileiras da negritude e do Black Soul na década de 1960. Militantes negros criaram instituições, que representavam uma ou outra via entre a política de esquerda e direita em vigor e as relações de clientelismo normalmente utilizadas pelos líderes comunitários afro-brasileiros (HANCHARD, 2001, p.134).

O MNU, com base no acúmulo das organizações que o antecederam, acrescenta ao seu discurso político a defesa e “valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção” (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 160). Cultura negra para o movimento negro assume uma

[...] denominação genérica para todo tipo de manifestação cultural relacionada com as diferentes formas de resistência da população negra contra o racismo. A ideia de identidade negra por sua vez, não diz respeito a uma forma de vida específica ou a alguma referência estética particular. Trata-se de uma alusão a um tipo de consciência política, qual seja, a assunção pública do anti-racismo, que pode assumir formas culturais muito diversas (COSTA, 2006, p. 144).

Tal ideia de cultura é útil a medida em que ela é ampla e não diz respeito a uma cultura essencial inerente aos negros no Brasil. A ideia de cultura aqui segue a perspectiva apontada pelos estudos pós-coloniais na América Latina, na qual a cultura vincula-se a concepção de mundo e conjunto de significados que integram práticas sociais que só podem ser entendidas adequadamente se considerarem as relações de poder inerentes a estas práticas. De outro lado compreender a configuração dessas relações de poder exige que se reconheça o caráter cultural ativo pois essas relações expressam, produzem e comunicam significados (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000) desenvolvidos pelos movimento sociais.

A adjetivação negra serve para enfatizar a experiência do racismo. Assim a importância da cultura negra reside “em ser um terreno de luta pelo poder, de consentimento e resistência populares, abarcando, assim elementos da cultura de massa, da cultura tradicional e das práticas contemporâneas de produção e consumo culturais” (HALL, 2009, p.330). Desse modo, a cultura negra não pode ser (e não é) fixa, essencial, nem está limitada a um grupo étnico-racial específico - os negros. O que está em jogo, neste momento, para o movimento negro são as potencialidades e possibilidades para o engajamento político da questão racial.

A discussão em torno da cultura negra ou de seu uso nas estratégias do movimento negro estendeu-se ao longo dos anos 1980 sendo ainda presentes nas organizações do movimento negro que se intitulam organizações culturais ou políticas. O que cabe destacar, nesse momento, é como a cultura negra se desenvolveu segundo ativistas e estudiosos que se debruçaram sobre o tema e os

desdobramentos dessas discussões na cultura política do movimento negro contemporâneo.

O MNU foi formado inicialmente por ativistas que atuavam no Rio de Janeiro e em São Paulo. OS ativistas, fundadores de organizações negras na década de 1970, possuíam diferenças táticas e ideológicas no que diz respeito a condução e construção do movimento. Nos anos 1970, essas diferenças eram mais evidentes nos grupos do Rio de Janeiro, onde a divergência se dava entre a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África - SINBA considerado um grupo mais africanista, e o Instituto de Pesquisa de Culturas Negras - IPCN que era visto como mais americanista e acusado por seus opositores de serem preocupados “com a mobilidade individual e aceitação acrítica do capitalismo como força social dinâmica” (HANCHARD, 2001, p. 143)¹². Essa divergência será retomada na formulação do estatuto do MNU como relatado por Yedo Ferreira¹³, um dos fundadores do movimento:

Tinha uma diferença fundamental entre os dois estatutos. Por quê? O nosso¹⁴ estatuto dizia: o MNU tem que ser mobilizador. No estatuto deles, dizia que o MNU tinha que ser reivindicativo. E essa discussão, embora pareça uma coisa simples, é uma questão teórica de princípio. Se ele é reivindicativo, não propõe coisa alguma, fica apenas no âmbito de fazer reivindicações. E nós dizíamos que ele teria que ser mobilizador, na medida em que víamos que ele teria que trabalhar a massa da população negra. Não simplesmente reivindicar os direitos de uma elite negra – que era o que a gente colocava na época – e sim mobilizar a *massa da população negra* para reivindicar, porque ela está no subemprego, favelizada [...] (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 16, grifos meus).

O fragmento de Yedo relata uma discussão ocorrida em 1980, entretanto, a complexidade

12 Hanchard (2001) analisou divergências no interior do movimento negro segundo conceituação de consciência racial onde há três categorias gerais de identificação: semelhanças fracas, fortes e uma combinação de semelhanças fracas e fortes. Nas semelhanças fracas, apesar da falta de complexidade ela é o primeiro nível de identificação que possibilita os demais. Nela os critérios de inclusão são mais afetivos do que críticos e estratégicos. Nas semelhanças fortes, um segundo nível, significa a mobilização estratégica de sentimentos experimentados em nível fraco, mas que procuram superar diferenças particulares (religião, ideologias) em uma coletividade a fim de atingir objetivos mais concretos. O terceiro nível, seria a combinação de semelhanças fracas e fortes. Para o autor “as complicações das semelhanças fracas e fortes faz com que os ativistas as combinem em situações distintas como em situações políticas, de formação de alianças e redes comunitárias em que as semelhanças fortes superam as fracas” (p.105).

Sansone (2003) também recorre a esta ideia ao analisar “cor” em áreas “leves e pesadas” e o “espaço negro”. Segundo o autor as “áreas leves das relações raciais são todos os espaços em que ser negro não constitui um empecilho, e em certas ocasiões pode até trazer prestígio” (p.80). Estes são os casos das regiões analisadas pelo autor onde a maioria se autodeclarava negra e onde as diferenças sociais não eram grandes. Já as áreas “pesadas” seriam aquelas que num *continuum*, “quanto mais 'branca' era considerada uma área ou um momento, mais difícil pode ser para os negros” (p.79).

13 Yedo Ferreira nasceu em Santo Amaro da Purificação/BA e aos sete anos mudou-se para o Rio de Janeiro onde iniciou sua militância política no Partido Comunista do Rio de Janeiro, sendo filiado até década de 1960 quando foi dispensado do seu emprego nos Correios e Telégrafos e se afastou da militância comunista devido perseguição da ditadura militar. Na década de 1970 aproximou-se de ativistas negros sendo um dos fundadores da SINBA e IPCN no Rio de Janeiro, também foi um dos fundadores do MNU e até 2003 era ativista do MNU/RJ (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 35).

14 Posição defendida por parte de ativistas do Rio de Janeiro, Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira ambos da SINBA. O estatuto aprovado foi o elaborado por ativistas de São Paulo apoiados pelos demais ativistas do Rio de Janeiro.

da questão teórica trazida pelo ativista reflete e produz eco até os dias atuais. Uma das grandes tensões do MNU é ser um movimento de “quadros” (como definido por muitos ativistas) e de “massa”, pois seria tarefa dos militantes “mobilizar” a população para que reajam contra as discriminações e desigualdades raciais. Para este segmento, o papel do movimento está em situar-se em um campo de esquerda e luta social. Para outros é preciso “reivindicar” medidas pontuais e emergenciais que amenize os efeitos do racismo sobre a população negra, por isso o engajamento em políticas de ações afirmativas que atuam de forma direta e específica na diminuição de desigualdades raciais e sociais. Tais “diferenças”, como apontado por Yedo, têm convivido simultaneamente no interior do movimento negro, e, parece produzir dois grandes efeitos: um deles, a luta política garantiu avanços importantes para população negra e, o outro, a luta política cultural possibilitou ampliar os espaços para articulação e engajamento político da temática étnicorracial. Entretanto, para os ativistas que situam a luta antirracista em um campo de esquerda e luta social, a mobilização é ato constante que visa a superação do racismo e à construção de relações sociais menos desiguais. Para estes, as ações afirmativas implementadas são importantes, no entanto, não tem garantido ganhos substantivos e significativos para a população negra que em sua maioria continua no subemprego e favelizada. Atualmente esta discussão ganhou novo fôlego no interior do movimento com o julgamento de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI)¹⁵ julgadas nos meses de abril e maio no Supremo Tribunal Federal. As ações tratam justamente da implementação das ações afirmativas, luta histórica do movimento negro. As mobilizações que vêm ocorrendo por conta destes julgamentos retomam as discussões e tensões políticas-ideológicas da década de 1980. Entretanto, ao longo dos anos 1970 e 1980, não houve a experiência de implementação das ações afirmativas no Brasil, a conjuntura político-social de mobilização dos movimentos sociais e

15 A ADI 3238 e a ADPF 186. A primeira pede anulação do decreto presidencial nº 4887/2003 que regulamenta a regularização de terras quilombolas. A ação foi requerida pelo Partido Democratas (DEM) e julgada procedente pelo relator do processo. Em virtude do voto do relator, foi pedido vistas ao processo pela ministra Rosa Weber. Atualmente encontra-se em análise aguardando nova data de julgamento. Este primeiro voto é considerado pelo movimento negro uma derrota as lutas e conquistas negras e deve-se ao racismo institucional e a política de manutenção de privilégios da elite ruralista do país. Informações sobre o processo disponíveis em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=3239&classe=ADI&origem=AP&tipoJulgamento=M&recurso=0> Acesso em 07/05/2012.

A outra ação é Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental (ADPF) 186 interpretada pelo partido democratas (DEM) que questiona o estabelecimento de reserva de vagas nas universidades sobre o critério racial. A Ação foi julgada improcedente, e o sistema de reserva de vagas com recorte racial foi julgado constitucional. Informações sobre o processo disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=186&classe=ADPF&origem=AP&tipoJulgamento=M&recurso=0> Acesso em 07/05/2012. Quanto a este julgamento segmentos do MNU lançaram uma carta que circulou entre as listas de e-mails do movimento chamando atenção que este ganho foi parcial, pois segundo do documento, o julgamento não decidiu sobre a obrigatoriedade das cotas, não decretou o fim do racismo, não sancionou a igualdade econômica dos negros. Neste sentido chama atenção dos ativistas para necessidade de mobilização para luta antirracista e para a construção de uma sociedade mais justa. O e-mail com o texto encontra-se no anexo III.

transição para democracia envolvia o movimento negro que experimentava problemas sociais. Na década de 1980, o contexto e a efervescência de mobilização social com foco na política institucionalizada – sobretudo combate a lógicas paternalistas e clientelistas da política - não deixava claro para ativistas do movimento negro a possibilidade de uma política cultural como *locus* da sua cultura política.

A discussão sobre os rumos e caminhos que o movimento deveria seguir adentra os anos 1980, impulsionada também pela mobilização da sociedade civil e a luta pela democracia. As lideranças do MNU cindiam, por um lado, entre aquelas vinculadas às ideias da esquerda e da luta democrática que se organizava a partir de organizações socialistas e, de outro lado, estavam as lideranças sintonizadas com a resistência cultural, que se espalhavam nos meios negros mais pobres (GUIMARÃES, 2002), onde se concentrava a população negra. O que era presente nesta cisão, além da ênfase cultural ou política de suas práticas, era qual proposta de mudança social e estratégias de ações defendiam as organizações do movimento negro. O debate também refletia o contexto político e ideológico do período, bem como o que se entendia por cultura negra.

O horizonte para o movimento negro estava em como organizar o movimento e mobilizar a massa da população negra para a questão racial. Textos produzidos por militantes do período demonstram como a discussão sobre as estratégias de organização e mobilização envolvia o debate sobre os usos da cultura negra (CUNHA, 2000). Tal debate foi bastante intenso, na prática acabou polarizando o movimento entre os que defendiam o racismo como questão política, articulando esta discussão a espaços reconhecidos como políticos; e os que enfatizavam a sociabilidade, investindo nas práticas culturais como campo de atuação política.

Para Cunha (2000), a politização do movimento social negro no período final da ditadura militar dava-se por meio das lutas que objetivavam a reorganização popular para conquista do poder e da democracia. Essa luta se opunha às lógicas clientelistas baseadas nas trocas de favores e propunha a organização e mobilização como formas de mudança social. Nessa ótica, as entidades entendidas como “assimilacionistas” (ou culturalistas conforme definição de Hanchard) “reificavam vínculos políticos calcados no personalismo ao desejarem integração e não transformação”(CUNHA, 2000, p. 338).

O debate entre as estratégias e campos de atuação do movimento negro foi bastante intenso ao longo dos anos 1980, e ainda se faz presente em setores do movimento negro. A estratégia de mobilização e consciência em torno do que se chamava “cultura negra” ganhou um tom político. A adjetivação “negra” informava o sentido de resistência, traduzindo um projeto de transformações

sociais, como o combate a desigualdade racial. Assim, buscaram-se articular ações em torno da “cultura negra” como estratégia de mobilização e conscientização das populações mais pobres e carentes, em sua maioria negros e mestiços. As construções em torno da cultura negra sofreu reconfigurações a fim de viabilizar projetos políticos e de construção de identidade (sejam coletivas ou individuais), tão significativos que viabilizaram a organização política de diferentes grupos (CUNHA, 2000) e organizações negras.

As reconfigurações em torno da “cultura negra” aliadas ao contexto de garantia da democracia, ampliam as formas de organização e atuação do movimento negro. A luta pela garantia da democracia formal, nos anos 1990, possibilitou que os movimentos sociais redefinissem o poder social ao disputar “os parâmetros da democracia e as fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, agendas e campos de atuação” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 15).

No que concerne ao movimento negro, a redefinição do político e a articulação entre cidadania e esfera pública considerou a especificidade do contexto brasileiro no que se refere à diferença racial e étnica, pois as desigualdades sociais acumuladas historicamente mantiveram os modos de dominação na esfera pública burguesa (HANCHARD, 1996). A discriminação racial no Brasil legou à população negra uma cidadania restrita e parcial, que só foi obtida através da mobilização política deste segmento social. A esfera pública burguesa ou o espaço político dominante não foram (e não são) as únicas áreas ou possibilidades para articulação cultural, pois “através da segregação e de outras formas de alienação racial, as esferas públicas alternativas operam dentro de uma esfera pública definida de maneira ampla” (HANCHARD, 1996, p. 43). Este fenômeno é observado nas diferentes organizações do movimento negro, as quais enquanto grupos marginalizados, construíram esferas públicas próprias capazes de pensar e articular projetos que proporcionaram importantes avanços para população negra¹⁶.

16 O estudo de Guimarães (2002), cita uma pequena lista de reivindicações do movimento negro garantidas através de leis estatais e ações governamentais pontuais relativas a questão racial. Telles (2003), no capítulo 3 do seu livro “Racismo à brasileira”, analisa as articulações e o diálogo do Movimento negro junto ao Estado na proposição de políticas públicas para população negra. Concomitante a essa articulação junto ao Estado há ainda as ações das diferentes ONGs que desenvolvem projetos específicos voltados à população negra (CRUZ, *et. alli*, 2008; LIRA, 2006).

2.3 Movimento negro contemporâneo em Porto Alegre: Política e cultura negra na organização do movimento na cidade

Assim como no restante do país, o surgimento do movimento negro no Rio Grande do Sul foi resultado da resistência dos negros à escravidão e ao racismo. Ativistas acreditam que o fato desse estado ter recebido um número menor de escravizados, em relação aos estados do nordeste e sudeste, tenha definido um padrão de relações raciais, “onde o contraste estabeleceu com mais visibilidades os limites do 'lugar do negro' ”(NABARRO, 2000, p. 30). Tal fato também se apoia na construção social da identidade regional que se faz presente na reconstrução histórica da organização social do estado.

Para estudiosos e ativistas, a solidariedade intrarracial, construída no seio da população negra do estado, permitiu o surgimento das sociedades recreativas e clubes negros, religiosidade afro-brasileira, diversos grupos de expressões culturais negras, que podem ser entendidas como “uma resposta político-cultural a uma situação de fragilidade social” (NABARRO, 2000, p.30).

Em Porto Alegre, os clubes negros e entidades recreativas, atuantes desde finais do século XIX, formaram importantes espaços de sociabilidade negra, o que comprova a existência de ampla rede de relações sociais no espaço urbano (BITTENCOURT, 2005). Na década de 1970, houve a emergência tanto de grupos culturais influenciados pelos movimentos de reivindicação e protestos negros na África e nos EUA quanto grupos culturais focados na temática racial que emergiram de escolas de samba, como é o caso do Grupo Afro-Sul de música e dança criado em 1974¹⁷. Este grupo se constituiu em um importante veículo de divulgação da presença artística negra em Porto Alegre.

Um dos mais importantes e reconhecidos grupos culturais surgidos na cidade na década de 1970 foi o Grupo Cultural Palmares, fundado pelo poeta e professor Oliveira Silveira¹⁸. Este grupo foi responsável pela pesquisa e proposição da data de 20 de novembro, que em 1978 ganha a denominação de *Dia Nacional da Consciência Negra*, reconhecido atualmente como o dia de

17 Em 2000, foi criado o Instituto Cultural Afro-Sul/Odomodê, com a missão de “preservar, pesquisar e divulgar as culturas afro-brasileira e afro-gaúcha e prestar serviço social como uma ONG ligada ao terceiro setor” (Instituto Cultural Afro-Sul). As principais atividades desenvolvidas no Afro/Sul são vinculadas a música, dança, moda e gastronomia, estas atividades buscam retratar a cultura afro-gaúcha, oportunizando as crianças e jovens que participam do Grupo aprender e praticar a cultura afro-brasileira. O Grupo Afro-Sul atua também como um importante veículo de divulgação da presença artística negra em Porto Alegre através das apresentações, nacionais e internacionais de seus espetáculos de dança e música. Disponível em: http://ong.portoweb.com.br/afrosul/default.php?p_secao=8 Acesso em 03out2011.

18 Oliveira Silveira foi um ativista do movimento negro, poeta e professor, um dos idealizadores do 20 de novembro como dia de referência para a luta negra no Brasil. Como poeta, escritor e ativista foi um dos defensores e divulgadores da identidade afro-gaúcha e afro-brasileira, no momento em que as lutas negras inspiravam-se nas ideias da diáspora negra. Faleceu em 2009.

referência para luta dos negros no Brasil (GARCIA, 2006). As reuniões, pesquisas e discussões promovidas pelo Grupo Palmares foram importantes na reelaboração de novos elementos simbólicos que criaram outras referências para a identidade negra. Através da proposta de revisão histórica, seu trabalho desvelou as tradições de resistência negra no Brasil e as influências vinda da diáspora negra (CAMPOS, 2008). O grupo manteve atividades até 1986, quando os ativistas passaram a integrar o Movimento Negro Unificado/RS.

O Grupo Palmares é uma referência para o movimento negro contemporâneo. Nacionalmente é reconhecido por ser o proponente da discussão acerca do significado do 13 de maio, tendo proposto uma data de referência para resistência negra dentro de marcos históricos negro – como o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares. Em nível local, o grupo, ao longo de sua existência, reuniu, formou e foi referência para ativistas que atuam no movimento negro da cidade¹⁹.

Alguns grupos culturais da década de 1970 foram formados a partir de encontros de jovens negros em locais no centro da cidade. Alguns destes locais, até hoje, são pontos de encontro e referência para jovens negros(as) e ativistas do movimento²⁰. Esses encontros serviam para troca de informações sobre festas, reuniões e atividades em sua maioria vinculada a temática étnicorracial. Em entrevista com o senhor Ubirajara Toledo²¹ - ativista do MNU/RS na década de 1980/90, um dos fundadores, em 2001, do Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ)²² - sobre o início de sua militância, ele destacou que:

o grupo Cultural Razão Negra era uma proposta para se discutir e se arregimentar a partir de atividades culturais, de festas, e também discutir as questões raciais. Então a minha militância, efetivamente a minha experiência, ela se dá a partir do grupo cultural Razão

19 Os ativistas entrevistados não fizeram parte do Grupo Palmares, mas se relacionaram com o grupo e seus fundadores, como o caso de Ubirajara Toledo que fazia parte do Grupo Cultural Razão Negra, no qual o professor Oliveira Silveira também participava. A atriz Vera Lopes, participou das reuniões de elaboração e construção da Revista *Tição* (1977-1980), cujo membros do corpo jornalístico reunia alguns fundadores do grupo Palmares e demais ativistas envolvidos com a temática racial. A Revista *Tição* teve dois números, em 1978 e 1979, e uma edição única em jornal em 1980. A Revista dialogou com a imprensa negra do período, seu conteúdo envolvia a história, debates sobre o racismo, questões sociais, políticas e culturais em geral, reafirmando a possibilidade de “uma imprensa negra vigorosa, renovada, séria e rica em abordagens, temas e profundidade” (SILVEIRA, 2005, p. 116).

20 Para citar alguns exemplos de locais no centro da cidade: Esquina do Zaire, ocupada por integrantes do Movimento Negro, adolescentes e grupos carnavalescos negros, antigos bares das ruas Riachuelo, Andrades Neves e José Montaury, frequentados por sambistas e pagodeiros; Rua dos Andrades, Galeria Chaves e Shopping Rua da Praia frequentados por jovens rappers, Djs, MCs, dançarinos; e o Mercado Público referência para religiosidade de matriz africana na cidade (BITTENCOURT, 2005).

21 Entrevista realizada dia 19 de maio de 2011.

22 O IACOREQ surge de um grupo de militantes do MNU/RS, que assinaram a tese “Raça e Território”, com o objetivo de contribuir com as lutas rurais das comunidades quilombolas, com o intuito de que elas ecoassem nas agendas políticas estaduais e nacionais.

Negra. Eu conclui o Ensino Médio sempre em contato, participando daqueles pontos de encontro naquela época de estudante negro, nos encontros sexta-feira na Rua da Praia e ali encontrando uma parte da comunidade negra, jovens, uma forma de encontro e também de saber o que acontecia na cidade, então tive essa convivência de na sexta-feira como se fosse um ponto, e era de fato um ponto de encontro, vários negros que conversavam e trocavam suas experiências.

As reuniões realizadas pelos grupos culturais também instrumentalizava os(as) jovens negros(as) para o enfrentamento do racismo vivido por eles no seu cotidiano, assumindo um caráter pedagógico para a politização das relações raciais e também como um instrumento para a luta antirracista. Este aspecto também é relatado e destacado na entrevista de Vera Lopes²³, atriz e ativista negra, que no início de sua carreira conheceu um grupo de jovens e também participou da Revista *Tição*. Em sua entrevista, ela destacou episódios de discriminação que a motivaram a se aproximar da temática racial via grupos ligados ao movimento negro. Sua aproximação com a militância negra acabou por instrumentalizá-la para uma tomada de consciência acerca da discriminação racial, como relata a seguir

Na época que eu conheci o pessoal da *Tição* eu era uma menina negra eu tinha consciência de que era negra, sou de uma família negra que tem consciência de ser negra mas não tinha no seio da família, a gente não tinha essa discussão assim da questão racial, então a gente sabia que era negro, sabia que tinha discriminação, a minha família sempre soube, eu fui criada pelos meus avós, a minha avó sempre alertava a gente para as armadilhas do racismo, para os cuidados que a gente deveria ter, mas não se verbalizava quais eram as saídas, quais eram as possibilidades e saída. Quando eu conheci esse pessoal da *Tição*, o pessoal vem assim não só com a *consciência de ser negro* mas com a *consciência política* de ser negro e da nossa importância nessa sociedade, do quanto o racismo nos limitava e nos limita até hoje e também buscando estratégias de enfrentamento do racismo, naqueles anos 70, naquela época a gente tinha muito a necessidade da denúncia do racismo, de fazer uma denúncia do que acontecia, e eu acho que hoje, quanto a denúncia e as estratégias de enfrentamento, acho que a gente avançou bastante nas estratégias de enfrentamento do racismo. Então a diferença era essa assim, eu saber que era um pessoa negra, saber que eu era uma mulher negra, mas não ter essa consciência mais *política*, ser mais atuante, mais ativa na defesa de direitos nossos. Acho que isso eu aprendi com aqueles jovens daquela época que éramos todos muitos jovens na faixa dos 20, chegando aos 20, assim era uma gurizada bem legal (grifos meus).

Consciência e conscientização são recorrentes nas falas e relatos dos ativistas. Costa (2006) destaca que desde a fundação do MNU, estes conceitos ocupam lugar decisivo na formulação de estratégias do movimento negro. As ideias de igualdade formal assegurada por lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que no Brasil não existia racismo sustentavam ideologicamente a opressão racial. Neste sentido os conceitos de consciência e conscientização para o movimento são fundamentais pois desvelam o racismo sofrido pelos negros no Brasil na

23 Entrevista realizada em 19 de junho de 2011.

medida que estes tomam conhecimento das diferentes formas de discriminação racial que integram seu cotidiano. A consciência racial possibilitaria que a população negra reagisse as formas de racismo através da denúncia e do engajamento político na luta antirracista, como referido pela atriz Vera Lopes.

O movimento impulsionado pelo Grupo Palmares e demais grupos culturais ganha corpo nos anos 1980 em Porto Alegre. Neste período, assim como em outras regiões do país, eram intensas as atividades de organizações e ativistas que propunham o combate e enfrentamento do racismo. Os Agentes das Pastorais Negros – APNs, denunciavam, junto aos teólogos negros da libertação, o racismo presente na Igreja Católica e também propunham campanhas de alfabetização no Rio Grande do Sul. Tais ações foram importantes e motivaram o ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares (LOPEZ, 2009). Outro exemplo é o Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE, criado em 1987, que emergiu no contexto de articulação dos movimentos negros na cidade. Conforme destaca Lira (2006, p.23) esse grupo assumiu o “discurso político-cultural que vincula a superação do racismo mediante o fortalecimento da identidade cultural negra e que vê na organização cultural comunitária negra a base do possível exercício de sua cidadania e de sua insurgência como sujeito político coletivo”.

Em meados da década de 1980, foi organizado o Movimento Negro Unificado na cidade. Segundo relato de ativistas nesse momento o movimento se construía, haviam reuniões que eram realizadas em uma sala do Mercado Público da cidade onde se discutia estratégias e bandeiras de luta. De acordo com as entrevistas, havia trânsito e circulação dos ativista negros por diferentes organizações. Os eventos sobre questão racial reuniam militantes e organizações com variadas origens, concepções políticas e ideológicas distintas, que por vezes eram divergentes. Mesmo assim a temática racial era um tema que unificava as diferentes organizações na busca por melhorias para população negra na cidade.

Diversos fatores ajudam a compreender o ativismo negro em Porto Alegre. Nesta pesquisa, contrastando dados coletados em depoimentos e bibliografia sobre o tema, identifiquei três fatores inter-relacionados que ajudam a compreender as especificidades e particularidades do movimento negro na cidade. Tais fatores são: primeiramente de cunho histórico e social, que se refere aos aspectos históricos, geográficos e de construção social; em segundo, a conjuntura, acontecimentos locais, articulados ao contexto mais geral (nacional e internacional) que tiveram efeitos na cultura política do movimento negro, e, em terceiro pode-se destacar a composição demográfica da população do estado segundo raça/cor. A seguir descrevo analiticamente esses fatores.

2.4 Ativismo negro local: continuidades e particularidades

O primeiro elemento que auxilia a compreensão da construção da cultura política do movimento em Porto Alegre é o que denominei de histórico e social. Tal fator segue o sugerido por Araujo (2004) que relaciona a organização e mobilização política negra como consequência da tradição associativista e de movimentos populares existentes na capital desde a década de 1940. A ideia pode ser corroborada através dos relatos sobre a trajetórias de ativistas da cidade, inclusive alguns entrevistados dessa pesquisa que tiveram o início de sua militância nos movimentos populares de luta pela moradia. Entretanto, tal explicação não dá conta da multiplicidade de pertencimentos e relações presentes na militância negra da cidade. Para Lopez (2009, p. 170) a militância vai “além dos laços étnicos que unem militantes a comunidades de pertença. A militância articula espaços negros, com organizações que gravitam nos laços familiares e de vizinhança até entidades de alcance nacional”. A hipótese de Araújo (2004) parece condizente se relacionada a ideia bastante disseminada, sobretudo pela mídia local e por um segmento tradicional da historiografia, na construção social da identidade gaúcha, que apesar da diversidade etnicorracial presente no estado, representa o gaúcho como um tipo único social dotado de um senso de politização. Para Oliven (1993) o Rio Grande do Sul por sua condição histórica e geográfica, território de fronteira, mantém com o país uma relação de tensão entre autonomia e integração. Para o autor “as peculiaridades do Rio Grande do Sul contribuem para a construção de uma série de representações ao seu redor, que acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e a criar práticas no presente” (OLIVEN, 1993, p.400).

O que cabe destacar aqui é a influência que a construção social do gaúcho tem no imaginário e cultura política dos diferentes movimentos sociais no estado, em especial ao movimento negro. A ideia de particularidade e excepcionalidade do estado ou do gaúcho está presente nos relatos dos ativistas, sobretudo àqueles vinculados as redes militantes nacionais. A dimensão histórica e social integram as narrativas sobre o desenvolvimento do movimento no estado. Onir Araújo²⁴, advogado, integrante do GT Quilombola do MNU/RS, militante há mais de 30 anos, destaca questões históricas do movimento local que é referência para a militância negra de maneira geral.

O Rio Grande do Sul tinha e tem, uma história na própria rearticulação do movimento negro no final da década de 70 que deu origem ao surgimento do próprio, primeiro, Movimento

24 Entrevista realizada em 28 de junho de 2011.

Unificado Contra a Discriminação Racial e depois, no primeiro encontro já no Rio de Janeiro, MNU – Movimento Negro Unificado. Eu falo isso porque aqui em 71 foi a primeira articulação da questão do 20 de novembro feito pelo grupo Palmares, Oliveira Silveira, que faleceu em janeiro de 2009, que pautou essa discussão junto com militantes antigos o próprio doutor Cortes, foram os criadores do grupo Palmares e que tiveram uma importância muito grande na própria rediscussão dos referenciais do Movimento Negro no país e foram fundadores do MNU, então o MNU que é a organização que eu faço parte é que incorporou essa questão da denúncia da democracia racial e criar um referencial de luta a partir de Palmares, fazendo uma releitura do 20 de novembro e denunciando a farsa da falsa abolição. O Rio Grande do Sul teve uma importância muito grande e tem uma história bem rica, inclusive da própria imprensa negra, tinha o jornal *Tição* [...] tem uma história de resistência, a Frente Negra existiu aqui no Rio Grande do Sul na década de 30, inclusive foram militantes da Frente Negra de Pelotas que foram na década de 30 para Pernambuco e ajudaram a fundar a Frente Negra em Recife. Então tem toda uma história e uma história que tu vê viva, viva, do Movimento Negro aqui no Rio Grande do Sul, expressa também nos clubes, no próprio referencial popular envolvendo a questão do samba e tal e que sofreu um processo muito forte de ataques de desterritorialização, a própria cidade de Porto Alegre ela expressa, a expansão urbana dela, esse processo de ataques, de limpeza étnicas, de desterritorialização de perdas de referenciais que foram mantidos a duras penas. Então tem essa trajetória, tem essa história e o MNU que é a organização que eu faço parte de certa forma, bebe num fio condutor dessa história e eu aqui de certa parte, a minha opção por atuar politicamente como sujeito político, especificamente no Movimento Negro, essa minha vinda pra cá, de certa forma, me ajudou bastante em adquirir esse tipo de consciência que é necessário que nós negros e negras nos organizemos pra pautar a sociedade brasileira a partir de um referencial nosso.

O relato acima traz uma série de eventos sobre a organização da política negra em diferentes épocas, resgatando e reconstruindo o histórico de mobilização e luta do movimento negro no Rio Grande do Sul. Entre o universo pesquisado, era comum ouvir em cada análise feita ou questão respondida uma relação de continuidade e aprofundamento da luta histórica do movimento negro. Outro fato é que os ativistas se apropriaram do referencial teórico, filosófico e político da diáspora negra, sendo comum nas entrevistas a citação de autores e lideranças negras tanto nacionais como transnacionais (Lélia Gonzales, Abdias do Nascimento, Malcon X, Diop, Martin Luther King, Stive Biko, Frantz Fanon, entre outros). Tal fato permite analisar a mobilização negra numa estrutura temporal secular, ou seja, permite que vejamos a mobilização política negra como capítulos de uma história a longo prazo e em desenvolvimento no Brasil, e ainda “relacionar a história do protesto negro com a história das relações Estado-sociedade no Brasil nos últimos cem anos” (ANDREWS, 1998, p.27).

O segundo elemento, conjuntura, refere-se a dois acontecimentos locais que produziram reflexos na cultura política do movimento negro, sobretudo por se constituir em espaços de mobilização e articulação política. Primeiro a ascensão, na década de 1990, do Partido dos Trabalhadores na gestão municipal. Em segundo a realização das edições do Fórum Social Mundial, que teve sua primeira edição em 2001.

A intensa mobilização das organizações do movimento negro em Porto Alegre coincide com uma mudança partidária na gestão da cidade – a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo municipal²⁵. O surgimento do PT nos anos 1980 representou uma nova possibilidade no cenário político eleitoral reunindo em sua base muitos segmentos populares e dos movimentos sociais. O PT surge como uma alternativa política no período de redemocratização para muitos militantes, inclusive do movimento negro.

Em Porto Alegre muitos ativistas negros, sobretudo do MNU, militavam no Partido. A vitória do PT nas eleições municipais representou para esses ativistas um canal institucional para a implementação de políticas públicas voltadas à população negra. Como parte da administração desta gestão foi inaugurado o Núcleo de Políticas para o Povo Negro, criado em 1992. O núcleo tinha um formato de assessoria especial, assim como a política implementada em outros estados e cidades como resultado da mobilização negra e seu diálogo com os governos (municipal, estadual e federal). O núcleo de assessoria para o povo negro, atualmente está vinculado ao Gabinete do Prefeito com a denominação Gabinete do Povo Negro de Porto Alegre.

A implantação do núcleo objetivava contribuir com a administração pública para adoção de ações voltadas para população negra na cidade. De maneira geral, as coordenadorias e conselhos criados no país no período encontraram barreiras políticas e operacionais que acabaram frustrando as expectativas dos ativistas. Por outro lado, possibilitou a participação democrática dos negros nas administrações públicas (TELLES, 2003). No caso de Porto Alegre o núcleo de assessoria do povo negro, além de contribuir para as políticas públicas implementada nos anos 2000 na cidade²⁶, foi um espaço para a articulação política dos diferentes grupos e organizações do movimento negro e reunia também segmentos envolvidos com práticas culturais o que conferiu ao movimento na cidade uma certa unidade em torno da questão racial. Esta visibilidade e certa unidade podia ser percebida na Semana da Consciência Negra²⁷, que era organizada por uma comissão vinculada a

25 O Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no governo da cidade em 4 gestões consecutivas no período de 1989-2005, com os seguintes prefeitos: Olívio Dutra (1989-1993), Tarso Genro (1993-1997); Raul Pont (1997 – 2001), Tarso Genro (2001-2002); João Verle (2002-2005). Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_prefeitos_de_Porto_Alegre Acesso em 03dez11.

26 Em 1997 foi criada a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC), a partir de então o núcleo integrou esta coordenação. Com a transformação da CDHC em Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública, o núcleo de assessoria torna-se Núcleo de Políticas Públicas para o povo negro. A mudança da CDHC para Secretaria possibilitou que o núcleo dedica-se a implementação de ações afirmativas no município como os procedimentos para a titulação do Quilombo da Família Silva (primeiro quilombo urbano reconhecido no Brasil) e mediasse a implementação do sistema de reserva de vagas nos concursos municipais (LOPEZ, 2009).

27 Realizadas anualmente durante o mês de novembro. Durante existência do núcleo se articulava as atividades da Semana da Consciência negra de diferentes organizações as atividades da Semana municipal a fim de dar unidade ao evento. Atualmente o evento ocorre de forma descentralizada, em diferentes datas ao longo do mês de novembro. No ano de 2011 o Gabinete acabou não participando das atividades organizadas pelo movimento negro, o que causou certa tensão entre o Gabinete e segmentos do movimento negro organizado que buscavam uma ação conjunta a fim

coordenadoria e com representantes de várias organizações do movimento negro. Para Nina Fola²⁸, ativista negra e uma das fundadoras da ONG Africanamente, o núcleo representou um importante espaço de articulação política e amadurecimento para os grupos culturais vinculados a temática etnicorracialetnicorracial

Acho que agente tá falando de 90, 91, por aí nessa época. Quando a gente vai pra Bahia, em 93 a primeira vez [...] naquele momento é tu perceber que existe mesmo muita coisa, muita similaridade, muita coisa que a gente tinha que era negra e não sabia, porque a Bahia é muito negra, como as coisas lá eram intensas a respeito da africanidade e aí sim, quando a gente volta, a gente começa a se inserir em questões bem pontuais de ação dentro da prefeitura porque daí tem uma conjuntura política que facilita isso, não sei quando o PT foi eleito, acho que em 89 que entra o Olívio Dutra na prefeitura e aí se cria a coordenadoria do negro, então a gente entra pra ajudar a coordenar essa semana de consciência negra enquanto o Rabo-de-Arraia²⁹, enquanto grupo organizado de capoeira, ousou dizer que a gente é dos primeiros grupos a trabalhar nesses espaços como militante da questão racial, eu fiz parte da comissão de organização da consciência negra de Porto Alegre de vários anos através do grupo de capoeira até pela Acanne³⁰, até quando a gente virou a Acanne. Então até a Acanne a gente ficou atuando na prefeitura, orçamento participativo tudo, a militância era através da capoeira, então a gente vai buscando esse folego entendendo que nossa militância ela era política, mais a gente queria e quer (eu acho) até hoje trazer pelo viés da cultura ela não era política partidária.

A re-construção da “coisa negra” no Brasil é aqui entendida dentro da ideia da diáspora negra. A validade deste conceito reside na “tentativa de especificar a diferenciação e a identidade de um modo que possibilite pensar a questão da comunidade racial fora de referenciais binários restritivos – particularmente aqueles que contrapõem essencialismo e pluralismo”(GILROY, 2001, p.239). A questão negra, como é colocada pelos ativistas, dialoga com a construção de uma política cultural criada pelas populações da diáspora africana, e, que busca superar a construção social da modernidade que legou a população negra no Brasil um espaço de exclusão social onde sua expressão cultural foi tida como atrasada e exótica. A fala de Nina explora rapidamente um caminho construído pela cultura política do movimento negro que apela para raízes culturais como resposta as modalidades de racismo que negam a historicidade da cultura negra (GILROY, 2001).

de visibilizar a mobilização negra na cidade. Este fato está relacionado a certa tensão presente nas organizações do movimento negro em ser movimento autônomo independente de parcerias com gestões governamentais, tal fato será explorado no capítulo seguinte.

28 Entrevista realizada em 02 de junho de 2011.

29 O Rabo de Arraia é um dos Grupo de Capeira Angola com reconhecido trabalho sócio-educativo através da prática da capoeira. Dois dos fundadores da ONG Africanamente, Guto e Nina, fizeram parte deste grupo até meados dos anos 1990.

30 A Associação Capoeira Angola Navio Negro, é grupo de capoeira fundado em 1985 com sede em Salvador. Há duas filiais deste grupo no estado, uma em Porto Alegre e a outra em Erechim. A sede em Porto Alegre foi inaugurada em 1998 pelo contra-mestre Guto, na época professor de capoeira angola, autorizado por seu Mestre Renê Bittencourt, mestre de capoeira e ativista antirracista que na década de 1980 foi integrante do Ilê Ayê. A Acanne é reconhecida por seu trabalho de preservação da capoeira angola como prática cultural de matriz africana. Informações disponíveis em: http://www.acanne.org/pt_historia_.php Acesso em 06fev12.

Outro acontecimento vinculado a conjuntura foi a realização do Fórum Social Mundial – FSM em Porto Alegre, que teve sua primeira edição em 2001. O FSM integra a agenda de protestos contra o atual modelo de globalização econômica. Apesar da diversidade e pluralidade das correntes político-partidárias, das ideologias e propostas, programas e matrizes políticas, religiosas e ideológicas que circulam no seu interior há em comum entre seus participantes uma postura crítica ou diferente das políticas econômicas implementadas pelo atual modelo econômico de globalização (GOHN, 2010). Sob o slogan “Um outro mundo é possível” diversas organizações do movimento social do mundo se encontraram para debater ideias, trocar experiências sobre suas ações e bandeiras de luta. Para os ativistas do movimento negro local, tanto para aqueles das organizações políticas quanto os das culturais, a realização do Fórum Social na cidade foi um importante espaço para articulação de redes nacionais e transnacionais dos movimentos sociais.

O período de organização da primeira edição do FSM deu-se em um momento de articulação de outro segmento do movimento social vinculada a temática racial, os religiosos afro-gaúchos³¹. Segundo depoimentos de religiosos e ativistas, nos anos 90 se agudiza as perseguições e ataque aos cultos afro na cidade, inclusive com o fechamento de terreiros. A agressão a estes cultos, aliada ao trabalho sócio-educativo desenvolvido em alguns terreiros na cidade, fortalece a criação de redes de ativismo dentro deste segmento, dando visibilidade a militância de religiosos afro, inclusive no movimento negro local. Em entrevista realizada em seu terreiro, o babalorixá³² Babadyba de Yemanjá, um dos fundadores da ONG Africanamente, relata a importância do FSM para este encontro

Nós começamos a nos organizar a partir mesmo de 1990, que começou a grande força o processo de demonização das culturas afros de umbanda e umbandistas né, isso começou a incomodar, e incomodar individualmente cada liderança e a gente começou com o movimento de re-africanização, de retorno a essência de recuperar um pouco esses valores civilizatórios de matriz africana que por conta do sincretismo começaram a ser deixado de lado [...] Esse foi um movimento que começou ali, o professor Jairo que foi um grande insuflador disso, articulador disso, ele que fez muitas provocações para que a gente pudesse sair da intimidade do terreiro, sair de dentro do terreiro e se posicionar daqui para fora, pedindo mais respeito com a cultura de matriz africana e a gente começou a reunir pessoas pra isso né, começamos a fazer cursos, palestras [...] E aí a gente sai e começam pessoas a saber do nosso movimento, a se agregar, outras pessoas que faziam movimentos assim separados, como a Mãe Norinha por exemplo, que já estava participando de algumas discussões ali do movimento negro iniciado por uma série de militantes mais antigos que eram um centro de referência afro-brasileira e tal, e a Mãe Norinha estava nessas discussões e começou a reunir alguns religiosos incomodados com a intolerância. Ela soube do nosso movimento nos ligou, nos chamou e a gente começou a juntar, começamos a nos

31 Uma panorama sobre a religiosidade afro no estado é apresentada em ORO (2008).

32 Babalorixá é a denominação dada aos chefes religiosos das Casas de Religião afro. Para as chefes religiosas mulheres a denominação é Yalorixá. Popularmente os chefes religiosos deste culto são chamados de pai e mãe-de-santo. Entrevista realizada em 21 de junho de 2011.

encontrar em todo esse contexto, a Mãe Vera também já fazia outros movimentos por outros lados, quer dizer nos encontramos e no primeiro Fórum Social Mundial a gente fez uma grande ação colocando os religiosos assim a frente lá, na abertura do Fórum Social, que foi um momento importante e conseguimos um espaço que era inter religioso e onde teve um pouquinho mais de diálogo, a gente começou criar isso e esse movimento foi crescendo foi ganhando força.

Percebe-se que a organização deste movimento ocorreu dialogando com o movimento negro na cidade. Desde os anos 1980, alguns ativistas e fundadores do MNU já chamavam a atenção para o papel dos terreiros na luta antirracista, entendendo que os terreiros são espaços de preservação cultural e religiosa, onde se vivenciam práticas que vão além da celebração religiosa. Para militantes religiosos os terreiros são espaços sócio-educativos onde se praticam valores que celebram o respeito aos seres humanos em toda sua diversidade e pluralidade. Em entrevista, Jairo Pereira³³, teólogo da religiosidade afro e ativista da luta antirracista, destacou que os terreiros não eram somente espaços de celebração, de rituais, “mas um espaço onde (deveria) se pensar o todo da cultura negra, onde está a política, a cidadania, os direitos e etc”. Os ativistas religiosos em Porto Alegre formam uma grande rede, que guardada suas especificidade e diferenças de culto, se aliam ao movimento negro na defesa da liberdade religiosa e da luta antirracista.

Os resultados do FSM, sobretudo na sua primeira e segunda edição, ainda estão para serem analisados (GOHN, 2010). Entretanto o que cabe destacar aqui é o significado e contribuição da realização do evento para cultura política das entidades negras analisadas. É consenso entre os ativistas, apesar de suas divergências políticas e ideológicas, que o Fórum foi um espaço para construção de ações políticas significativas para as organizações que dele participam. Desse modo, o FSM, além das deliberações e encaminhamentos tomados nos seminários e reuniões das organizações participantes, representou um espaço para a constituição de redes nacionais e transnacionais de ativismo social, localmente contribuiu para o fortalecimento do ativismo na cidade.

Por fim, o terceiro fator refere-se a composição racial da população rio-grandense. O sul do Brasil recebeu considerável número de imigrantes europeus. Durante anos a presença negra no sul do país, e no Rio Grande do Sul foi menosprezada e até ignorada. Apesar da importância citada pelos ativistas do estado na organização do movimento negro contemporâneo, a presença negra no sul do país, carece de visibilidade quanto a imagem que o estado construiu para o restante do país, de uma região desenvolvida a base da mãe-de-obra imigrante europeia, onde a presença negra foi tida como mínima (ASSUMPÇÃO, 2000).

33 Entrevista realizada em 30 de abril de 2011.

Entre os ativistas entrevistados, todos referem-se a uma “característica do Rio Grande do Sul” como apontam os fatores mencionados acima. Muitos acreditam que tal especificidade está relacionada a própria constituição, segundo raça/cor, da população rio-grandense. Este fato foi mencionado sobretudo entre os ativistas que viveram em outras capitais como Rio de Janeiro e Salvador, nesta última a população negra constitui a maioria da população³⁴. Segundo relato de Nina Fola, que residiu 6 anos no Rio de Janeiro no período de 2005-2011 e participou do ativismo local

[no Rio de Janeiro] eles me diziam: “ah é lá do sul, veio pra cá porque lá é muito racista”, é um racismo totalmente diferente daqui, lá por mais que a gente tenha nossas rixas na hora que a gente tá brigando com as nossas coisas, eu me lembro na experiência das organizações na semana da consciência negra, quando vinha lá um gestor branco era todo mundo contra ele, mesmo que eu não falasse contigo, pegava depois que tu não devia ter feito isso na frente do cara, porque nós somos minoria aqui, somos poucos e a gente tem que se juntar, a gente tem a percepção da necessidade de união e eu acho que isso assim como os americanos tem os ganhos deles mesmo sendo minoria, eu acho que a gente tem um pouco mais de avanço por conta dessa minoria intelectual, minoria numerosa mesmo, e lá eles não tem isso e isso dissipa. Isso se desagrega e ainda tem a coisa de que o branco é que vai ajudar, o branco é importante que o branco que vai potencializar minhas coisas.

O relato de Nina enfoca uma impressão tida por outros ativistas negros gaúchos, uma diferença no trato da questão racial, do ativismo e das relações raciais cotidianas. Uma hipótese para a questão apoia-se na ideologia da democracia racial brasileira que “impede manifestações, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto” (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p.155). Tal ideologia também dificulta que a temática racial tenha relevância entre a maioria da população, sobretudo nas cidades citadas onde a maioria se auto-declara como pardo, não atendendo ao trabalho do movimento negro quanto a política de identidade étnicorracial (GUIMARÃES, 2002). Os estudos sobre as relações raciais no país são de diferentes escolas. Há entre elas diferentes esquemas interpretativos no que diz respeito ao padrão de relações raciais nas diferentes regiões do país. Conforme destaca Guimarães (1999), os estudos realizados na Bahia, no Recife e no norte do país apontam para um fraco preconceito racial, devido à longa história de convivência entre brancos e negros, tal interpretação segue perspectiva que exalta a miscigenação como um padrão de comportamento brasileiro. Por outro lado, o autor destaca que estudos realizados em São Paulo e no sul do país, conhecidos como escola paulista, demonstraram que as tensões raciais são crescentes e o preconceito é forte, porém negado. Esses estudos, seus

34 Segundo os dados do Censo/2010 do IBGE a população em Salvador segundo raça/cor é: Brancos 18,90%; Pretos: 27,80%; pardos, 51,67%; amarelos, 1,34% e indígenas 0,28%. Na cidade do Rio de Janeiro: Brancos: 51,18%; pretos: 11,46%; pardos 36,5%; amarelos: 0,74% e indígenas 0,11%. Recorrendo a categoria “negro” utilizada por ativistas e estudiosas da temática racial, onde negro é o somatório de auto-declarados pretos e pardos, os dados para estas capitais são 79,47% para Salvador e 47,96% no Rio de Janeiro. Dados disponíveis em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=6&i=P&c=1425> Acesso 08fev12.

diagnósticos e interpretações ajudam a compreender a complexidade das relações raciais no país, entretanto, devemos inseri-los nos seus respectivos contexto de pesquisa e ideias vigentes a respeito do país, pois tais estudos possuem diferenças ideológicas, teóricas e interpretativas que produziram efeitos políticos e culturais no modo como são tratadas as relações raciais no país.

A composição racial no Rio Grande do Sul, a saber: brancos 83%; pretos 5,57; pardos 10,57%, indígenas 0,31% e amarelos 0,33% (o percentual de negros no estado é de 16,14%) é significativa e considerada pelo movimento negro. Essa composição parece ter sido importante para as conquistas locais em termos de políticas públicas e também contribuiu para a formação de amplas redes sociais entre a população negra, que teve suas experiências sociais marcadas pelo contraste e exclusão. A influência das expressões culturais negras são tão marcantes no estado que alguns dados são instigantes e ainda estão por ser devidamente analisados, como a expressiva quantidade de territórios quilombolas no estado e a marcante presença da religiosidade afro, tanto no estado, mas principalmente na capital e em sua região metropolitana. De acordo com a Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul, existem mais de 130 comunidades quilombolas no estado³⁵. Quanto a religiosidade pesquisas censitárias e mapeamentos realizados com o objetivo de quantificar e localizar os terreiros de religião afro, até hoje divulgadas, indicam Porto Alegre como a capital e região metropolitana que mais possui Terreiros em seu território³⁶.

Contudo, destaca-se que a cultura política do movimento negro, suas estratégias e formas intervenção social provocam debates em seu interior. Estes debates tem oportunizado que se amplie e se mantenha a temática racial nas agendas das políticas públicas. No que diz respeito as relações entre cultura e política negra, o tema é bastante presente no interior da militância. Entretanto, na capital do estado, verificou-se condições históricas, conjunturais e sociais que relacionadas,

35 Disponível em http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rs/home_rs.html Acesso 08fev12.

36 Foram publicizadas até o momento as pesquisas realizadas nas seguintes capitais: Salvador, Brasília, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Em 2011 foi publicado a Pesquisa Socioeconômica e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiros desenvolvida do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que mapeou terreiros nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

Em Salvador foram contabilizados 1.160 Terreiros, disponíveis em <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/terreiro/config> Acesso 08fev12. Em Porto Alegre, um censo realizado em 2007-2008, localizou 1.290 Casas de Religião Afro, os dados foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Cultura e encontram-se em análise qualitativo, aguardando publicação em breve. Em Brasília, foram inventariados 26 terreiros, a divulgação da pesquisa encontra-se em Inventário dos terreiros do Distrito Federal e entorno. 1º fase. Brasília, DF: Superintendência do Iphan no distrito Federal, 2009. O estado do Rio de Janeiro tem uma pesquisa publicizada que localizou 847 Terreiros, no entanto, os dados não revelam se a pesquisa foi concluída e qual metodologia empregada, se censitária ou mapeamento por rede de indicação no meio pesquisado, dados disponíveis em <http://www.nima.puc-rio.br/mapeamento/> Acesso 08fev12.

A pesquisa realizada pelo MDS, em 2010, mapeou 4.045 Terreiros nas quatro regiões metropolitanas: Belém (1.089), Belo Horizonte (353), Porto Alegre (1.342) e Recife (1.261). Disponível em <http://www.mds.gov.br/sesan/terreiros/paginas/inicio.htm> Acesso 08fev12.

permitiram que as fronteiras entre as práticas culturais e políticas fossem fluídas. Em momentos específicos o movimento negro local representou uma unidade e serviu de modelo para articulações em outros estados, sobretudo, como a referência para o movimento negro no Brasil do 20 de novembro como data símbolo da luta negra no país.

3 CULTURALIZAÇÃO DA POLÍTICA: MNU/RS E CULTURA POLÍTICA

Neste capítulo busca-se explorar a base em que se apoia a cultura política do MNU/RS através da narrativa dos ativistas e verificar como a organização enfrenta a tensão entre práticas culturais e política negras. Saliento que o objetivo não é delimitar nem categorizar as ações da entidade, e, sim analisar como a organização produz teorias nas ambiguidades do movimento social. Assim será examinado de que maneira a aproximação com as práticas culturais negras tem influenciado as formas de agir, pensar e atuar dos militantes desta organização.

A fim de atingir os objetivos deste capítulo, ele foi dividido em três momentos. Primeiramente, verifico as tensões internas que carrega o MNU/RS, reconhecidamente político, em ser movimento atuante em espaços institucionais e manter sua autonomia e atuação como movimento de massa, através dos documentos e teorias produzidas no interior da organização. Em segundo, analiso os efeitos práticos das categorizações e como o movimento tem articulado sua ação política buscando integrar diferentes setores e segmentos negros (envolvidos com expressões culturais negras). Por fim descrevo e analiso, através dos dados de campo, a cultura política do movimento em diferentes espaços de articulação.

3.1 O MNU e seu projeto político

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma entidade sem fins lucrativos, constituída pelo conjunto dos seus filiados. Segundo ativistas, o MNU e a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) são as maiores entidades negras de base filiativa com sede em vários estados do país.

O surgimento do MNU além de inscrever a luta contra o racismo no Brasil em marcos especificamente políticos – de denúncia e enfrentamento – também ofereceu uma contribuição na formulação teórica a respeito do movimento social negro. Segundo as principais lideranças que participaram do processo de formação do MNU, o movimento deveria articular a luta realizada pelos ativistas aos temas de raça e classe, situando o movimento em uma perspectiva mais de esquerda (PEREIRA, 2010).

O amplo espectro que o MNU buscava articular podia ser visto no seu Programa de Ação de 1982, onde a organização defendia as seguintes reivindicações:

desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p.114).

Destaca-se que o programa de ação do MNU previa uma série de articulações necessárias para o enfrentamento do racismo enquanto uma política de Estado. A denúncia sistemática da ideologia da “democracia racial” brasileira foi uma importante ação do MNU pois visibilizou a existência do movimento negro organizado no país e também pautou o poder público para a adoção de políticas de combate ao racismo. Segundo Domingues (2007) a estratégia que prevaleceu no movimento negro organizado, em especial no MNU, do seu surgimento até anos 2000, foi a de combinar a luta do negro com a luta dos oprimidos em geral, em especial da classe trabalhadora. Podemos observar essa característica pela aproximação e alianças da organização com sindicatos e partidos políticos de esquerda.

Outra característica presente no programa de ação, que destaca o enfoque de mobilização política do movimento, é seu caráter transnacional. De acordo com seu estatuto, o MNU se define como uma entidade nacional de caráter político, democrática e autônoma, sem distinção de raça, sexo, instrução, convicções religiosas ou filosóficas que visa combater o racismo, as práticas de discriminação racial e construir uma sociedade na qual sejam eliminadas todas formas de exploração, e ainda, prevê o intercâmbio com organizações congêneres no Brasil e outros países³⁷.

A definição e os fins do MNU enfocam uma organização transnacional e enfatiza o caráter político com objetivos que visam contribuir na elaboração de um projeto de desenvolvimento para o país. Conforme apontado por Wade (2000) o contexto nacional e internacional são importantes para se compreender a emergência de políticas de cunho etnicorracial. No plano nacional tais movimentos buscam revitalizar as identidades fazendo com que os negros assumam um papel na política nacional, econômica e cultural.

Araujo (2004, p. 47) destaca que “o viés político implementado pelo Movimento Negro Unificado foi tão forte e marcante que os partidos políticos aderiram ao tema racial para obterem apoio eleitoral dos negros”. A aproximação de ativistas negros com os partidos políticos com programas mais progressistas pode ser verificado desde os anos 1920 (SANTOS, 2010). Entretanto é a partir dos anos 1980 que se intensifica o ingresso de ativistas na militância partidária,

37 Artigos 4 a 6 do Estatuto aprovado em Congresso Nacional em 1991.

principalmente no Partido dos Trabalhadores. Como já destacado, o surgimento do PT em 1980 representou “uma novidade no sistema partidário brasileiro porque rompeu com os padrões do modelo político até então vigentes” (ARAÚJO, 2004, p. 6). A aproximação com partidos de esquerda, em busca de poder político, aliado às teorias marxistas que formaram grande parte da militância fundadora do movimento fez com que a díade raça *versus* classe fosse um tema de intenso debate no interior do movimento.

Os estudos sobre raça e classe no Brasil foram iniciados pela sociologia brasileira representada pela escola de São Paulo. A partir dos anos 1950 ampliou-se as pesquisas sobre relações raciais. Estudos de autores brasileiros, principalmente Florestan Fernandes, inauguraram uma agenda de pesquisas sobre a temática e ainda o pensamento de que o preconceito de cor no Brasil era de fato racial e não de classe (GUIMARÃES, 1999). A tese de Florestan Fernandes dizia que o preconceito no Brasil era uma reação das elites brancas à ordem social competitiva, ou seja, uma reação das elites na manutenção de privilégios. Por isso no Brasil o preconceito era não revelado, já que as elites brancas não reconheciam nos negros um competidor, mas um subalterno deslocado (GUIMARÃES, 2002).

A tese de Florestan influenciou a linha política do movimento negro contemporâneo que deixa de reivindicar a integração na vida nacional, como a melhoria da condição social da população negra, passando a incorporar em sua agenda política a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Outro fator de destaque foi a ideia de Guerreiro Ramos, onde negro definido de forma extensa que incluiu os mulatos e mestiços, constituía a maioria do povo brasileiro. Povo aqui era “a parcela da população brasileira excluída de pleno gozo dos direitos civis e sociais, como acesso a educação, emprego e à assistência médica, garantidos pela ordem constitucional” (GUIMARÃES, 1999, p.85). O povo nesta concepção era o oposto da elite, portanto, o movimento negro, longe de expressar os interesses de uma minoria, procurava solucionar os problemas de uma grande massa da população brasileira (GUIMARÃES, 1999). Neste sentido, a melhoria da condição social do negro correspondia a uma mudança social profunda na sociedade brasileira já que os negros correspondiam a maioria populacional no Brasil.

Assim a partir de 1950, acadêmicos disseminam o que os ativistas do movimento negro já denunciavam – que a democracia racial no Brasil precisava ser construída (PEREIRA, 2010; SANTOS, 2005; CARDOSO, 2001). A melhoria econômica no Brasil, ocorrida na década de 1970, possibilitou a alguns negros o acesso ao ensino técnico e superior, no entanto, a melhoria na qualificação de profissionais negros não impediu que estes fossem preteridos no mercado de

trabalho e tivessem rendimentos inferiores aos profissionais brancos (PEREIRA, 2010). Como já mencionado no capítulo 2, o acesso de negros ao ensino superior possibilitou a formação de uma geração de ativistas que buscavam certa confluência de políticas de classe e raça. Alguns militantes tinham certo acúmulo e entendimento da especificidade da questão racial independentemente da classe. Para estes essa experiência advinha de sua participação em movimentos e partidos de esquerda onde não havia espaço nem discussão sobre a questão racial. Para os ativistas negros a mudança social passaria pelo enfrentamento do racismo. Entretanto o tema era preterido pela perspectiva socialista marxista, que muito ativistas negros abraçaram. Tal perspectiva privilegiava a luta de classes como motor da história, entendendo que a questão de raça tratava de particularismo e que servia a ordem social vigente. O movimento negro acabou posto pelo marxismo a reboque da luta de classes (HANCHARD, 2001).

A adoção de uma posição quanto a raça e classe foi um dos importantes elementos na constituição do movimento negro contemporâneo de maneira geral, e o MNU de forma específica. Hanchard (2001) enfatiza que a defesa de uma posição quanto a raça e classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira e superou as posturas dominantes - conformistas e assimilacionistas - presentes no movimento negro. Importante frisar que as mudanças teóricas e ideológicas presentes no movimento negro contemporâneo possibilitou a criação de estratégias que garantiu a mobilização política em torno da questão racial.

A constante denúncia do movimento negro contra a discriminação racial em amplos espaços da sociedade brasileira, juntamente com os estudos acadêmicos sobre raça e mobilidade social (HASENBALG; SILVA, 1988) foram importantes para que o Estado brasileiro admitisse a discriminação racial no país e assumisse políticas de enfrentamento do racismo. No que se refere ao movimento negro, este munuiu-se de todo acúmulo de lutas (nacionais e transnacionais) e experiências para discussão da temática racial articulada a outros temas, como sexismo, gênero, saúde e violência.

No MNU ao longo dos anos 1980 a díade *raça e classe* foi tema de intenso debate no interior da organização. Em Porto Alegre, Lopez (2009) destaca que ativistas com trajetórias vinculada a partidos políticos, sindicatos e academia iniciam o debate sobre a constituição de espaços em torno de práticas culturais negras exaltando sentimentos de pertencimento etnicorracial, dimensões não contemplados no conceito de classe. Esse debate é realizado em 1991, no Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado, onde foram apresentadas duas teses, com duas posições que se colocavam em uma arena de disputa nas quais os ativistas se posicionaram: a tese *raça e*

classe e a tese *raça e território*. A primeira defendia a luta dos negros vinculada à transformação social, esta perspectiva demandava que se ocupasse espaços de decisão e poder na sociedade brasileira para interferir no projeto de nação. A segunda, *raça e território*, defendia “uma correspondência entre identidade étnica, poder negro e territorialidade, com um projeto político do movimento negro que questionava a territorialização da nação” (LOPEZ, 2009, p. 147).

A elaboração das teses que definem a linha de atuação política da organização é uma estratégia do movimento para seu campo de atuação, também refletem como o organização produz teorias que buscam equacionar as tensões presentes no movimento social negro como um todo. As teses refletem o debate em que o movimento esteve inserido; debate este que ainda ecoava no interior da organização. Em outras palavras, a questão era ser um movimento de base com utopias de transformação social em um contexto de emergência e articulação de novos atores e espaços de articulação para temática racial, onde uma multiplicidade de demandas não eram contempladas no trato da questão de classe.

Alguns ativistas destacam um contexto específico que antecedeu este debate nacional interno do MNU. Na década de 1990, o MNU apesar das cisões internas, voltou-se ao resgate da territorialidade negra tanto no meio urbano, quanto o rural. Segundo eles, o marco para esse resgate foi o envolvimento da entidade no processo de remoção da antiga Vila Mirim³⁸, localizada em uma região em amplo crescimento e valorização imobiliária em Porto Alegre, relativamente próximo ao centro da cidade. A vila Mirim era formada pela rua Mirim e vielas adjacentes localizada no bairro Vila Jardim³⁹. Constituída de moradias precárias e carentes a vila se originara de uma ocupação desde a década de 1960. Havia entre seus moradores significativa população negra, e, entre os 113 domicílios cadastrados para remoção seis eram terreiros – espaços sagrados da religiosidade afro-brasileira. Naquele local estava previsto no plano de reforma urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre o entroncamento de três avenidas, o que motivou o processo de remoção de parte dos moradores da vila, a parte mais carente e negra (ANJOS, 2006). A resistência à remoção da vila, de parte significativa dos moradores, gerou uma disputa política que se estendeu por quase 10 anos. Entidades do movimento negro foram solicitadas para intervir no conflito em favor da não remoção da vila. O que cabe destacar aqui é o envolvimento do MNU/RS no conflito e os desdobramentos desse envolvimento para a cultura política do movimento. De acordo com Emir Silva⁴⁰, ativista do

38 Este processo é analisado por (ANJOS, 2006).

39 Bairro localizado na zona norte da cidade, com população oriunda do interior do estado e de outras regiões da cidade. A ocupação efetiva do bairro se deu nas décadas de 1960 e 1970. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=175&hist=1&p_sistema=S Acesso 01dez11.

40 Entrevista realizada em 24 de outubro de 2011. Emir Silva atualmente trabalha na produção de programa na Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão (TVE) um canal público de televisão e rádio. Comanda o programa

MNU/RS da organização neste processo de remoção marcou sua participação em espaços ocupados pela população negra

Olha eu acredito, isso é o meu ponto de vista, minha avaliação, dá pra dividir a década em dois momentos, a primeira metade até 95 (1995) e na segunda. Na primeira metade da década, eu acho que foi um período de rearticulação, de fortalecimento, de formulação, os setores formularam bastante, o MNU praticamente se restabeleceu no estado e outros setores já se via uma articulação institucional de alguns quadros históricos e que transcorreu na ocupação de um espaço público aqui na primeira gestão do governo Tarso⁴¹, parece que efetivamente com uma coordenadoria municipal que o Dilmair assumiu, já é uma referência. Eu não estava aqui no final da década passada, na década de 80, mas o movimento negro tinha eleito um vereador que é o Adroaldo Correia e ele era vereador até o começo da década de 90. Então começaram ações institucionais bem incipientes, mas o que me marcou muito no começo da década foi o trabalho do MNU no resgate, na identificação da territorialidade urbana e rural, o trabalho já em comunidades remanescentes de quilombos como o de Casca, mas o marco mesmo do nosso trabalho, onde nós começamos a tratar da territorialidade urbana foi na Vila Mirim. Na Vila Mirim foi a primeira intervenção nossa para dialogar com a sociedade e poder público e dizer “olha tem espaços urbanos que são habitados por um período pela população negra e que nestes espaços existe cultura, existe religião de matriz africana, e, essa população é oriunda de populações que ocupavam a Colônia Africana⁴² aqui em Porto Alegre”, e aí a Vila Mirim, na Vila Jardim em Porto Alegre.

Percebe-se, neste marco, duas frentes de atuação do MNU/RS. Por um lado, como relata Emir, o movimento busca ocupar posições e espaços institucionais, e, de outro, sob um plano mais interno, começa a discutir sua atuação e seu papel junto a população negra e os territórios ocupados por esta população. Tal atuação conjugava dois aspectos, articular estratégias de mobilização da maioria da população negra para causa racial, e, ao mesmo tempo atuar junto o poder público, ocupar espaços institucionais e exigir políticas públicas específicas, reconhecimento e respeito aos espaços e territórios negros na cidade. A intervenção da entidade neste processo procurando exercer um papel mediador no conflito entre poder público e moradores também tencionou a ação e posturas políticas dos seus ativistas.

Buscando intervir nas estratégias e plano de ação do movimento, a direção do MNU/RS no período, imbuídos de leituras e perspectivas teóricas e políticas que tensionavam os modelos e

Nação que trata de questões voltadas a diversidade etnicorracial. Emir iniciou sua militância no movimento secundarista em final dos anos 70. Nos anos 1980 residiu em Salvador onde aproximou-se de ativistas do movimento negro e retorna ao Rio Grande do Sul já filiado ao MNU.

41 A primeira gestão de Tarso Genro no governo municipal, foi a segunda do Partido dos Trabalhadores (PT) na capital no período de 1993-1997. http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_prefeitos_de_Porto_Alegre Acesso em 03dez11.

42 A Colônia Africana era a antiga denominação de uma região que compreende os atuais bairros: Bom Fim, Mont'Serrat, Rio Branco e Três Figueiras. Estes bairros são próximos ao centro da cidade e atualmente é uma região de alta valorização imobiliária. Antigamente foi assim denominada – Colônia Africana por serem territórios habitados principalmente por população negra onde desenvolveram-se intensamente os cultos afro-brasileiros. A região foi ocupada por maioria negra até meados do século XX quando a partir do projeto de urbanização de Porto Alegre foram removidos para bairros mais distantes do centro da cidade (BITTENCOURT, 2005).

conceitos vigentes sob inspiração marxista, elaboram a tese *Raça e Território* que representaria um avanço na questão racial no interior do movimento. A tese trazia o contexto sócio-histórico relacionado a mudanças e transformações do período, como a crise do socialismo, enfatizando a necessidade de articular as ações macro-políticas do movimento negro com as micro-políticas produzidas em espaços de territorialidade negra.

Pensar essas Formas Sociais Negras o Rap, o Terreiro, o Soul Music, o Pagode como máquinas de guerra que desestabilizam o padrão majoritário é se colocar na linha de uma estratégia macro e micro-política, é radicalizar de tal modo a ligação entre a cultura e a luta de tal modo a fazer aquele conceito submergir neste, desde que a luta deixe de ser encarada apenas sob uma macro perspectiva. Então as práticas do terreiro passam a ser encaradas como luta, luta micro-política, e não mera resistência cultural. Os componentes de subjetividade do terreiro carregam importantes potenciais revolucionários.

As organizações políticas do movimento negro surgiram em oposição ao projeto de extermínio do Povo Negro e as práticas que o encarnam e o reproduzem nas relações de produção capitalistas. Se esse projeto de exterminação étnica ao se encarnar nas relações de produção ganha um caráter macro-político contudo, elas se efetuem no cotidiano das práticas micro-políticas. A tese que pretendemos explorar neste trabalho é a de que o terreiro é o espaço de práticas cotidianas de resistência a essa micro-física do poder. Para entendermos o real alcance e valor dessas resistências teremos de entender a natureza e o alcance do poder a que ele responde (PROJETO POLÍTICO RAÇA E TERRITÓRIO – MNU/1991).

A tese em seu todo tocava no centro da discussão do movimento negro de forma geral, e no MNU em especial. O documento propunha que a entidade operasse mudanças de “natureza ideológica e organizacional no Programa de Ação, na Carta de Princípios, no Estatuto (redefinindo seus fins, forma e a proporção da representação política) e Regimento Interno” (PROJETO POLÍTICO RAÇA E TERRITÓRIO). Segundo ativistas do MNU a tese trazia também a discussão sobre o duplo ativismo, militância em partidos políticos e no movimento negro. Para os defensores da tese não seria possível a dupla militância para a construção de uma nova forma de representação política, pois o duplo ativismo tendia a divergências partidárias que não interessavam a questão racial, visto que o tema deveria ser integrado ao projeto de desenvolvimento para o país, independentemente das gestões dos partidos eleitos. Muitos militantes entendiam que os partidos políticos tendiam a “cooptarem os militantes” o que enfraqueceria o movimento (PEREIRA, 2010).

A discussão das teses no Congresso do MNU tensionou a posição e a postura dos ativistas nacionalmente, criando um arena de disputa onde os ativistas puderam defender suas ideias e confrontar suas posturas políticas, teóricas e ideológicas. A tese aprovada na organização foi a Raça e Classe que previa a articulação do MNU junto as estruturas de poder, ocupando posições e espaços institucionais (quadros de partidos políticos e quadros administrativos) a fim de interferir

no projeto de desenvolvimento para o país sem se dissociar da luta de classes e de uma relação institucional com os quadros administrativos.

Pode-se dizer que o resultado do congresso contribuiu para uma retração do MNU/RS enquanto instituição no período da segunda metade da década de 1990, pois seu resultado tensionou a posição política e ideológica entre os ativistas. A decisão da organização pautou-se em uma leitura de conjuntura que percebia a atuação da organização junto aos quadros de poder como uma das formas de se ampliar as políticas para o povo negro. A estratégia de ação política residia na disputa por espaços de poder, sobretudo em cargos públicos e eletivos, sem deixar de lado o ativismo de base, como determinado no regimento interno.

Alguns militantes, a maioria defensores da tese raça e território eram de Porto Alegre, ao retornarem à cidade após o Congresso afastaram-se do MNU/RS e atuaram em outras frentes, como educação, formação profissional (formação acadêmica) e atuação em projetos e assessorias na temática etnicorracial. Exemplo destas ações é a fundação do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ) que segundo Ubirajara Toledo, “nasceu da vontade política de militantes do movimento negro em contribuir com as comunidades rurais negras, favorecendo o processo de inclusão cidadã dessas comunidades”⁴³. Tal cisão nos remete a antiga discussão do movimento negro e MNU que é presente desde sua fundação, a saber, sob qual proposta de mudança social o movimento se apoia. Se a inclusão da população negra dar-se-á através do caminho democrático estabelecido ou através de uma ruptura com a elaboração de um novo projeto político para o desenvolvimento do país que vincule a mudança social e a superação do racismo a referenciais que reflitam sobre os reflexos da diáspora africana na construção da sociedade brasileira e latino-americana. Para este último, seria necessário que se voltasse para as diferentes ações realizadas nos múltiplos espaços de construção de políticas alternativas ao modelo vigente, estendendo o comportamento político às práticas ativistas desenvolvidas cotidianamente neste espaços.

A retração do MNU/RS no período, segundo ativistas, tem diferentes explicações. Além de questões internas, alguns militantes apontam a participação de integrantes dessa organização junto aos quadros de partidos políticos (em especial o Partido dos Trabalhadores) e quadros

43 Os principais objetivos do IACOREQ são assessorar a organização política dos quilombolas e incentivar a articulação entre as comunidades do estado. Sua atuação inclui a realização de pesquisas e intervenções militantes. As ações do IACOREQ com os quilombolas gaúchos tiveram início em 1999, quando acompanhou o processo de identificação e reconhecimento da comunidade quilombola de Casca. Posteriormente, em 2005, firmou convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa Universitária/UFSC para a realização de um trabalho de assessoria política ao quilombo de Casca. A iniciativa em andamento objetiva um processo de rearticulação coletiva da comunidade dada a importância do pleito na titulação de suas terras. Disponível em: http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/rs/rs_lutas_parceiros_iacoreq.html Acesso 01dez11.

administrativos do setor público, pois tal fato em momentos representou mais visibilidade as ações dos grupos de partido políticos e/ou cargos administrativos do que aos ativistas enquanto representantes do MNU/RS. Para outros, como sugerido por Araújo (2004, p.46) “a variedade de demandas contribuiu para a heterogeneidade do movimento negro brasileiro, onde os programas se dissiparam e suas principais lideranças se distanciaram”. Pereira (2010) ressalta ainda mudanças estratégicas de participação na política eleitoral nos anos 1980-1990 que contribuíram para acirrar a discussão e desdobramentos do duplo ativismo no interior do movimento.

O resultado do Congresso do MNU de 1991 fortaleceu a ação política em espaços institucionalizados. Em âmbito local houve grande avanço na promoção de ações voltadas à população negra, como as coordenadorias específicas (em especial a criação do Núcleo negro municipal, abordado no capítulo anterior) e articulação entre as organizações do movimento negro que reivindicavam em espaços institucionais a promoção de políticas voltadas a questão racial. Apesar das contradições do período, como o aprofundamento de políticas neo-liberais, certa invisibilidade das organizações civis e movimentos sociais, percebe-se uma grande articulação de diferentes organizações negras no combate ao racismo e promoção da população negra. É possível identificar dois campos de atuação dos ativistas e organizações do movimento negro nos finais dos anos 1990. Por um lado, o aprofundamento do diálogo institucional e governamental, neste sentido o trabalho desenvolvido com pesquisas sobre a temática racial subsidiou os ativistas para aprofundar a pertinência do tema e exigir do estado medidas práticas e efetivas de combate a discriminação racial, como as ações afirmativas. De outro, mobilizou e sensibilizou outros segmentos envolvidos com expressões de cultura negra para a luta antirracista.

O surgimento de uma multiplicidade de organizações que integram o Movimento Negro não pode ser explicado somente por divergências políticas e ideológicas discutidas em organizações com tendências federalizantes. Há que se observar a variedade de demandas que possibilita a heterogeneidade do movimento negro no Brasil (ARAÚJO, 2004) e a multiplicidade de questões em jogo no interior de organizações baseadas em critérios específicos relativos a um segmento social, como no caso a população negra. De acordo com Cunha (1998, p.231-232 *apud* GOLDMAN, 2001, p. 58)

as formas de organizações baseadas na “identidade” tendem a escamotear tensões e diferenças internas, bem como, eu acrescentaria, a apresentar, simultaneamente, uma maior maleabilidade no que diz respeito a alianças com forças políticas de outra ordem.

Outro fato que deve ser considerado diz respeito a própria constituição da modernidade

latino-americana, que segundo autores, tem fracassado como projeto político fazendo com que cresça novas formas de ação coletiva e popular (WADE, 2000). No caso brasileiro a construção do moderno Estado Nação baseados em princípios universalizantes, legaram a população negra um espaço restrito, marcado pela discriminação racial. As conquistas políticas para população negra só foram conseguidas através de suas lutas políticas que ultrapassaram o discurso liberal (HANCHARD, 1998) vislumbrando uma sociedade racialmente democrática. Assim o movimento negro tem se organizado de forma segmentar (GOLDMAN, 2001), onde se percebe a conversão de multiplicidades em segmentos e não uma unidade que se dividi formando outras entidades. O surgimento do MNU em 1978 acabou incentivando a criação de diferentes organizações em diversos estados do país (PEREIRA, 2010).

É sob este enfoque de ampliar a ação do movimento negro que, nos anos 2000, o MNU/RS se rearticula em um contexto de multiplicidade de movimentos negros de base cultural. A organização parece voltar-se para espaços sociais negros e de sociabilidade em torno de práticas culturais afro-brasileiras, incorporando temáticas vinculadas à cultura em suas pautas.

A participação do Brasil na III Conferência Mundial contra racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban na África do Sul em 2001 fez com que ganhasse fôlego a implementação de políticas de ações afirmativas no país. Em Porto Alegre, o clima pós-Durban conflui com uma rede de organizações vinculadas a temática racial em contato na cidade (LOPEZ, 2009). O clima de organização pela implementação de uma série de políticas afirmativas possibilitou alianças entre diferentes segmentos negros na defesa dos direitos conquistados para população negra, expressas através das ações afirmativas em diferentes áreas. Ponto alto desta articulação local foi a formação, em 2006, do Fórum Popular em Defesa das Ações Afirmativas. A constituição do Fórum visou reunir os diversos atores mobilizados a favor das políticas afirmativas para o planejamento de ações comuns. A articulação deste Fórum foi realizada por lideranças do MNU/RS, que no período, encontrava-se envolvido em dois grandes pleitos de políticas para o povo negro, um era o reconhecimento e titulação do Quilombo da Família Silva⁴⁴; e o segundo, a defesa dos cargos de professores que ingressaram pela reserva de vagas para

44 O quilombo da Família Silva, foi o primeiro quilombo urbano reconhecido e titulado no Brasil. Está localizado em Porto Alegre no Bairro Três Figueiras, área nobre e de alta valorização imobiliária, o processo de titulação de reconhecimento do território para as famílias negras foi um longo processo que se estendeu desde 1998 quando indivíduos, que mesmo com registro do imóvel nunca exerceram a posse, entraram com ação de despejo contra os moradores, um grupo familiar negro descendentes de um tronco comum que habita o território desde 1940. A ordem de despejo contra a família Silva articulou uma série de atores sociais além do movimento negro, como pesquisadores, políticos e representantes de órgãos governamentais no pleito pela garantia da manutenção da territorialidade negra. O processo de regularização e titulação do território como remanescentes quilombolas é analisado por Carvalho (2008).

afro-brasileiros no concurso municipal em 2004⁴⁵. Lopez (2009, p.323) destaca a importância deste momento político para o movimento negro, onde “conformou-se uma trama de mobilizações, na qual convergiam reivindicações nacionais e locais: os atos públicos do dia 21 de março (Dia Nacional da Luta contra discriminação racial) e 20 de novembro (Dia na Consciência Negra)”.

Em outubro de 2006 foi realizado um seminário, sob título “O papel do Estado e as políticas de ações afirmativas”, na sede do sindicato dos professores do estado do Rio Grande do Sul – CPERS que buscava fortalecer a constituição do Fórum e a proposição de uma agenda unificada de lutas envolvendo os diferentes atores. No encontro foi elaborada uma lista de reivindicações que relacionava pautas pontuais, tais como a questão das servidoras cotistas; a adoção de cotas raciais no ensino superior; e a liberdade religiosa as reivindicações históricas de uma linha de ação do MNU como o “debate sobre a importância e centralidade da questão racial na construção de uma sociedade mais justa sem exploradores e explorados”⁴⁶.

A elaboração do documento e a formação do Fórum resultou de um conjunto de situações que minimizaram as contraposições políticas entre os diferentes segmentos do movimento negro e demais ativistas. O documento elaborado no Seminário buscou uma linha de ação que equacionasse as questões pontuais e emergenciais da agenda local às demandas mais amplas a partir de um eixo mínimo de lutas. A atuação do MNU/RS naquele momento objetivava congregar os vários ativistas em uma ação conjunta, e ainda, integrar os atores envolvidos na mobilização contestatória e pública que propunha mudanças políticas e sociais convergentes com a luta antirracista. O último item do documento insere o movimento em um campo de esquerda, onde seria necessário a construção de um plano de ação com consensos políticos-ideológicos que não foram construídos, pois nem todos mobilizados eram ativistas de movimentos sociais e negro. Entretanto, no que diz respeito a pauta

45 Em 2003 foi publicada a Lei Complementar N° 494 (LCM N°494/03) (disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/509465/lei-complementar-494-03-porto-alegre-rs> acesso 12fev12) de Porto Alegre, que dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros em concursos públicos municipais. A lei garante 12% das vagas para afro-brasileiros, a aprovação da lei foi resultado da mobilização de ativistas do movimento negro que pleitearam junto ao governo municipal a implementação de ações afirmativas. A Prefeitura de Porto Alegre realizou concurso para professores, lançando edital público onde já estava previsto o cumprimento da referida lei. A homologação final do concurso ocorreu em 2004 e as primeiras nomeações iniciaram em março de 2005, dentre elas, as dos afro-brasileiros, de acordo com as regras explicitadas no edital. Em julho de 2006, depois de nomeados(as) e atuando há mais de um ano em seus respectivos cargos, 10 professores foram comunicados pela equipe de ingresso da prefeitura, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) negou os atos de admissão relativos aos seus cargos por considerar inconstitucional a reserva de vagas instituída por esta lei. Tal comunicação fez com que o grupo de professoras (o grupo era formado por 9 professoras e 1 professor, no entanto foram as mulheres que deram continuidade a mobilização) através do advogado chegassem ao Movimento Negro Unificado que se mobilizou no pleito pela garantia da reserva de vagas. Uma carta das professoras sobre seu processo está disponível em http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1647&Itemid=2 Acesso 12fev12.

46 Item 10 da carta aprovada no Seminário “O papel do Estado e as políticas de ações afirmativas”. Este documento circulou na lista de e-mails do Fórum, o qual integrei no período de 2006-2007, uma cópia encontra-se no Anexo IV.

do movimento negro, este momento significou um marco para a reorganização e visibilidade do MNU no estado, assim como um ganho no que diz respeito as políticas afirmativas, luta histórica do movimento negro. Onir Araújo, na época coordenador estadual do MNU, relata este momento dentro da conjuntura política do período e a mobilização social como aspectos fundamentais que garantiram as conquistas do período.

[...] aqui no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil no movimento negro, a gente passou um período na década passada em que a gente teve avanços importantes, conquistas importantes e buscando pelo menos a unidade de ação em torno de questões bem concretas, como foi a questão das cotas na UFRGS, a defesa por exemplo das cotas no concurso público no município de Porto Alegre que houve um ataque através do Tribunal de Contas do Estado e a própria ascensão da luta quilombola no estado, do qual o MNU tem uma importância, militantes que saíram do MNU e fundaram algumas ONGs como o IACOREQ, a ONG Palmares, mas eram do MNU na época que fizeram a discussão, a articulação de quilombos que são referências como Morro Alto, Casca⁴⁷ e assim por diante junto com as comunidades quilombolas e nós e a própria relação de exigência, de se tentar mobilizar conjuntamente, apesar de referenciais políticos e ideológicos diferentes, se pautar em torno de questões bem objetivas.

As ações contrapostas no interior do movimento ficam bastante evidentes no relato acima. O movimento busca articular as amplas ações desenvolvidas nos múltiplos espaços políticos (WADE, 2000), como os quilombos, terreiros de religiosidade afro e espaços de valorização de expressões culturais negras. Percebe-se através dos depoimentos e atividades empreendidas pelo MNU um esforço nas alianças com diferentes organizações do movimento negro, entretanto, a organização manteve certa tendência de aliança com partidos e sindicatos com perspectivas ideológica e política voltadas para a transformação social. Segundo Andrews (1991) o MNU na década de 1980 deixara de priorizar a questão racial para ser um movimento de esquerda. Observa-se que esta tendência adentra os anos 1990 quando o diálogo do movimento com a política institucional (poder executivo, legislativo e judiciário), seja ocupando cargos eletivos ou na direção das coordenadorias específicas, se acentua, e, aliado ao histórico de mobilização garante uma série de medidas constitucionais de enfrentamento do racismo. A aproximação com a política institucional, possibilitou que os ativistas acumulassem experiência de participação nas gestões de governo, no entanto, para segmentos do movimento, essa aproximação acabou afastando os ativistas das lutas por uma mudança social significativa, sendo garantido apenas ganhos objetivos e específicos, como citado por Onir em sua entrevista.

47 Morro Alto e Casca são territórios quilombolas localizados no interior do estado. Morro Alto está localizado em Osório e atualmente encontra-se em processo de negociação do território a ser titulado. A comunidade de Casca fica no município de Mostardas/RS e foi uma das primeiras comunidades que o MNU/RS dialogou, voltando-se para a questão da territorialidade negra urbana e rural como mencionadas pelos seus militantes.

O contraste presente no interior do MNU - aproximação com institucionalidade e autonomia do movimento – reanima o debate interno da organização, que para muitos ativistas está inserida no campo de movimentos sociais com aspirações voltadas a transformação social. Conforme salienta Antonio Matos⁴⁸, ativista do MNU/RS e líder comunitário

nós temos que entender que organizações sociais ou ela são de esquerda ou elas não são organizações sociais. São apenas organizações que pela sua natureza ideológica vai virar uma ONG, um assistencialismo, uma tutela que é própria dos conservadores, do autoritarismo da forma de agir, da forma de pensar, da forma que não visibilize a redenção, transformação. Com isso eu quero dizer o seguinte, tem que ser de esquerda, tem que estar embalado por algum sonho. O PT como grande partido foi o que forneceu a maior parte dos quadros, tranquilo isso, nem todos mas, não existe organização negra, são poucas as organizações negras no Brasil, se a gente pensar não enche uma mão, existe bastante entidades, instituições, ONGs, Assessorias, não sei o quê, entidades de 4 ou 5 com uma estrutura fortíssima que consegue se manter até na mídia e as organizações tudo que é de esquerda no Brasil é rechaçado pelo “status quo”.

A discussão que aborda o fragmento da entrevista de Antonio Matos traz discussões presentes em segmentos da bibliografia sobre movimentos sociais, principalmente as que os analisam pela dicotomia entre a autonomia e a institucionalização dos movimentos sociais (SILVA, 2010). Entre os ativistas há um olhar crítico para certa tendência a “cooptação” de organizações negras que atuam junto a institucionalidade ou com financiamento do Estado, como o caso das ONGs, no entanto, tal crítica não invalida o reconhecimento de avanços obtidos através desta forma de organização. Na prática ambas formas de organização e estratégias de ação do movimento negro convivem simultaneamente, ainda que no plano discursivo, para os ativistas, as lógicas de ação do movimento são vistas de duas formas distintas. Por um lado, uma lógica de ação política institucional, voltada para transformações de cunho macro-político, e de outro, uma lógica política cultural, estendendo o comportamento político aos amplos espaços da vida social, buscando resultados de cunho micro-político. Tais lógicas de ação integram a cultura política do movimento negro desde sua constituição. O que convém enfatizar é que a lógica de ação pautada na política institucional tem provocado intenso debate no interior da militância, e também provocado mudanças na cultura política do movimento como um todo, e do MNU em particular.

Sob ponto de vista local, o envolvimento de ativistas com partidos de esquerda, sobretudo o PT⁴⁹, agudiza o debate interno quanto a autonomia do movimento negro e a questão

48 Entrevista realizada em 15 de junho de 2011 na sede da Associação Comunitária Morro da Tuca, onde ele é presidente. Matos como é conhecido pelo movimento inicia seu ativismo político junto aos movimentos populares pela moradia no final dos anos 1970 quando se aproxima da temática racial. É militante do MNU desde sua fundação, no entanto, retoma o ativismo na temática racial na rearticulação do MNU no estado no anos 1990, quando participa do Congresso Nacional de 1991 apoiando a tese Raça e classe.

49 Muitos ativistas do Rio Grande do Sul ocuparam cargos no governo federal após as eleições do Presidente Lula em

racial. O que está em jogo para o movimento é o combate ao racismo inserido em um projeto político para o país que aponte mudanças significativas a todos segmentos da população negra. Para alguns ativistas isso só é possível a medida que o movimento negro se posicione em um campo à esquerda, como enfatizado por Antonio Matos. Esta é uma das posições e teorias presentes no interior do MNU, há ainda as que enfatizam a necessidade de aproximação com outros segmentos sociais de esquerda a fim de uma ação única no combate ao racismo.

Apesar do esforço empreendido pelo MNU/RS para aproximação com diferentes organizações negras, buscando mobilizar a maioria da população negra sobre a questão racial, as alianças do MNU com estes segmentos parecem frágeis e circunscritas a questões pontuais. No entanto, a existência desta organização no interior do movimento negro é um marco na luta antirracista, servindo de exemplo e base para muitas entidades que surgiram após sua fundação e organização em diferentes regiões do Brasil.

O que quis evidenciar aqui são os desdobramentos destas tensões na cultura política do movimento negro que demonstram a complexidade das questões vinculadas a temática racial no Brasil. O movimento negro apesar da multiplicidade de posturas, inclusive no interior de uma organização como o MNU, tem avançado tanto em ações institucionais, como a crescente adoção das ações afirmativas pelo país, quanto ser um movimento com caráter utópico e transformador. As ambiguidades e contradições presentes no interior do movimento negro não seguem uma forma lógica, pois não tem se apresentado “ou” de uma forma “ou” de outra. O histórico e lógicas de ações empreendidas pelo movimento negro organizado tem demonstrado que convivem simultaneamente uma multiplicidade de posturas que articulam conteúdos normativos, como sua atuação em espaços institucionais, e de aspirações utópicas, como as múltiplas atuações em diferentes espaços de construção e valorização da cultura negra.

A política negra construída pelos ativista no Brasil evidencia diferentes posturas teóricas e filosóficas que constituíram o movimento negro contemporâneo no país. As contradições se colocam em contraposição ideológica e tácita e coexistem no interior do movimento. As frentes de ativismo construídas por esse movimento demonstram como os ativistas lidam com as contraposições presentes em seu interior, fazendo com que uma divisão categorial (movimento político, movimento cultural) não tenham sentido estrito quando analisamos os campos de atuação e estratégias colocadas em ação pelo do movimento negro.

2002. Atualmente o governo do estado está sob gestão do governador Tarso Genro, também do PT, e o ingresso de militantes nos cargos de governo os afastaram do ativismo direto no MNU/RS.

3.2 Política cultural: transformações na cultura política do MNU

Frequente eventos organizados pelo movimento negro em Porto Alegre desde 2005, e a partir de 2006 de forma mais efetiva, devido minha vinculação em coletivos a favor das políticas de ações afirmativas. Posso dizer que meu ativismo se deu a partir desse tema. Sempre me chamou atenção as performances desenvolvidas em eventos do movimento negro, sejam encontros, seminários, palestras, reuniões. O início e/ou encerramento das atividades sempre eram realizados por grupos com apresentações artísticas de cultura negra, sejam elas: música, dança, capoeira, declamação de poemas, leitura de textos, esquetes teatrais. Em alguns eventos, como em seminários e palestras, as apresentações podiam ser consideradas um momento de descontração, no entanto, as performances geralmente expressavam muitos elementos de celebração e de reflexão presentes na história das populações negras. Nas apresentações de dança, as coreografias e figurinos traziam aspectos da cultura negra, gestos que lembram as danças de orixás⁵⁰, tecidos coloridos, alguns de países africanos. No caso das apresentações musicais, as músicas possuem temas e letras que remetem a história de luta dos negros no Brasil e a exaltação da cultura negra geralmente em ritmos que contam com muitos instrumentos percussivos, principalmente tambores⁵¹.

A política negra promovida pelo movimento organizado é entendida dentro de um contexto que considera as relações estabelecidas ao longo do tempo e a influência da escravidão na modernidade ocidental. Neste sentido o ambiente cultural para as populações negras foi um espaço onde se pode ampliar a comunicação agindo como uma forma de contra-poder (GILROY, 2001). Tal fato pode ser visto nas mais diversas atividades promovidas pelo movimento negro que sempre buscam visibilizar as lutas do passado e sua permanência na modernidade.

A compreensão das formas organizacionais da cultura política criada pelas populações da diáspora africana passa por um processo tripartite de engajamento político como sugerido por Gilroy (2001, p. 225)

50 Orixá é o nome das divindades do panteão religioso de matriz africana. No Batuque/Nação, expressão religiosa de matriz africana desenvolvida no Rio Grande do Sul, são cultuados doze orixás, a saber: Bará, Ogum, Iansã (ou Oyá), Xangô, Obá, Odé/Otim, Ossanha, Xapanã, Oxum, Iemanjá e Oxalá. Cada orixá possui características, axés, danças e cantos (ORO, 2008). Uma análise das características de cada Orixá é feita em Correa (1992).

51 Muitas das músicas utilizadas em eventos são sambas, alguns sambas-reggae e rap. Algumas músicas são muito representativas e recorrentes nas atividades promovidas pelo movimento negro. Alguns exemplos das músicas mais utilizadas em eventos que participei foi: O canto das três raças (Clara Nunes); Sorriso Negro (Ivone Lara); Kizomba (Martinho da Vila); Zé do Carço (Leci Brandão); Ogum (Zeca Pagodinho). Essas letras encontram-se no anexo V. Nos eventos promovidos pelo movimento religioso, ou onde há lideranças religiosas presentes é comum as atividades iniciarem com saudações e cânticos aos Orixás.

[...] primeiro, na busca ativa de auto-emancipação da escravidão e seus respectivos horrores; segundo, rumo à aquisição da cidadania substantiva negada pela escravidão e, finalmente, na busca de um espaço autônomo no sistema de relações políticas formais que caracteriza a modernidade ocidental.

As formas distintivas da política negra são verificadas nas estratégias e campos de atuação do movimento negro. Sem querer demarcá-la como inerente e circunscrita a um segmento da população, as diferentes formas e espaços políticos em que o movimento atua, permite compreender melhor as relações presentes em nossa sociedade, e ainda, possibilita superar os modelos dicotômicos e maniqueístas de análise. Para um movimento que atuou na contra-mão dos discursos oficiais, evidenciando práticas discriminatórias negadas pelo Estado, foi necessário operar em diferentes espaços, tanto naqueles criados pela modernidade (espaços institucionais, democráticos segundo discurso vigente) quanto àqueles vinculados as práticas cotidianas que resistem, reinventam e reivindicam relações sociais além das estabelecidas. Desse modo são evidenciadas as tensões e contraposições presentes no movimento em seu caráter normativo, atuando nas esferas e espaços estabelecidos, e, em seu caráter com aspiração utópica, que foge ao discurso estabelecido procurando superar os modelos conhecidos de relações raciais.

A cultura política do MNU/RS apresenta diferentes propostas e linhas de atuação influenciadas pelas teorias e posições políticas presentes no interior do movimento. As atividades articulam e visam tanto formação política como mobilização dos diferentes segmentos negros e demais apoiadores da luta antirracista, como sindicatos e coletivos da sociedade civil. Assim, identifiquei duas frentes de ação política em que o MNU/RS tem atuado. Essas frentes possuem estratégias contrapostas e as vezes divergentes em determinado contexto político. No entanto na prática, apesar de em alguns momentos os caminhos para a superação do racismo serem diferentes, eles convergem quanto aos objetivos.

A primeira linha de ação do MNU/RS é como integrante da luta histórica dos movimentos sociais. Essa frente de ação reúne militantes do MNU, sobretudo os participantes do GT Quilombola e aliados da luta antirracista vinculados a sindicatos e partidos de esquerda. Esse segmento tem atuado em conjunto no coletivo denominado “Frente de luta quilombola, negra e popular”. Uma das importantes ações da Frente tem sido a mobilização junto aos quilombos urbanos. Em 2011 muitas atividades da Frente foram realizadas no Quilombo do Silva, importante

território negro na cidade. A luta antirracista na Frente é inscrita dentro de uma proposta de mudança social. A superação do racismo é atrelada a superação das diferentes formas de exploração. Ganha destaque nas propostas e ações da Frente objetivos que visam mudanças macro-políticas e mobilização de setores sociais que compartilham histórico de exploração⁵². A maioria dos eventos propostos e organizados pela Frente tem caráter contestatório e seu desenvolvimento segue uma metodologia de assembleia com exposição de ideias, argumentação e encaminhamentos. A construção da agenda de lutas inclui atos públicos em espaços institucionais, a fim de buscar resoluções do poder público aos problemas mais urgentes. Os atos são organizados geralmente em datas significativas para as bandeiras de luta e também dão visibilidade a contestação de cunho racial.

A segunda linha de atuação do MNU é como protagonista da luta antirracista no estado juntamente com outras organizações do movimento negro. Nessa linha de atuação percebe-se uma frente de luta empenhada no antirracismo, mas também na manutenção e estrutura da organização enquanto movimento social negro. Segundo ativistas, o MNU passa por um momento de avaliação e organização política que busca integrar suas ações e estratégias, sobretudo sensibilizar segmentos da população negra para temática racial e arregimentar novos ativistas para o movimento em geral, e o MNU em específico.

As divergências e contraposições destas duas linhas de ação aparecem geralmente quando se trata com o poder e gestão pública. Ambas frentes apostam que o contexto e conjuntura são fundamentais para as tomadas de decisões e campos de atuação do movimento. Entretanto para os primeiros a conjuntura tem apontado para um caminho de ruptura e contestação voltadas para a transformação. Já para a segunda, o momento sugere alianças, mas sem perder o potencial de contestação e mobilização tido como característico do movimento negro.

Em 2011 acompanhei uma série de atividades organizadas pelos diferentes segmentos do movimento negro em Porto Alegre, em especial os promovidos pelas organizações que integram este estudo. Além das atividades, pude acompanhar algumas reuniões de articulação para atividades e ações pontuais onde participavam principalmente as organizações de base filiativa, como MNU e UNEGRO. Tais reuniões geralmente mantinham um mesmo modelo de organização, com falas de abertura, inscrições dos participantes para uso da palavra, na maioria das vezes com tempo determinado, a fim de garantir que todos que se inscrevessem pudessem se expressar. Ao final, geralmente após intensos debates, onde se podia verificar a pluralidade de ideias e linhas políticas

52 Exemplos que demonstram os principais objetivos deste coletivo encontra-se em uma carta aprovada no seminário organizado pela Frente em julho de 2011 no Quilombo do Silva. Uma cópia da carta está no anexo VI.

das organizações envolvidas, eram feitas propostas de encaminhamentos, que sempre incorporavam bandeiras de lutas das organizações e ativistas presentes. Essa articulação busca unidades de ação para frentes de lutas que justapõem tanto questões abrangentes, como a superação do racismo, quanto a questões pontuais e específicas, como as políticas de ações afirmativas.

Neste sentido verificamos que os movimentos sociais tem redirecionado os sentidos da política, como sugerido por Lechner (2004, p.9) uma “dupla transformação *da política* (como prática institucionalizada) e *do político* (como o conjunto de formas em que imaginamos, vivemos e valorizamos a ordem)”. A cultura política do movimento negro, onde verificamos uma pluralidade de formas de intervenção e práticas, tem permitido a recomposição política (LECHNER, 2004) e a articulação de amplos espaços políticos.

3.3 Cultura política e espaços para articulação

Duas atividades em que o MNU/RS esteve envolvido, como participante e organizador apresentam aspectos significativos e interessantes no que tange a temática em questão, as relações entre práticas políticas e culturais. Uma delas foi a participação das militantes do MNU/RS no desfile de carnaval do bloco “As mulheres podem” e o outro, foi o seminário promovido em comemoração da Semana da Consciência Negra.

O desfile integrou as atividade do Ciclo de debates “As mulheres podem” realizado pelo Fórum Municipal da Mulher entre os dias 15 a 23 de março de 2011. As comemorações carnavalescas daquele ano coincidiram com as mobilizações em torno do Dia Internacional da Mulher. As organizações sociais mobilizadas nesta área promoveram um seminário que integrou a campanha Ponto Final⁵³ na violência contra as mulheres e meninas. A participação do MNU/RS na campanha se deu pelas redes de ativismo locais, mas também contou com a iniciativa da direção de atuar em amplas frentes de mobilização, já que a questão de gênero é tema transversal no interior do MNU.

No bloco a desfilar as organizações dos movimentos estavam divididas por cores em

53 A campanha é coordenada pelas seguintes organizações de movimentos sociais de gênero. Coordenação nacional Rede Feminista de Saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Coordenação regional, Red de Salud de los meujeres latinoamericanas Y del Caribe (RSMLAV); Coletivo Feminino Plural. A coordenação local conta com as organizações: Associação Comunitária do Campo da Tuca (ACCAT); Themis – Assessoria Jurídica e estudo de gênero; Maria Mulher Organização de mulheres negras e Coletivo feminino plural. O apoio local contou com a participação das seguintes organizações: Oxfam; Forum Muncipal da Mulher em Porto Alegre, Rede de Homens pela equidade de gênero.

“alas”. Tal fato apontava a pluralidade e diversidade de questões que envolvem as relações de gênero e suas possíveis conexões, como gênero e raça, gênero e sexualidade, gênero e idade, etc. Haviam em torno de 300 pessoas distribuídas em 7 alas, cada uma representando entidades e coletivos. A roupa das alas eram um vestido com uma faixa branca escrita “As mulheres podem mais” - 8 de março dia Internacional das mulheres. A ala do movimento negro estava de vermelho e foi composta pelas seguintes organizações: MNU/RS, ACMUM e Maria Mulher⁵⁴. A maioria das mulheres desse bloco eram ativistas negras e simpatizantes do tema, algumas não eram vinculadas ou filiadas a nenhuma das organizações.

O desfile durou em torno de trinta minutos e ocorreu em meio a muita alegria e empolgação, percebida entre sorrisos e expressões dos participantes. As alegorias e fantasias contaram com cartazes e banners que traziam as bandeiras e temas de luta de cada organização, sendo comum a defesa dos direitos a diversidade de gênero. As alegorias da ala das mulheres negras foram confeccionadas um dia antes por um pequeno grupo, do qual participei. Os cartazes traziam as seguintes inscrições: Reparação Já MNU/RS, Educação, Contra o genocídio da população negra, Nosso corpo nos pertence, Respeito a liberdade de culto, Pela implementação das ações afirmativas, saúde da mulher negra e diversidade de gênero.

54 ACMUM - Associação Cultural de Mulheres Negras e Maria Mulher Organização de Mulheres Negras são duas ONGs pioneiras do feminismo negro na cidade com trabalho reconhecido nacionalmente e transnacionalmente. Atualmente ambas organizações integram as redes de ativismo em países da América Latina.



Ilustração 2: Desfile Bloco "As mulheres Podem"

O bloco todo era formado em sua maioria por mulheres mas também haviam homens e crianças conferindo um caráter familiar ao bloco. Percebi que haviam famílias com diferentes gerações presentes no desfile.

Apesar de toda mobilização e importância daquele momento algumas ativistas lamentaram o desfile ocorrer tão cedo, o que limitou o número de espectadores. O desfile deste bloco abriu a noite de desfile das escolas campeãs do grupo especial do carnaval de Porto Alegre. No entanto, a bilheteria que dava acesso as arquibancadas foi aberta juntamente com o início do desfile, neste caso, se pode contar os espectadores presentes nas arquibancadas. O público que assistiu, atento aquele bloco de mulheres que cantavam e sambavam com bandeiras de luta em punho foram os trabalhadores do local e imprensa presente. Porém apesar da presença da imprensa pouco se noticiou do bloco na grande mídia.

Desfilar, cantar e sambar ao som do samba enredo composto por Zilah Machado⁵⁵ representou um momento de reivindicação de políticas de *realização* expressas nas bandeiras de luta levantadas no desfile, e de *transfiguração*, a medida que ativava outras formas de racionalidade e luta política que fogem ao alcance do textual e discursivo (GILROY, 2001). As ações do movimento negro demonstram a experiência da política negra no mundo moderno que foi forjada no duplo sentimento de pertencer a ele, e, ao mesmo tempo sem dele fazer parte, pois seu acesso a

⁵⁵ Cantora, compositora, percussionista, atriz e ativista negra. Zilah faleceu em janeiro de 2011. A letra do samba-enredo encontra-se no anexo VII.

cidadania é limitado devido a permanência da discriminação racial e da negação de uma participação ativa no processo de modernização. Assim, conforme Gilroy (2001) a dupla consciência de Du Bois, mais que demonstrar um particularismo ou ponto de vista distintivos dos negros norte-americanos também esclarece a experiência das populações pós-escravas em geral.

O outro evento promovido pelo MNU/RS que aponta para a multiplicidade de posições presentes no movimento foi sua participação nas atividades da Semana da Consciência Negra - Secon 2011 na cidade e seu Seminário intitulado “O Jovem negro no uso de drogas e álcool”⁵⁶ realizado na sede do Sindserf (Sindicato dos servidores federais).

Em 2011, ano internacional do Afrodescendente, o movimento negro da cidade articulou eventos com o intuito de uma unidade na construção e mobilização para a *V Marcha Estadual Zumbi dos Palmares*, realizada anualmente dia 20 de novembro. Ao longo do ano foram realizados seminários e reuniões, na capital e no interior, com o objetivo de mobilizar várias organizações e militantes para a V Marcha estadual. Também procurou-se articular atividades em conjunto para a Secon do movimento negro que concentraria suas atividades no Quilombo Central – no Largo Zumbi dos Palmares⁵⁷.

O MNU/RS participou tanto das reuniões de organização da V Marcha, como promoveu uma atividade para integrar a Secon. No entanto, devido a impossibilidade de realização do evento no Largo Zumbi⁵⁸, o local do seminário do MNU foi transferido no último dia, o que ocasionou transtornos para os organizadores. No caso do evento do MNU a mudança do local, de um dia para o outro, desmobilizou tanto os participantes como os painelistas que não compareceram a atividade.⁵⁹

A metodologia do evento seguiu o modelo de palestras seguida por comentários e perguntas. As exposições relataram experiências pessoais e coletivas. Tratou-se de temas que foram

56 O cartaz com a programação está no Anexo VIII.

57 Local de referência de territorialidade negra na cidade.

58 Para a realização deste evento o movimento negro buscou articular parcerias para viabilizar a infra-estrutura necessária para um evento no Largo Zumbi dos Palmares. Foi acertado que o município em parceria com o estado forneceria a infra-estrutura para o local. Entretanto dias antes do início das atividades, nem o estado nem o município deram o retorno esperado, o que impossibilitou a realização do evento no local devido falta de infra-estrutura. O comunicado público de que o evento não ocorreria no Largo, local já amplamente divulgado, foi feito em 14 de novembro de 2011, por um ativista da UNEGRO/RS integrante da comissão de organização da Secon, na audiência pública realizada na Assembleia Estadual que tratou da Titulação dos territórios quilombolas e indígenas. A audiência reuniu centenas de pessoas, entre ativistas negros, comunidades quilombolas e indígenas, sindicatos, apoiadores da temática da reforma agrária e gestores públicos. O comunicado acabou sendo um chamamento dos ali presentes para a V Marcha estadual bem como para a participação nas atividades do movimento negro que seriam realizadas em outros locais.

59 Não compareceram ao evento Mãe Vera e Baba Xandeco, dois líderes religiosos com reconhecido trabalho ativista em prol da religiosidade afro na cidade, e uma das painelistas que não permaneceu para sua exposição devido um equívoco na comunicação em relação ao horário. Ela se desculpou publicamente no evento.

desde experiências particulares, como o caso da primeira mesa que teve como tema “Experiências exitosas no tratamento de usuários de drogas” até a última exposição que abordou as “Políticas governamentais no combate ao uso de álcool e drogas” com a presença do assessor de direitos humanos da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Esta última exposição contou sobre o papel da assessoria e das mudanças que vem ocorrendo na política de formação e abordagem da brigada militar, visto que tal assessoria integra o programa da nova gestão do governo estadual.

O tema do evento e seus desdobramentos conforme a exposição focalizou a população negra, tal tema é conhecido e em alguns casos vivenciado por alguns ativistas do movimento, seja como dependente ou com o uso de drogas entre seus familiares. Entretanto, apesar do tema não ser totalmente desconhecido entre os militantes negros, estes chamaram a atenção para o ineditismo da temática em evento organizado pelo movimento negro, sobretudo o MNU. O público do evento foi bastante pequeno, estiveram no seminário cerca de 30 pessoas, incluindo os painelistas, 15 dos presentes eram militantes do MNU/RS, entidade que organizou o evento. Havia entre o público dois ativistas da Unegro que entraram na lista de agradecimentos da organização pela presença no evento, fato enfatizado pela coordenadora do MNU/RS, que utilizou a presença dos ativistas como exemplo da construção de um novo caminho na busca de unidade para a temática racial. Esta atividade mobilizou poucos participantes externos ao movimento negro, fato recorrente nas atividades promovidas por organizações do movimento negro. No entanto a diferença que pude perceber foi no que tange a temática discutida, que pareceu sensibilizar mais as pessoas para necessidade de mobilização e organização, articulando fatos de um espaço mais privado como o uso de drogas ao papel do estado no combate a este mal que assola muitos jovens, principalmente a juventude negra.

A ideia de organizar o Quilombo Central, como um espaço que congregasse as atividades da SECON, organizações e coletivos negros demonstra a iniciativa do movimento negro em unificar as bandeiras de luta e visibilizar as ações e temáticas vinculadas a cultura negra. A realização em um local de referência para o movimento e população negra expõem de forma expressiva este objetivo. No entanto, tal esforço não elimina as adversidades que enfrentam o movimento negro. Não efetivar o evento como programado, que até o momento não se publicizou o posicionamento dos envolvidos nas negociações, tanto prefeitura e estado quanto a equipe de organização do quilombo Central, exemplifica as dificuldades que enfrentam os ativistas, seja nas relações com a institucionalidade, ou entre as organizações da sociedade civil.

As adversidades do movimento são lidas muitas vezes como falta de diálogo, como uma

questão colocada pelo assessor dos direitos humanos ao final do seminário. O assessor expôs que estava entrando no debate a pouco tempo e que não conhecia muito como as organizações e órgãos institucionais funcionavam, mas observava vários coletivos negros e conselhos dentro dos órgãos públicos e perguntou se havia comunicação entre eles. Houve um murmurinho entre presentes e a coordenadora do MNU respondeu que pela primeira vez, presenciou uma organização em que várias entidades sentaram para organizar um evento e que não houve “briga”, referindo-se a organização da Secon no Quilombo Central, e, quando isso aconteceu foram surpresos “por coisas que acabam dificultando a luta”. Expôs ainda, que o fato é um exemplo claro do racismo institucional. Em seguida outro militantes pediu a palavra dizendo que complementaria a questão e disse que os negros que atuam nas comissões e órgãos do governo são indicados pelo mesmo, o que muitas vezes acaba dificultando o trabalho, já que os indicados representam os interesses do governo e não do movimento social, citou o caso do CODENE⁶⁰ que é paritário, há representantes da sociedade civil eleitos e outra parte é indicação do governo. O assessor fez uma cara de que entendeu se mostrando satisfeito com a resposta.

O que parece claro é que, o que é tido pela falta de diálogo e/ou entendimento pode ser lido como justamente o contrário. As “brigas” existentes no interior do movimento ocorrem devido a multiplicidade de posições, posturas, trajetórias e recursos que integram as experiências dos ativistas do movimento negro. Acredito que as “brigas” e “as dificuldades” possam ser explicadas não pela falta de elementos tidos a priori como essencial e sim com uma abordagem positiva (PALMEIRA; GOLDMAN,1996) que verifica os múltiplos elementos em jogo nos espaços políticos. Desse modo, “as brigas” presentes no interior do movimento negro sugerem que elas existam por ser um ambiente onde coexistem uma multiplicidade de posturas teóricas, políticas e ideológicas que evidenciam a complexidade para o tratamento da temática racial no país o que tem afetado as estratégias e campos de ação do movimento negro.

A efetivação das políticas específicas e discussão racial são dificultadas pelas ideias universalizantes e democráticas que regem o país. Tais ideias ignoram o processo de discriminação racial imposto a população negra que acabou legando a estes índices de desenvolvimento social diferenciado e abaixo dos índices sociais da população branca (PAIXÃO; ROSSETTO; MONTOVANELE; CARVANO (orgs), 2010). Apesar do avanço e compromisso do Estado brasileiro na implementação de políticas de combate e enfrentamento do racismo, como as ações afirmativas, ainda é preciso a mobilização social para garantia e ampliação dessas políticas.

60 O CODENE - Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do RS.

O seminário proposto pelo MNU/RS reuniu setores do movimento social e gestão pública. A maioria das perguntas foram dirigidas para o assessor público que respondeu a todas questões enfatizando as ações da Secretaria de Segurança Pública no combate as discriminações. Também destacou o projeto encaminhado a secretaria de segurança pública, proposto pela ONG Maria Mulher, que sugere a inclusão de uma disciplina sobre temática racial no curso de formação da brigada militar. O assessor informou que o projeto estava em avaliação e que provavelmente seria implementado visto a necessidade e relevância da temática.

As ações políticas descritas trazem algumas características da cultura política do MNU/RS. Primeiramente a constante parceria com os sindicatos e seus setores de combate ao racismo. A existência destes setores em sindicatos se deve ao ingresso de ativistas negros nos setores públicos e ao seu ativismo sindical. Ambas ações procuraram reunir diferentes segmentos da sociedade para discutir a temática racial e visibilizar a atuação do movimento. No caso do seminário, o propósito foi discutir uma temática há muito conhecida e vivenciada pela população negra, que apesar de abordar a questão do uso de drogas como um problema de saúde pública, não deixa de expressar as amplas formas de racismo que impera na sociedade brasileira, como o acesso a saúde pública e garantia de tratamento.

Quanto ao desfile ele teve um valor simbólico importante para os movimentos que o organizam e participam dele. É possível que algumas mulheres estiveram ali para desfilar com um grupo de amigas. Tal fato pode ser lido como uma conquista para o movimento, pois tanto mobiliza pessoas a participarem da ação política ali proposta quanto visibiliza e divulga as organizações envolvidas com as temáticas racial e de gênero. No que diz respeito ao movimento negro, ocupar o espaço da passarela do samba em um desfile de carnaval, expressão cultural com significativa participação da população negra, foi uma estratégia política que além da visibilidade usou o espaço para a reflexão, elementos indissociáveis na cultura política negra.

Tanto a temática e convidados do seminário quanto a participação do MNU/RS no desfile do carnaval insere-se em uma proposta de ampliação dos espaços de articulação política. A cultura negra assume um caráter ético e não ontológico, é utilizada como uma reivindicação para se relacionar com o outro e não consigo mesmo, por isso ela é dinâmica e não essencial. Cultura e identidade negra são peças chaves para o movimento, tanto como referência estética e particular mas, sobretudo, alude a uma consciência política de posição pública de combate e enfrentamento do racismo (COSTA, 2006).

4 POLITIZAÇÃO DA CULTURA: A EXPERIÊNCIA DA ONG AFRICANAMENTE

O capítulo trata do fenômeno que chamo “politização da cultura” (GRUESO; ROSERO e ESCOBAR, 2000) o qual possibilita sublinhar como as organizações se utilizam de diversas formas de se fazer e pensar a política tensionando o conceito hegemônico que o vincula a espaços consagrados e reconhecidos como políticos, ou seja, a política como prática institucionalizada (LECHNER, 2004). O Objetivo aqui é analisar de que forma ativistas culturais tem atuado na luta antirracista, ampliando seus campos de atuação re-significando ações e estratégias políticas no interior do movimento negro.

Para atingir o objetivo deste capítulo, primeiramente reconstruo a trajetória da ONG Africanamente, verificando a politização do discurso através das práticas culturais negras, como a capoeira e a religiosidade afro, e os conceitos desenvolvidos pelos ativistas. Em seguida descrevo e analiso ações que demonstram a política cultural empreendida pela organização.

4.1 Entidades culturais: politização das práticas

A ONG *Africanamente – Centro de Pesquisa, Resgate e Preservação de Tradições Afrodescendentes* foi fundada em 2001, em um contexto no qual os movimentos sociais rearticulavam novas formas de se fazer e pensar a cultura política (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). A ONG tem por objetivo “pesquisar, preservar e divulgar os valores éticos, estéticos, cosmológicos e filosóficos contidos nas manifestações culturais afrodescendentes, como instrumentos positivos de educação étnico-social”⁶¹. Atualmente há dois projetos vinculados à ONG: o projeto “Ori Inu Erê”, voltado para crianças e adolescentes; e a escola “Africanamente Escola de Capoeira Angola”, voltado para jovens e adultos. Ambos projetos focam na construção positiva da identidade negra através da valorização das práticas culturais negras.

O “Ori Inu Erê” é um projeto de educação étnicorracial, no qual participam crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Ele ocorre semanalmente, com a realização de atividades educativo-culturais aos sábados à tarde na comunidade Tradicional de Terreiro Axé Iyemonjá Omi Olodô⁶². Entre seus objetivos destacam-se

61 Texto de material impresso (folder) da escola Africanamente Escola de Capoeira Angola.

62 O Terreiro foi um importante espaço articulador do projeto. O Babalorixá do terreiro também é um dos fundadores

promover a cidadania e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social através da reconstrução positiva de sua identidade afrodescendente e estimular o protagonismo juvenil da comunidade, agregando valores à sua vida pessoal e futuramente profissional.

Construir um modelo alternativo de educação étnico-social, fundamentado nos conhecimentos e valores éticos, estéticos, cosmológicos e filosóficos originários nas culturas de matriz africana.⁶³

Os objetivos do projeto dialogam com as expectativas e bandeiras de luta do movimento negro que buscou, através das práticas culturais, elementos de resistência que pudessem reconstruir a identidade negra, valorizando o papel deste segmento social na construção do país. A construção de modelos alternativos para educação étnico-social apela as raízes culturais como uma resposta as modalidades de racismo que negam o caráter histórico da experiência negra (GILROY, 2001). Desse modo entendo que as ações do movimento negro que se definem como culturais, almejam visibilizar práticas culturais que sempre conviveram e resistiram as estruturas de poder que por séculos desarticularam diferentes expressões e organizações sociais, como foi o processo de escravidão promovido pela modernidade europeia. Muito mais do que retomar uma essência “negra”, ou do que aqui no Brasil ativistas denominam “matriz africana”, as ações dos grupos culturais buscam expor a diversidade da cultura negra e também revelam o potencial transformador e articulador de uma consciência que desvela as desigualdades raciais ainda presentes na sociedade brasileira. Nessa linha de valorização da cultura negra e de seu potencial de resistência frente ao racismo, a escola de Capoeira Angola tem como missão

promover vivências de Capoeira Angola enquanto resistência individual e coletiva a toda forma de opressão, através de ações que estimulem a pesquisa, a preservação e a socialização dos valores afro desta arte ancestral como via de reflexão e aprendizagem para a transformação humana e cultural⁶⁴.

As vivências realizadas pela escola através da capoeira envolvem uma “filosofia política que é também uma cosmopolítica agentiva, na medida em que coloca em jogo propriedades cosmológicas afro-brasileiras constitutivas do mundo a partir da (e com a) Capoeira Angola” (POGLIA, 2010, p.80). A capoeira, neste sentido, vai além da expressão estética e artística, fornece aos indivíduos elementos para reflexão e construção de valores que vão ao encontro da luta antirracista.

A ONG Africanamente surgiu de uma preocupação que convergia com o que se discutia

da ONG Africanamente.

63 Disponível em <http://www.projetooriinuere.blogspot.com/> Acessado em 28maio2011.

64 Texto retirado de material impresso (folder) da escola Africanamente Escola de Capoeira Angola. Também disponível em <http://www.africanamenteescoladecapoeiraangola.blogspot.com/> Acessado em 28maio11.

no movimento negro em finais dos anos 1980, convergindo, em parte, com o que estava proposto na tese *Raça e Território* do MNU: que procurava conciliar estratégias macro, desenvolvidas pelo movimento negro, com as resistências micro-políticas desenvolvidas no cotidiano nos espaços de territorialidade negra. Para os fundadores da Africanamente, era preciso trazer as discussões e elaborações construídas pelo movimento negro sobre “consciência”, “cultura” e “identidade negra” para locais onde estava a maioria da população negra da cidade, desvelando e desnaturalizando o racismo vivido cotidianamente por essa população.

A intensa mobilização da sociedade civil nos anos 1990 por meio das ONGs, além do ativismo político, permitiu que se buscassem recursos para efetivar projetos e ações específicas voltadas para segmentos negros. Conforme relatou em entrevista, Mário Augusto (Guto), contra-mestre da escola de capoeira angola, um dos fundadores da Africanamente que ingressou no movimento negro na década de 1990

[...] eu conheci o pessoal da atividade, eu ficava ligado em tudo que era da história negra aí eu ia lá, comecei a conhecer [...] eu participei da universidade livre que foi bem bacana, foi fundamental nesse processo de ser um ativista e tal, que foi um projeto do CECUNE, e, em 2001 a gente percebeu que pra gente fazer mais ações, podermos elaborar projetos pensar atividades mais concretas era legal ter uma pessoa jurídica, ter uma personalidade jurídica. Sabe não ser só um grupo de pessoas que estavam organizadamente reunidas, mas ter um aspecto legal assim. [...] aí a gente criou o Africanamente Centro de pesquisa, resgate e preservação de tradições afrodescendentes em 2001. A gente vai criar o Africanamente vai ser uma organização do movimento social negro, mas tendo a cultura como um instrumento de aproximação e reflexão. A cultura por quê? Porque a gente entende que a cultura, as culturas de matriz africana são instrumentos de reflexão por natureza, de resistência por natureza, de transformação social.

[...] Então neste sentido que a gente pensou o Africanamente vai ter um discurso político, mas vai ter que ter ação através da cultura.⁶⁵

O fragmento da entrevista expõem questões importantes e significativas no que diz respeito a cultura política do movimento negro. Primeiramente destaco a questão da personalidade jurídica. Santos (2005) coloca que tentar dividir ou categorizar através das lógicas de ação o que é movimento negro e ONG negra é frequentemente dificultado pela prática política, pois se percebe certo hibridismo entre uma prática e outra. Ainda segundo o autor, o processo de “onguização dos movimentos negros” apesar de marcar novas formas e espaços de atuação política, não impede que “os discursos e negociações em torno das demandas da população negra ou de segmentos específicos desta, apareçam como os do movimento negro, vistos genericamente e não como essa ou aquela ONG especificamente” (SANTOS, 2005, p.127). Assim a forma organizacional e necessidade de personalidade jurídica está vinculada a obtenção de diferentes recursos, como

65 Entrevista realizada em 28/04/2011 na sede da Africanamente Escola de capoeira Angola.

financeiro, políticos e social para efetivar ações diretas e específicas voltadas a um segmento da população negra. A necessidade de organização institucional, através de uma ONG é apresentada pelos ativistas como forma de viabilizar e visibilizar ações práticas de valorização e promoção da cultura política negra. Desse modo “ser um grupo de pessoas organizadas juridicamente” torna-se uma forma concreta de viabilizar a luta antirracista em diferentes espaços de articulação política.

Outro elemento a destacar é seu foco na prática cultural. A ONG Africanamente se identifica e se reconhece como seguidora da luta empreendida pelo movimento negro no país e, em especial, na cidade, à medida que se coloca como mais uma organização atuante na resistência empreendida pelo Movimento Social Negro mas com foco na cultura como “aproximação e reflexão”. As sucessivas formas de atuação do movimento negro criou diferentes espaços para a articulação política, inclusive tem ampliado o que a modernidade delineou como espaço autorizado para a política no interior das formações sociais (GILROY, 2001). Recorrer a “cultura negra” tem aqui dois objetivos explícitos, primeiro como “aproximação”, sensibilizando e chamando a população negra para a temática racial, e segundo, como “reflexão” que busca recuperar os elementos de resistência das práticas culturais negras desenvolvidas no Brasil. E também servem como um modelo alternativo de relacionamento e desenvolvimento social. Assim a “cultura” não seria uma esfera “mas uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas – um conjunto de práticas materiais que constituem significados, valores e subjetividades” (ALVAREZ, DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 18). Adjetivá-la de “negra” serve para demarcar a experiência histórica da diáspora negra nas Américas. Tal fato fica explícito no relato de Nina quando analisa os avanços das lutas travadas pelo movimento negro nos últimos vinte anos e as dificuldades que ainda enfrentam para multiplicar a luta antirracista e a temática racial

[...] eu entendo que nossa militância, eu acho que eu posso dizer nossa, é por essas coisas que fizeram a gente *ser e estar* negros até hoje que seria nossa religiosidade, nosso valor ancestral e os nossos *resquícos culturais*, os resquícos que a gente herda a capoeira, da percussão, do cabelo dread, da família extensiva, daquela família grande, do colorido, das bijuterias é dessas coisas que eu acho, ainda acredito que a gente consegue tocar o coração, tocar essa coisa que é tão difícil [...] não é fácil levar consciência para as pessoas, ainda mais a consciência racial, dizer pra ela que ela sofre racismo sim. E quando que ela sofre? No apelido, enfim não é fácil e não é bom, as pessoas também não sentem prazer em estar se apoderando de consciência racial porque ela não vem com prazer, ela vem com a detecção da verdade, e a verdade ela é dura ela não é positiva, mas enfim a gente tá aí, eu acho que a questão cultural, eu sou uma eterna apaixonada pela cultura africana, afro-descendente eu sou apaixonada pelo que a gente pode fazer e recriar no Brasil, e no mundo todo apesar de toda dizimação psicológica e física que nossos antepassados sofreram, então é isso a militância ela é essa, nós negros e descendentes deles temos uma coisa, uma ancestralidade dentro do nosso corpo que ela é muito maior do que uma questão política, uma questão social, uma questão econômica ela é isso, alguns falam em *ethos* uma coisa muito maior do que militância, ela é um compromisso meu, e eu me sinto com esse

compromisso (grifos meus).

A identidade negra carrega elementos objetivos, vinculados a sua aparência e fenótipos negroides como apontado por Nina, seu cabelo, sua cor, seu corpo; e subjetivos que estariam vinculados a sentimentos e “resquícios culturais”, como aqueles que apelam “as raízes culturais” como uma resposta ao racismo (GILROY, 2001). Contudo, uma situação comum a todos os negros(as) independentemente de sua pertença ou identidade cultural é que eles estão sujeitos a discriminação racial. A assunção da identidade negra para o movimento trata de uma opção política para a denúncia e enfrentamento do racismo. Por isso, conforme relato, a consciência racial é difícil e dolorosa, pois ao assumir a identidade negra o indivíduo é chamado para luta antirracista, independentemente dele se filiar ou não a alguma organização do movimento negro. As ações promovidas pela Africanamente atuam muito neste sentido, pois objetiva instrumentalizar os indivíduos negros e não-negros para a temática racial, entendendo que a questão racial está longe de ser um problema menor ou típico de minorias. Segundo Paixão (2003, p.97) “cada vez mais se evidencia que o tema das relações raciais ocupa papel central nos dilemas de nosso regime democrático e da qualidade do nosso tecido social”. Compreender a enorme desigualdade social entre negros e não-negros no Brasil exige que se supere explicações exclusivamente de cunho econômico, há valores subjetivos vigentes em nossa sociedade que lega a população negra um lugar de precariedade, desprestígio e exclusão social. Neste sentido, superar o racismo e promover a diversidade em nossas relações sociais exige que se leve a sério o que movimento negro tem produzido ao longo da história.

As diferenças pontuadas e trazidas pelos ativistas da ONG em relação ao movimento negro reconhecido como “político”, enfatizam a estratégia cultural como campo de atuação. Entretanto, as entrevistas apontam para uma diferença nos sentimentos mais subjetivos presentes na identidade negra, sobretudo àqueles vinculados a ancestralidade denominada “matriz africana”, como bem sintetizado por Babadyba em sua entrevista

Olha a cultura ela é, ela é um símbolo de resistência, quando tu não reconhece quando tu desqualifica a cultura de matriz africana tu tá aí manifestando o ápice do teu racismo e essa cultura é um símbolo de resistência se a gente consegue incluir ela em todos os campos, a gente está mostrando que está valorizando, que está sendo respeitado, que está conseguindo se incluir, não existe uma forma, por exemplo porque a *visão de mundo africana diz que uma coisa não está dissociada da outra*, não tem como tu ser por exemplo uma mulher negra certo, e tu estar essencialmente excluída da cosmovisão de matriz africana, tu pode estar optando por uma outra orientação religiosa, mas tu não está excluída desse jeito de ser e de viver negro né, e a cultura tá aí intrinsecamente ligada nisso na tua identidade, e tem muita dificuldade de inclusão dessa *cultura politicamente* e de apoios. Está aí a capoeira tu

vê quanto é difícil conseguir uma verba para um evento de capoeira, pra promoção da capoeira, o povo quer academizar a capoeira embranquecer a capoeira, tornar uma arte marcial como eles dizem, que eu acho uma agressão dizer que a capoeira é uma arte marcial, é uma cultura de matriz africana, baseada sim numa ancestralidade negro africana, porque o que tu faz no pé do berimbau? Tu faz evocações, tu evoca os ancestrais enfim, então é também um processo de resistência tentar incluir esta cultura de matriz africana em todos os espaços, a capoeira é uma delas, se a gente fizer a dança dos orixás é uma cultura própria estética de matriz africana que tu consegue inserir e assim vai [...] (grifos meus).

O fragmento de Babadyba traz importantes elementos para reflexão que são indissociáveis de sua trajetória militante e como liderança religiosa de matriz-africana. No entanto, sua filosofia teológica não é diferente da construção de cultura negra elaborada pelo movimento negro. Quero aqui destacar que a chamada “visão de mundo africana” é indissociável da cultura política negra desenvolvida no *Atlântico Negro* (GILROY, 2001). A cultura negra aqui mais uma vez assume a ideia de uma estrutura, assim como a política e a econômica que se fundamenta em instituições como a família, escola, religião, indústrias da comunicação, formas de produzir e se relacionar com os outros. Segundo West (1994, p.28) “a economia e a política não apenas são influenciadas pelos valores, mas também promovem ideias culturais específicas sobre o que representa uma boa vida e uma boa sociedade”. Neste sentido que compreendemos o significado da “visão de mundo africana” re-construída pelos negros no Brasil e fixadas em suas expressões culturais como diferentes formas de produção de sua existência e de resistência, criadas como resposta a situação de opressão que lhes foi imposta nas Américas. Primeiramente com a imposição do trabalho forçado, e, após a abolição deste sistema, as mais diferentes formas de segregação racial a que foram submetidos, seja sob ponto de vista formal e institucional, como o caso dos EUA e África do Sul, ou como no caso da América Latina onde a exaltação da mestiçagem tem sido utilizada para as mais veladas formas de racismo e segregação.

West (1994) avalia que as comunidades negras na América construíram anteparos como forma de conter o que o autor chamou de ameaça *niilista* que manteria os negros inseridos nas lógicas racistas de inferioridade e exploração. Para o autor os anteparos consistiam em “estruturas culturais de propósitos e sentimentos, que criavam e sustentavam as comunidades; as armaduras eram as formas de vida e de luta que incorporavam valores de serviço e sacrifício, amor e solicitude, disciplina e excelência” (WEST, 1994, p.31). No Brasil, alguns espaços culturais negros constituíram territórios fecundos para ampliação do político e engajamento da questão racial. O surgimento da ONG Africanamente enquanto projeto criado em um terreiro aponta para esta cultura política negra que não separa as estruturas e o comportamento, onde as ideias procuram ser vividas nas práticas cotidianas, como exposto por Babadyba

o Africanamente, é um produto do terreiro que foi uma forma da gente ter uma organização que fizesse frente as demandas que surgiam a partir do terreiro e essas demandas são políticas de inclusão, de inclusão racial, de inclusão social e racial do terreiro e de seus vivenciadores em todos os âmbitos da sociedade, na educação, na saúde, na cultura em todos os âmbitos, então a minha [militância] e claro a partir de assumir o terreiro, as pessoas foram se agregando, e ela se torna mais intensa a ação mesmo de militância no movimento negro, sempre como liderança religiosa, mas ativista do movimento social negro que é um acúmulo e uma outra história, uma outra respeitabilidade, porque além de ser um militante sou um sacerdote, carrego todo um legado, isso começa a surgir a partir de 1989 quando o Guto entra para o terreiro e o Guto também tinha todas estas ansiedades, todos esses anseios, estava aí iniciando também na capoeira e a gente acabou trabalhando isso juntos. Em 2001 nós conseguimos então consolidar o Africanamente que pra nós tinha um duplo sentido né, de ter a África na mente e de viver Africanamente e a valorização da ética, da estética negra e de matriz africana como fator agregador positivo de identidade como inclusão, nosso trabalho todo como inclusão é uma estratégia também de combater a história do Estado laico que só se faz valer quando se trata de religião de matriz africana as portas são abertas para todas as outras religiões mas para o Terreiro aí a conversa é outra.

A fundação da *Africanamente* segue trajetória de organização do movimento negro contemporâneo. As discussões e os anseios que provocavam seus fundadores também demonstraram o desejo de mudanças sociais através da politização da cultura negra. Inicialmente fundada por três pessoas, que se conheceram em um contexto de engajamento político da questão racial, a ONG procura estender a cultura negra aos diferentes âmbitos da organização social, contribuindo de forma efetiva para a construção de diferentes modelos de educação etnicorracial. A criação da organização se alia a trajetória do movimento social negro e isso é enfatizado pelos ativistas, inclusive a importância da teoria produzida no interior do movimento para sua formação. A trajetória dos ativistas da ONG conta com sua inserção e passagem pelo MNU/RS nas décadas de 1990/2000 durante o período em que houve certa unidade de pautas no movimento negro na cidade. Neste período, segundo autores, predominou no movimento negro um momento de crescente politização pela ênfase na visibilidade pública do antirracismo que passou a fazer parte da agenda de diferentes setores vinculados ao mercado e mídia (COSTA, 2006). Internamente o movimento negro construiu certa unidade de pautas e mobilizou diferentes organizações na visibilidade do antirracismo, como os eventos em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, e o diálogo com o governo, sobretudo federal (TELLES, 2003). Em Porto Alegre, diferentes organizações construíam pautas mínimas junto ao governo municipal com objetivo de políticas públicas voltadas para a população negra, exemplo disso foi a criação do Núcleo de políticas para o povo negro e a implementação de reserva de vagas para afro-brasileiros nos concursos municipais.

Sob ponto de vista histórico e social, a fundação da ONG *Africanamente* ocorreu em um

momento onde diferentes atores sociais travavam lutas políticas para efetivar a democracia. A conjuntura de articulação política do movimento negro na cidade, como exposto no capítulo 2, oportunizou o encontro de ativistas com diferentes origens e filiações político-ideológicas. Os fundadores da ONG se encontraram através de seu ativismo antirracista na cidade. Para eles, a prática de expressões culturais de origem negra (como a capoeira e a religiosidade) foi ponto de partida. No entanto, entendiam que suas vivências e experiências culturais iam além da apresentação artística e estética; segundo seus fundadores “não somos um grupo que trabalha no campo da apresentação artística, somos a cultura” uma arte que traz na prática “elementos de reflexão sócio-históricos” vivenciados cotidianamente como formas de refletir e reagir as situações de discriminação. Como destacado por Guto, quando percebeu a elaboração política presente na prática da capoeira angola,

meus conhecimentos das questões mais políticas e sociais do povo negro no Brasil, essa construção identitária do Brasil, fazia com que eu pudesse aliar um discurso a uma prática, então a capoeira começa a fazer um novo sentido pra mim, não era mais o sentido só da atividade física, *ou da cultura, a cultura do entretenimento, do lazer só, não, é como uma cultura de resistência* mesmo e dizer que cada música cantada, cada gestualidade estava presente uma história (grifos meus).

Conforme relatado por ativistas, as expressões culturais negras devem ser um elemento para se pensar o todo da cultura negra, que diz respeito a reconstrução histórica e social das populações negras inseridas e integrantes da construção da modernidade ocidental. A própria reconstrução da “cultura de matriz africana” realizada pelos militantes da diáspora está intrinsecamente ligada a construção social da modernidade ocidental. Teóricos e ativistas negros refletiram sobre a dupla condição da população negra nas Américas, ao mesmo tempo em que foram fundamentais no projeto colonialista para o novo mundo, foram ignorados e desumanizados para que pudessem fazer parte dele (GILROY, 2001). Podemos verificar esta formulação teórica na cultura política desenvolvida pelo movimento negro no Brasil que utilizou a cultura negra como um importante fórum de comunicação disseminando informações, histórias e consciência política (DAVIS, 2000).

Pode-se dizer que a trajetória do movimento negro no Brasil tem apontado caminhos alternativos para a construção de políticas de combate ao racismo e educação voltada para a diversidade, através da valorização da cultura negra. As diferentes organizações negras têm atuado ao longo de sua existência como um espaço de construção de conhecimento e resgate histórico da contribuição dos povos africanos da diáspora. Neste sentido, o movimento pode ser visto “como

parte de uma história, uma teoria e uma política mais ampla a respeito dos significados da identidade e do poder dos negros” (HANCHARD, 2001, p. 9). Além de articulação política, o movimento tem incluído de forma efetiva os povos negros na formação sócio-histórica do Brasil. A partir de muita pesquisa e formação, ao longo do século XX, o movimento negro empenhou-se na reconstrução social da história do Brasil desvelando o lugar encapsulado (como simples mão-de-obra) e naturalizado (negro=africano=escravizado) dos negros no país, mostrando sua atuação nas mais diferentes áreas.

Em Porto Alegre, na década de 1990, a rede de ativismo construída pelo movimento negro formou uma nova geração de militantes que vem atuando em amplas frentes de combate ao racismo, como a ONG Africanamente e seus projetos sócio-educativos. A articulação política organizada com base na cultura negra além de superar a mercantilização e os estereótipos vinculados as expressões culturais de origem negra busca recuperar seu caráter filosófico e político (GILROY, 2001).

4.2 Política cultural: Diferentes espaços para articulação e luta política

O primeiro contato formal com a ONG Africanamente ocorreu através da Escola de Capoeira Angola. A primeira visita ao espaço da escola coincidiu com um dia festivo – comemoração dos sete anos de sua fundação⁶⁶. Como observado depois, em dias especiais, o *África*, como é carinhosamente chamado o espaço por alunos e frequentadores⁶⁷, recebia muitas pessoas, além dos capoeiristas da escola e cidade, amigos e apreciadores do trabalho da escola costumam visitá-la. Neste dia havia em torno de 60 pessoas. Como parte da comemoração, foi realizado o 1º Festival Africanamente de músicas de Capoeira Angola, um concurso organizado pela escola onde os alunos foram convidados a comporem ladainhas e corridos⁶⁸ para serem tocados na roda comemorativa do aniversário de sete anos da escola. As músicas que concorreram nas duas

66 A ONG Africanamente foi fundada em 2001, mas a escola de capoeira Angola foi inaugurada em 2003.

67 Todas as sextas-ferias é realizada a roda semanal da escola. Geralmente a Roda é visitada por amigos e familiares tanto do contra-mestre como dos alunos, além de capoeiristas de outros grupos da cidade e de outras regiões que quando estão na cidade visitam a escola.

68 Ladainhas são músicas cantadas com grande sentimento e abrem a sequência musical da roda de capoeira Angola, o cantor conta uma história, propõem uma reflexão, um ensinamento, uma orientação aos jogadores e aos ouvintes. Neste momento as pessoas que vão jogar ficam acoradas ao pé do berimbau, esperando a hora de começar o jogo. Os corridos são as músicas de jogar capoeira Angola. É quando começa os movimentos de luta e dança. O corrido é um canto de pergunta e resposta, onde o bom cantor poderá improvisar versos com comentários e orientações sobre o jogo, comunicar-se com a plateia ou aconselhar os capoeiristas. Informações do caderno de músicas produzido pela Africanamente Escola de Capoeira Angola.

categorias – ladainha e corrido – tinham que versar sobre a Escola de Capoeira Angola Africanamente. O concurso ocorreu de forma descontraída e envolvente, cada participante escolhia a montagem da bateria⁶⁹, cantava sua música e em seguida jogava alguns minutos. Após todos que concorreram cantarem um pequeno juri (composto por três pessoas com conhecimento no tema, dois deles, reconhecidos mestres de capoeira angola da cidade e o outro um músico do coral CECUNE) julgou as músicas nas respectivas categorias. As composições traziam a história da escola (regra para o concurso) relacionada a história de luta e resistência dos negros no Brasil. As letras enalteciam os negros como descendentes de povos guerreiros, que lutam cotidianamente contra as diferentes formas de discriminação⁷⁰. Após a divulgação dos resultados, seguiu-se o clima de confraternização com comidas e bebidas que foram trazidos por todos para serem compartilhadas na festa.

Nessa primeira observação que realizei procurei ser o mais abrangente, descrevi o espaço da pesquisa, como era o ambiente e quem eram os sujeitos que o frequentavam (quem, quantos e como eram), primeiramente pensando que o público-alvo eram os alunos que ali treinavam. No entanto, observei já neste dia, que as ações e práticas ali produzidas surtiam um efeito além do espaço do “Africa”. Os frequentadores carregavam certa afinidade tanto com o espaço e a filosofia-política que o integra (POGLIA, 2010) quanto com os alunos e principalmente com o contra-mestre da escola. Quanto aos alunos, percebi através de suas escolhas estéticas, falas e posturas, uma identificação com a cultura negra, apesar da diversidade etnicorracial presente, inclusive diferente do que muitos pensam a respeito da prática da capoeira, a maioria dos praticantes são não-negros⁷¹. Tal fato também é observado nos terreiros de culto afro. Oro (1998),

69 Inicia-se a roda de capoeira com a montagem da bateria, geralmente feita pelo mestre. Este pega o gunga (berimbau principal da roda) e chama um a um os demais alunos para tocarem um dos instrumentos que compõem a bateria da capoeira. Ao total são 7 instrumentos: Berimbaus: Gunga, médio e viola; 2 pandeiros; agogô; reco-reco e atabaque. Para uma descrição deste momento e dos instrumentos ver mais em Poglia (2010).

70 Concorreram no Festival 15 composições feitas pelos alunos da escola. As letras das composições que concorreram no Festival estão no anexo IX.

71 A observação não é explicada simplesmente pela pesquisa ter sido realizada em Porto Alegre, onde a população negra é minoria, em Salvador também observei diversidade racial entre os praticantes e não predominância de negros nesta prática. Nas academias localizadas no Pelourinho, há muitos estrangeiros que vem ao Brasil para conhecer a capoeira e a “cultura negra”. Segundo Costa (2006) a busca pelas raízes africanas ou de uma “cultura negra” é difundida em vários locais do Brasil, no entanto, em Salvador essa procura alcançou índices tão altos que a capital tornou-se um pólo produtor de cultura negra bastante utilizado pelo mercado turístico. Ver também em (PINHO, 1998-1999; SANSONE, 2003).

Em julho de 2011 participei do evento “Pra contar certo tem que ver de perto” realizado pela Acanne e Africanamente em Salvador no período de 15 a 31 de julho. O evento objetiva oportunizar vivências de capoeira angola, através de um circuito de oficinas, palestra e visitas a locais que preservam esta cultura em Salvador. No evento além de experimentar de forma intensa esta prática cultural, pude observar que a capoeira angola contém elementos importantes para a reflexão sobre as relações raciais, no entanto, essa relação cultura negra e relações raciais só é explorada de forma militante por mestres e pessoas vinculadas a luta antirracista e/ou com passagem pelo movimento social negro, como é o caso do mestre e contra-mestre das duas escolas que promovem e organizam o

demonstra que até 1960 as religiões afro eram caracterizadas como étnicas, ou seja, circunscritas a população negra. A partir de então, ocorre um aumento da presença de indivíduos brancos, para o autor, o consenso sobre raça/cor é de que, atualmente, os terreiros sejam em sua maioria multirraciais. Para os ativistas do movimento negro, sobretudo àqueles das organizações com foco na cultura negra, tal fato se deve principalmente ao racismo que menospreza expressões culturais de origem negra. Segundo os ativistas “nosso racismo é tão introjetado que as pessoas fogem por onde podem, [o sujeito] já é negro ainda vai ser batuqueiro e capoeirista, aí não dá”. O racismo também atua para certa naturalização e essencialização do “*ser negro*”, pois se espera do negro uma série de atributos e comportamentos, geralmente limitados ao que convencionalmente se intitula e se acredita ser de origem negra (ex: alguns estilos musicais, danças, religião, etc). Contrário a esta ideia, a cultura negra, enquanto uma estrutura que expressa, produz e comunica significados (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000) tem atuado de forma positiva para a assunção da identidade negra. Tal identidade não é ontológica, mas sim construída na sua relação com o outro. Politicamente tem auxiliado e instrumentalizado a luta antirracista, fornecendo elementos que desestabilizam e desacomodam o lugar de exclusão legado a populações negras.

Diferentes atividades integram as ações desenvolvidas pela ONG Africanamente em seus dois projetos – Escola de Capoeira e Ori Inú Erê. Destaco um evento que integra o calendário da organização desde sua fundação, há onze anos, o R’Gongo Mostra de Cultura Negra e Festa em homenagem ao Vovô Cipriano de Angola

O R’Gongo é uma manifestação de ancestralidade negra que surge como uma festa de Pretos (as) Velhos(as) na Comunidade-terreira Ilê Asé Iyemonjá Omi Olodô em 1993 em contraponto ao dia 13 de maio – hoje Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.

Em 1998 assume o formato de Mostra de Cultura Negra e foi denominada R’Gongo, onde a pluralidade das expressões artísticas e culturais da comunidade tiveram espaço de valorização (culinária, capoeira angola e música), apresentadas pelos religiosos da comunidade terreira e incrementando-se a cada ano.

O R’Gongo reúne a comunidade-terreira, artistas, intelectuais, ativistas do movimento negro e demais movimentos sociais e políticos, profissionais de educação, pesquisadores e vivenciadores da Religião de Matriz Africana e Umbanda da cidade de Porto Alegre e entorno e, à cada ano está se ampliando para todo o Brasil.⁷²

De acordo com a descrição, o evento integra o calendário religioso do terreiro, pois dia 13 de maio é dia dos Pretos(as) Velhos(as). A partir de 1998, a festa religiosa assume um formato de “mostra de Cultura Negra”, onde são exploradas as diversas expressões artísticas negras. O terreiro

evento que em 2011 realizou sua terceira edição.

72 Disponível em <http://africanamente.blogspot.com.br/> Acesso em 07maio12.

neste momento além de espaço de culto e celebração religiosa também é um espaço de resistência e construção de políticas culturais. O evento segue descrição dos ativistas da ONG no que diz respeito a politização de suas práticas. De forma bastante plural, não só a comunidade religiosa, mas também ativistas sociais, intelectuais e moradores do bairro São José (onde está localizado o terreiro). O *R'Gongo* tem duração de cinco dias e termina com a festa dos Pretos(as) Velhos(as)⁷³ realizada no sábado. Durante a semana, são realizados bate-papos, oficinas e palestras sobre a temática do evento. No último dia do evento, é realizado uma grande mostra de atividades culturais, que inicia a tarde com um almoço e se estende até a noite com a Festa religiosa em homenagem aos Pretos(as) Velho(as).



Ilustração 3: Primeiro dia de atividades do R'Gongo



Ilustração 4: Abertura do segundo dia R'Gongo

Em 2011 pude acompanhar dois dias do evento, as atividades de sexta e a Festa religiosa em homenagem aos Pretos(as) Velhos(as). O que convém destacar aqui é o momento de celebração da cultura negra vivida e experimentada pelos corpos que estavam presentes no evento. Durante as apresentações artísticas, sobretudo as organizadas pelos jovens e crianças frequentadores do terreiro, percebia-se a construção política da identidade negra manifestada nos corpos. Uma identidade que foi reconstruída através de práticas cotidianas, muitas delas recriadas no espaço do terreiro. Via-se jovens negras com estéticas (cabelos, vestuários, gestos, expressões) que comemoravam e recriavam suas histórias, reconstruindo o histórico de luta pela manutenção e valorização de práticas culturais e formas de vida.

Nessa observação, percebi uma construção teórica que recorreu a experiências e construções vividas e experimentadas pelos corpos, experiências que fogem ao alcance da descrição

⁷³ Em 2011 realizou-se o XIII R'Gongo sob o tema Obìrìn àgba – A força da mulher negra. O evento foi realizado de 10 a 14 de maio. Programação no anexo X

linguística e discursiva, mas está intrinsecamente ligada a elas e articula diferentes dimensões. Tal evento relaciona as diferentes dimensões da política negra de modo que “não se trata de um contra-discurso mas de uma contracultura que reconstrói desafiadoramente sua própria genealogia crítica, intelectual e moral em uma esfera pública parcialmente oculta e inteiramente sua” (GILROY, 2001, p.96).

Este tipo de evento, como outros promovidos pelo movimento negro, acabam criando um “espaço moral localizado para celebrar a conexão dos indivíduos com a ancestralidade, mesmo que as pessoas não sejam fiéis das religiões de matriz africana. Saudações aos orixás, axés como palavra/energia que transita, tambores. Referências performáticas que fundam uma comunalidade” (LOPEZ, 2009, p. 128).

Desse modo, a cultura negra no conceito discutido até aqui, acaba atuando como um meio e fim. Como meio ela atua como “um passo transicional da cultura expressiva para a política cultural” (HANCHARD, 2001, p. 144). Assim a cultura política produzida pelo movimento possui uma série de práticas que podem ser consideradas político-culturais em que as “lutas incorpóreas em torno de significados e representações, onde o que está em jogo para atores sociais concretos é, as vezes, difícil de discernir” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.21-22) ou são indissociáveis de sua cultura política, como enfatizaram os ativistas da Africanamente.

As diferentes manifestações culturais que integram o que genericamente chama-se de “cultura negra” (COSTA, 2006) são assim meios para se atingir mudanças mais significativas quando são articuladas e apontam para as formulações teóricas presentes nas lutas negras travadas no *Atlântico Negro* (GILROY, 2001). Para Nina, a cultura negra é integrante e indissociável do que se convencionou e se reconhece como cultura contemporânea. Para a ativista, devem-se explorar os elementos estratégicos de mobilização presentes na cultura negra, pois segundo ela “a cultura negra nos seduz e nos envolve”. Esta “sedução” pode ser percebida nas diferentes atividades da organização que quando comparado as atividades promovidas por outras organizações, atraem mais público, seja ele militante ou não. Os frutos e resultados deste processo de conquista, sedução e reflexão promovidos pela prática de expressões culturais negras é vislumbrado nos momentos de celebrações e no cotidiano daqueles que vivem, como dizem os ativistas, “africanamente”,

Nessa última festa eu me emocionei muito porque as vezes pra esse tipo de processo 10 anos não é nada, pra esse tipo de processo 10 anos é muito pouco pra ti fazer transformação ideológica e comportamental, mas eu me emocionei muito por que eu vi assim jovens, mulheres fazendo um contexto artístico com a música, com a dança, com visual que tinha poderia não ser tecnicamente bom, mais tinha compromisso com aquilo que a gente sempre

falou, usaram uma música que falava de zumbi, elas dançava de uma maneira, fizeram o processo delas ao todo, e eu me emociono porque ai tu percebe que a tua ação tá tendo efeito, então eu acho que é por esse caminho.

O relato de Nina expressa o sentimento e ações que motivam a luta diária dos projetos que a organização está envolvida. Em específico, ela se referiu a apresentação das jovens do projeto Ori Inu Erê, que fizeram uma intervenção de dança. Além da escolha das músicas, as jovens também elaboraram uma coreografia. Foram apresentadas duas coreografias, ao iniciarem cada apresentação uma das jovens apresentou o título e o compositor da música e informações sobre o tema e quando ela foi composta. Tal ato demonstrou um trabalho de pesquisa, elaboração e reflexão que foi dedicada a apresentação artística. Para Goldman (2006, p. 18), a atividade de “fazer música afro é uma das dimensões essenciais dos processos de criação de territórios existenciais que permitem a pessoas discriminadas produzir sua própria dignidade e vontade de viver”. Neste sentido assim como a composição musical, a apresentação artística também é uma parte vital deste processo, sobretudo quando permite a reconstrução de visões de mundo que expressam sentimentos e desejos (DAVIS, 2000). O *R’Gongo* é um ponto alto desta celebração construída no cotidiano da organização, no entanto, foi o contato direto e formal com as construções e elaborações no interior da ONG Africanamente que me permitiu compreender que a “festa” é um elemento importante, mas não é o único. Importante também são as ações cotidianas desenvolvidas por ambos projetos da ONG que culminam em momentos ápices de celebração e luta política – como a festa de encerramento do *R’Gongo*.

No que diz respeito à Africanamente Escola de Capoeira Angola, independentemente de projetos ou atividades pontuais e específicas (encontros, mostra de vídeos e debates promovidos pela escola), como a participação da escola em algum evento cultural da cidade ou ligado a prática da capoeira, os treinos diários que ocorrem na escola são momentos de aprendizagem e contato com diferentes filosofias que integram a cultura negra, em especial a prática da capoeira. O que inicialmente observava, e a partir da vivência com o grupo e prática da capoeira pude compreender foi a dimensão e o significado daquilo que diariamente é dito pelo nosso mestre, seguindo o ensinamento de seus mestres - “a capoeira não dá golpe em vão”. Todo momento, é um momento de aprendizagem, uma música, um toque, um movimento nos remete a uma história de resistência, um conto de origem africana que nos dá um ensinamento ou possibilita diferentes formas de se lidar com situações cotidianas, o desenvolvimento musical de diferentes ritmos de origem negra (samba de roda e afoxé). Enfim, vivências que possibilitam novas formas de lidar com o mundo e com a

diversidade racial, pois o tema é bastante presente em muitos bate-papo da escola, e indissociável da história da capoeiragem. Desse modo a prática da Capoeira Angola promove, como expressa sua missão, “vivências enquanto resistência individual e coletiva a toda forma de opressão”, principalmente a opressão imposta aos negros devido a persistência e realidade social do racismo.

Os direitos sociais da população negra foram conquistados através das lutas empreendidas pelo movimento negro ao longo do tempo. A repressão e negação das formas do protesto negro pelo Estado brasileiro fizeram com que os ativistas, em diferentes períodos, recorressem a prática cultural para que a temática racial entrasse em debate no país. Neste sentido, as práticas culturais empreendidas pelo movimento negro são entendidas dentro de um quadro que considere os aspectos políticos da construção cultural e suas relações dentro das estruturas de poder da sociedade. Diferentemente das práticas culturalistas que “funcionam como fins em si, e não como meios para se chegar a um conjunto mais abrangente e heterogêneo de atividades ético-políticas” (HANCHARD, 2001, p. 38). A análise das estratégias e das ações do movimento negro em sua luta antirracista se insere na proposta de repensá-la como uma *contracultura* expressiva que não se limita a gêneros literários e expressões artísticas, mas tratá-la como “um discurso filosófico que rejeita a separação entre estética, cultura e política” (GILROY, 2001, p. 98). Neste sentido as expressões culturais negras refletem e trazem diferentes formas de vida. No caso do Brasil, onde a população negra por anos precisou recorrer a cultura como forma de expressar sua existência e durante a escravidão reivindicar sua humanidade, a cultura negra apresenta, entre outras coisas, a resistência e reflexão as formas de dominação que ainda persistem em nossa sociedade.

No Brasil, a luta antirracista, é pensada sob as estruturas transnacionais criadas pela modernidade. O conceito de Atlântico Negro (GILROY, 2001) fornece uma reflexão analítica e política. Esta última possibilita subsidiar posturas “antirracistas e anti-essencialistas, repensando os conceitos de raça e etnicidade no quadro dos estudos pós-coloniais” (LOPEZ, 2009, p. 13).

O antirracismo no Brasil, significa a admissão de sua “raça”, enquanto percepção racializada de si mesmo e do outro, a reconstrução da negritude baseada na rica herança africana e, ainda, a apropriação do legado cultural e político do Atlântico negro (GUIMARÃES, 1999).

Com expressões políticas diferenciadas, o movimento negro se engaja cada vez mais

atuando em diferentes frentes e ações que buscam efetivar as políticas públicas vinculadas ao combate ao racismo e à valorização da história afro-brasileira no país. O papel que cada organização assumiu (seja ONG ou entidade de base filiativa nacional) correspondeu as suas capacidades de atuar e penetrar em determinados espaços de negociação (CRUZ; LOPEZ; ETCHEVERRY; VIEIRA, 2008). Ao mesmo tempo, possibilitou ampliar o campo de atuação do movimento negro, obtendo avanços importantes para população negra. Assim, o movimento negro contemporâneo não deve ser entendido como fragmentado ou dividido. A segmentaridade plural que existe no movimento consiste na “conversão de multiplicidade em segmentos, ou seja, em unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis” (GOLDMAN, 2001, p. 85).

A ONG Africanamente e o Movimento Negro Unificado/RS são grupos com histórias e trajetórias distintas dentro do movimento negro em Porto Alegre. O aspecto relevante que quis destacar é como suas diferentes trajetórias constituíram importantes espaços para que se possa compreender a dimensão política da cultura negra para o movimento, assim como ela é integrante e indissociável da cultura política presente no movimento negro, como enfatizado por Gilroy (2001, p. 228).

As sucessivas fases de luta dos negros no – mas não completamente do – Ocidente têm alargado os limites mesmo daquilo que a modernidade euro-americana delineou como espaço autorizado para a política no interior de suas formações sociais. Ideias convencionais de cidadania moderna as vezes tem sido esticadas de forma a poderem acomodar as esperanças negras [...] Isto é outra maneira de dizer que as formas específicas de democracia e mutualidade inerentes as estruturas opositores dinâmicas que os negros criaram para fazer avançar seus interesses exigem um vocabulário político e filosófico diferente daquele endossado pelas convenções científicas sócias presentes e passadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira observação exploratória para elaboração deste trabalho aliada a experiência vivida com práticas culturais negras, sobretudo religiosidade, despertaram uma série de questões que integraram esta pesquisa. Com o passar do tempo, alguns caminhos interpretativos começaram a ser trilhados, sobretudo quando iniciei a prática de capoeira. A frequência as aulas e participação nas atividades desenvolvidas pela escola como aluna-pesquisadora e o referencial teórico o qual me embasei foram importantes para as escolhas feitas durante a pesquisa. Esta procurou superar modelos de análises muito abrangentes a fim de compreender as mais diferentes formas de luta política empreendida pelo movimento negro no Brasil. Também se buscou superar a dicotomia presente em parte da bibliografia sobre o tema que acaba categorizando as lutas travadas pelas organizações do movimento negro em duas frentes, a saber, a dos movimentos tidos como político e daqueles tidos como culturais.

Neste sentido, o estudo analisou as diferentes estratégias construídas pelo movimento negro contemporâneo em sua luta antirracista pensada sob as estruturas transnacionais criadas pela modernidade. O conceito de Atlântico Negro (GILROY, 2001) aliado a leituras mais recentes sobre as transformações da política (PALMEIRA, GOLDMAN, 1996; ALVAREZ et. All, 2000; LECHNER, 2004; GOLDMAN, 2006) subsidiou uma reflexão analítica e política. Esta última sustentou uma compreensão antirracista e anti-essencialista (LOPEZ, 2009).

As diferentes expressões políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais têm sido interpretada por vertentes bibliográficas que tem renovado a discussão sobre os movimentos sociais. De um lado, análises que investigam as ações dos movimentos em espaços institucionais, onde eles interpelam com o Estado a implementação de políticas públicas específicas. Embora essa prática seja interpretada por vezes como cooptação, ela produziu importantes espaços e resultados para os segmentos envolvidos – exemplo disso é a adoção de ações afirmativas em diferentes áreas. Por outro lado, análises que se concentram na construção de políticas culturais, investigando como os movimentos baseados em temas específicos (etnia, raça, gênero) tem ampliado o espaço para articulação política. No que diz respeito ao movimento negro, as diferentes expressões políticas não são excludentes nem contraditória. Os diferentes espaços e formas para a articulação política implementados pelo movimento negro tem contribuído para emergência no meio acadêmico de formulações teóricas que ampliam as possibilidades de se ver e pensar a política.

Com expressões políticas diferenciadas, o movimento negro tem se engajado cada vez mais atuando em diferentes frentes e ações que buscam efetivar as políticas públicas vinculadas ao combate ao racismo e à valorização da história afro-brasileira no país. A multiplicidade de ações e formas organizativas do movimento negro gerou importantes avanços para população negra, tanto sob ponto de vista institucional (como adoção das ações afirmativas) quanto caráter utópico e transformador (diferentes atores atuando na luta antirracista). Sendo assim, o estudo do movimento negro seguiu a proposta de analisá-lo sob sua forma segmentar, onde sua pluralidade e diversidade consiste em unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis (GOLDMAN, 2001) conforme contexto sócio-político.

A reconstrução histórica do movimento negro contemporâneo permitiu compreender como foram gestadas as relações entre práticas políticas e culturais na organização do movimento. E que tais relações ainda produzem efeitos na cultura política do movimento. Os debates e mobilização antirracista tem oportunizado que se amplie e se mantenha a temática racial na agenda das políticas públicas. Em Porto Alegre, verificou-se condições históricas, conjunturais e sociais que relacionadas, permitiram que as fronteiras entre as práticas culturais e políticas fossem fluídas. Em momentos específicos o movimento negro local representou uma unidade e serviu de modelo para articulações em outros estados, sobretudo, as pesquisas do Grupo Palmares que indicaram a adoção do 20 de novembro como data símbolo da luta negra no país.

Quanto as organizações investigadas foi possível inferir sobre como foram construídas suas bases políticas. Quanto ao MNU, organização com de mais três décadas e referência para o movimento negro contemporâneo, foi analisado como ele tem construído sua intervenção política ao longo deste anos e como tem enfrentado a multiplicidade de posições políticas e ideológicas que integram o movimento negro como um todo, produzindo teorias que na prática conciliam diferentes frentes de ação.

A dissertação destacou os desdobramentos destas tensões na cultura política do movimento negro demonstrando a complexidade das questões vinculadas a temática racial no Brasil. Apesar da multiplicidade de posturas, inclusive no interior de uma organização como o MNU, o movimento negro tem avançado. As ambiguidades e contradições presentes no interior do movimento negro não seguem uma forma lógica, pois não tem se apresentado “ou” de uma forma “ou” de outra. O histórico e lógicas de ações empreendidas pelo movimento negro organizado tem demonstrado que convivem simultaneamente uma multiplicidade de posturas que articulam conteúdos normativos, como sua atuação em espaços institucionais, e de aspirações utópicas, como

as múltiplas ações em diferentes espaços de construção e valorização da cultura negra.

A política negra construída pelos ativistas no Brasil evidencia diferentes posturas teóricas e filosóficas que constituíram o movimento negro contemporâneo no país. As contradições se colocam em contraposição ideológica e tácita e coexistem no interior do movimento. As frentes de ativismo construídas por esse movimento demonstram como os ativistas lidam com as contraposições presentes em seu interior, fazendo com que uma divisão categorial (movimento político, movimento cultural) não tenham sentido estrito quando analisamos as frentes de ativismo colocadas em ação pelo do movimento negro.

Uma primeira leitura sobre a trajetória política dos ativistas possibilitou inferir que nos anos 1990 os militantes estavam envolvidos em uma encruzilhada ideológica produzida pela experiência social vivida pelos ativistas no interior do movimento. De um lado, lógicas de ações normativas – como ocupação de cargos políticos e posições institucionais a fim de propor políticas de Estado significativas para a população negra no Brasil. Por outro lado, lógicas de ações com foco nas práticas culturais estendendo a construção política de cultura negra aos múltiplos espaços de articulação, principalmente espaços de territorialidade negra, onde práticas de resistência são vivenciadas cotidianamente. Os anos 2000 emergiu com uma conjuntura político-social e uma nova geração de ativistas que buscam em suas práticas superar uma possível tensão ideológica apaixonadamente defendida pelos ativistas na década anterior.

Uma vertente da produção acadêmica tem acompanhado as lógicas de ação e campos de atuação dos movimentos sociais, sobretudo aqueles vinculados a temáticas minoritárias, que foram atropelados pela construção do Estado-Nação na América Latina. Tais estudos permitiram que se ampliasse o conceito de cultura de forma que o termo política-cultural auxilie a compreensão das práticas desenvolvidas no interior dos movimentos sociais e dos múltiplos espaços para articulação política. Desse modo entende-se que a produção dos movimentos social e negro são teorias políticas que são discutidas e aprofundadas no ambiente acadêmico.

Contudo o que foi exposto, verificou-se que o movimento negro na prática tem articulado as tensões e contradições teóricas que incide no interior do movimento. As descrições categoriais (organizações políticas e culturais) tem se revertido na prática em três grandes frentes: Primeira, institucional, como a adoção de ações afirmativas; em segundo, as políticas de valorização de expressões culturais negras, como religiosidade, capoeira, música, dança, etc, e por fim, o movimento que a articulação de tais frentes tem provocado nos espaços institucionais com a adoção de políticas públicas motivadas pelas redes de ativismo, como os fóruns organizados pelos

religiosos na área da saúde pública.

Os ativistas do movimento negro possuem trajetórias distintas e múltiplos sentimentos de pertencimento que ultrapassam a questão etnicorracial. Com isso, tal diversidade tem contribuído para renovação e avaliação das práticas do movimento; e tal movimento tem oportunizado a produção de políticas culturais que dialogam com a institucionalidade da política.

REFERÊNCIAS:

ABIB, Pedro Rodolfo Jungers. Os velhos Capoeiras ensinam pegando na mão. **Caderno Cedes**. Campinas, V. 26 n. 68, jan.abr/2006, p.86-98. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n68/a07v26n68.pdf> Acesso em: 13out2010

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Orgs). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o Político nos movimentos Sociais Latinos Americanos. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 16-58.

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo – 1888 – 1998. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, nº 21, 1991. p.27-48.

ANJOS, José Carlos Gomes. Os cientistas sociais e a questão racial. **Revista Humanas**, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, Porto Alegre, v.26 nº 1/2, 2004/2005. p.89-98

_____. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Ed.UFRGS, 2006.

_____. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. **Debates do NER**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, ano 9, n. 13, 2008, p. 77-96.

ARAÚJO, Airton Fernandes. **Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores**. 2001, 183f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política/UFRGS. Porto Alegre, 2004.

ASSUMPÇÃO, Euzébio. A margem da história gaúcha. In: FERREIRA, Antonio Mário. **Na própria pele: Os negros no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000.p. 21-27.

BAIROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. Revista **Afro-Asia**, n.o 17, 1996 p. 173-187.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4º ed. São Paulo: Global, 2008.

BITTENCOURT JR, Iosvaldyr Carvalho. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene (Org). **Negro em preto e branco: História fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre:

Fumproart/Secretaria Municipal de Cultura, 2005, p.36-41.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 24, nº 1, 2002 . p. 15-33. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101546X2002000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08fev12.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**, 2006, 196f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/PUC. Porto Alegre, 2006.

_____. A resignificação de Palmares: uma história de resistência. SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 231-245.

CARDOSO, Marcos Antonio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998**. 2001, 227f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais: 2001.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O espaço da diferença no Brasil: etnografia de políticas públicas de reconhecimento territorial e cultural do negro no sul do país**. 2008, 235f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2008.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990, p. 87-121.

CORREA, Norton. O batuque no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

COSTA, Sergio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

CRUZ, Simone; et al. **Saúde da população negra como ação afirmativas: estratégias de enfrentamento do HIV/AIDS na perspectiva de entidade do movimento negro na região sul do Brasil**. Porto Alegre: Metrópole, 2008

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Depois da Festa. Movimentos Negros e Políticas de Identidade no Brasil. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 334-380.

DAVIS, Darien J. **Afro-Brasileiros hoje**. São Paulo:Selo Negro, 2000.

DOMINGUES, Petronio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. p. 100-122. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf Acesso em 17nov11.

FERREIRA, Antonio Mario Toninho (org). **Na própria pele**: os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG/Secretaria do Estado da Cultura, 2000.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3.a edição Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Roberto. **Viva eu, viva tu, viva o rabo do tatu**. 7. ed. São Paulo: Global, 1988.

FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil. **Revista da USP**: São Paulo, nº 28, dezembro/fevereiro, 1995-1996, p. 122-135. Disponível em www.usp.br/revistausp/28/09-fry.pdf Acesso em 23fev12.

GARCIA, Januário (Org). **25 anos 1980-2005: Movimento negro no Brasil**. 1 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

_____(Org).**Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 4.o ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOLDMAN, Marcio. Segmentaridades e Movimentos Negros nas Eleições de Ilhéus. **Mana**: Rio de Janeiro, v. 7, n.2. Out/2001, p.57-93

_____. **Como funciona a democracia**. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro:7 Letras, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão. IN: MEC. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/2003. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização

e Diversidade/SECAD, 2005, p. 39-62.

GRUESO, Libia; ROSERO, Carlos; ESCOBAR, Arturo. O processo de organização da Comunidade Negra na Costa Meridional do Pacífico da Colômbia. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 301-332

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de apoio a Universidade de São Paulo, ed. 34, 1999.

_____ **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de apoio a Universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 1º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HANCHARD, Michael. Cinderela Negra?: Raça e esfera pública no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**: Rio de Janeiro, n° 30, Dez/1996, p. 41-59.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HANCHARD, Michael. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2002. p. 63-93. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 08fev12.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988.

HERSCHMANN, Micael. Mobilização, ritmo e poesia. O Hip Hop como experiência participativa. In: FONSECA, Maria Nazareth. **Brasil Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 185-210

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: Um esboço. **Lua Nova**: São Paulo, n. 62, 2004, p.5-20. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23out10.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de. **O Centro Ecumênico de Cultura Negra (Cecune) e**

suas ações educativas. 2006, 108f. Dissertação de mestrado, Instituto Ecumênico de Pós-graduação em Teologia. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2006. Disponível em: www.centroestudosanglicanos.com.br/.../dissertacao_mestrado_lilian.pdf Acesso em 27maio11.

LOPEZ, Laura Cecilia. **“Que América Latina se sincere”**: uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. 2009, 382f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 38, dez/2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30jan12.

NABARRO, Edilson. O Movimento Negro no Rio Grande do Sul. In: FERREIRA, Antonio Mário. **Na própria pele**: Os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000. p. 29-35

OLIVEN, Ruben George. São Paulo, o nordeste e o Rio Grande do Sul. In: Ensaio FEE, n.º 14, 1993, p.397-409. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/9096859/Sao-Paulo-o-Nordeste-e-o-Rio-Grande-do-Sul-Ruben-Oliven> Acesso 06fev12.

ORO, Ari Pedro. As Relações Raciais nos Terreiros do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Afro-Asiáticos** nº 33, 1998. p. 31-50.

_____. As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, ano 9, n. 13, 2008, p. 9-23.

PAIXÃO, Marcelo J. Paula. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (orgs). Relatório anula das desigualdades raciais no Brasil 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/Laeser, 2010.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (Coords). **Antropologia, voto e representação política**. Rios de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010, 268 f. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense/UFF, Rio de Janeiro, 2010.

PINHO, Osmundo Araújo. Espaço, poder e relações raciais: o caso do centro histórico de Salvador. In: Afro-Ásia, nº 21-22, 1998-1999, p. 257-274. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=38> Acesso em 09/05/2012.

_____. A formação do vínculo raça e classe em Salvador. In: Teoria e Pesquisa. Vol.1 nº 42, 2003. p. 161-197. Disponível em <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/issue/view/55/showToc> Acesso em 18nov11.

POGLIA, Marco Antonio Saretta. **Mandinga, malícia e manha: Por uma cosmopolítica angoleira**. 2010. 88f. Trabalho de Conclusão (TCC de Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

REIS, Leticia Vidor de Souza. **O mundo de Pernas para o ar: A capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

SAHLINS, M. "Dos o tres cosas que sé acerca del concepto de cultura". In: **Revista Colombiana de Antropologia**. Vol 37, enero-diciembre 2001. p. 290-327.

SANSONE, LIVIO. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SANTOS, Irene (Org). **Negro em preto e branco: História fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Fumproart/Secretaria Municipal de Cultura, 2005.

SANTOS, Marcio André de Oliveira. **A persistência política dos movimentos negro brasileiros: Processo de Mobilização à 3ª Conferência Mundial das Ações Unidas Contra o Racismo**. 2005, 182f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987): O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: CONE/Coordenadoria dos assuntos da população negra/Prefeitura de São Paulo, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. In: **Ciências Sociais Unisinos**. Vol. 46(1), janeiro/abril 2010. p.2-9

SILVA, Sonaly Torres. **Capoeira: movimento e malícia em jogos de poder e resistência**. 2007, 140f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, Minas Gerais, 2007.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVEIRA, Oliveira. Palavra de Negro. In: SANTOS, Irene (Org). **Negro em preto e branco: História fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Fumproart/Secretaria Municipal de Cultura, 2005, p. 114-118.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Damara, Fundação Ford, 2003.

WADE, Peter. **Raza y etnicidad en Latino américa**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

ANEXOS

Anexo I Material Impresso do MNU em comemoração aos 27 anos

HINO DO MNU
Nethio Benguela

A certeza de ser Movimento
Negro Unificado
A malícia de ter
no pensamento
Toda luta do passado.

Na praça, palanque
Ecoa pelos ares
O grito da negrada
Zumbi não morreu
Ora viva Palmares!
Nossa luta unificada

Ah! Que sabor deve Ter
Um pedaço, um espaço
de poder.

E se poder é bom
Negro também quer o poder
Cantando em alto tom
Negro também quer o poder.

**REAGINDO À VIOLÊNCIA
RACIAL E CONSTRUINDO
UM NOVO BRASIL**

SEDE NACIONAL DO MNU
R: Maurício Borges 60 - Mesquita/RJ
CEP 26 260 000
e-mail: mnu.nacional@bol.com.br
Fone: 21 2669 8644
Cx. Postal: 1466
CEP: 20010-974
RJ - Brasil

Maranhão
e-mail: mnu.ma@bol.com.br
Fone: 098 244 52 71

Sergipe
e-mail: mnusergipe@ig.com.br
Fone: 079 255 34 58
079 255 46 22

Santa Catarina
Fone: 048 248 26 64

Ceará
e-mail: kmflop@bol.com.br

Bahia
e-mail: tambo@ig.com.br
Fone: 071 242 41 60

Pernambuco
e-mail: movimentonegrounificado@bol.com.br
adelido0403@iglobo.com
Fone: 081 322 52 678

Rio de Janeiro
e-mail: leninhamnu@ig.com.br
Fone: 021 9319 0977

São Paulo
Fones: 11 3766 7158
11 3949 5441

Rio Grande do Sul
e-mail: mnu-rs@bol.com.br
Fones - 051 32125027
051 9985 2326

Elaboração:
Coordenação Nacional de Imprensa e Comunicação

Apoio:
FEMASPS **SINDISPREV-RS** CUNTS
www.sindisprevrs.org.br

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
MNU
Seguro e lencas
BRASIL

27 anos
1978 - 2005

"O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização política de caráter nacional, independente, autônoma, criada para contribuir na organização, luta e defesa do povo negro."

HISTÓRICO DO MNU

O surgimento do MNU aconteceu no ano de 1978 a partir de um ato público, que reuniu milhares de pessoas, nas escadarias do Teatro Municipal (SP), quando negras e negros de vários estados do Brasil repudiaram, denunciaram e exigiram providências diante dos atos de racismo em que foram vítimas quatro atletas negros do time de voleibol do Clube de Regatas Tietê (SP) e, também pela ação da polícia que assassinou o operário negro Robson Silveira da Luz.

A partir desse ato, foi realizado o 1º Congresso, em 1978, que fundava o MNU.

Entre os objetivos do MNU podemos destacar:

- Contribuir para o entendimento da questão étnica, como passo fundamental para o processo de transformação da sociedade brasileira, considerando a ampla representatividade de segmentos das populações de origem africana, na nossa sociedade.
- Ampliar, cada vez mais, sua inserção no conjunto da população de ascendência africana.
- Acompanhar e orientar a atuação de seus militantes nas associações de moradores, de profissionais, nos diretórios acadêmicos, de professores, nos sindicatos e nos partidos políticos.
- Contribuir no processo de resgate e fortalecimento da auto estima do povo negro.
- Consolidar-se como instrumento de luta da população descendente de povos africanos, para retomar seu projeto de vida com liberdade e dignidade.

QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DO MNU À LUTA DO POVO NEGRO NO BRASIL E NO MUNDO?

Entre as inúmeras contribuições do MNU à luta do povo negro, sendo que em alguns momentos em ações conjuntas com outras organizações, podemos destacar as seguintes:

- Desmascaramento do mito da "democracia racial" no Brasil.
- Criação do 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra.
- Contribuição para recuperação e fortalecimento da auto estima do povo negro.
- Influência no surgimento de várias organizações negras no Brasil.
- Iniciou a discussão a cerca da necessidade de se construir um projeto político do ponto de vista do povo negro.
- Participação na organização do 1º Seminário Nacional de Universitários Negros - SENUN.
- Contribuição na libertação do líder negro Nelson Mandela na África do Sul e adiamento da execução na cadeira elétrica do líder negro Mumia Abu Jamal, nos Estados Unidos.
- Participação em campanhas de solidariedade e libertação de vários países africanos.
- Contribuição no processo de organização da Comissão Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil.
- Um dos principais responsáveis na luta pela modificação nos livros didáticos para que resalte a contribuição do povo negro no Brasil e no mundo e também pelos métodos e conteúdos das escolas públicas e comunitárias.
- Participação na organização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em 1988, no Rio de Janeiro.
- Em 1995, idealizou e construiu, juntamente com outras Entidades, a Marcha Zumbi dos Palmares, que reuniu mais de 30 mil participantes em Brasília.
- Participação no Fórum Social Mundial I, II e com o Comitê Afro, na Coordenação do 3º FSM.

COMO SE ORGANIZA O MNU

O MNU está organizado no estado da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão, Minas Gerais, Sergipe e Brasília.

A nossa instância maior é o Congresso Nacional, que acontece a cada três anos, onde avaliado e planejado o trabalho desenvolvido pela Entidade. Além disso acontece a eleição da Coordenação Nacional, formada por 7 membros. Desde a fundação do MNU, já foram realizados 11 Congressos Nacionais.

Nos estados, são realizadas assembleias pelas coordenações estaduais, o mesmo acontecendo nos Municípios, que contam, como parte da estrutura, com os grupos de trabalho (GTs) e os núcleos de base.

O QUE É PRECISO FAZER PARA SE TORNAR UM MILITANTE DO MNU

As negras(os) que se interessam pelo MNU e se dispõem a participar dessa Entidade, devem procurar uma das nossas seções para discutir os nossos documentos básicos, estatuto, programa de ação e carta de princípios e em seguida preencher a ficha de filiação. Se em sua cidade ou Estado não tem uma seção do MNU, entre em contato conosco para que possamos iniciar a discussão e organizarmos uma seção.



Anexo II Folder Africanamente Escola de Capoeira Angola

Benefícios da Capoeira Angola

- Fortalece a convivência em grupo.
- Valoriza a cultura como ambiente de educação popular.
- Desenvolve espírito de solidariedade.
- Conscientiza sobre a contribuição da cultura negra em nossa sociedade.
- Combate o "stress" através da atividade lúdica.
- Desenvolve a coordenação motora ampla.
- Desenvolve o ritmo corporal e musical.

- Desinibe e promove a percepção do "eu" e do "outro".
- Estimula a confiança e a paciência.
- Promove o respeito individual e coletivo.
- Desenvolve força, flexibilidade e equilíbrio
- Combina lateralidade e noção de espaço e tempo.
- Sensibiliza sobre as questões de pertencimento.
- Colabora na construção identitária.
- Desenvolve a atenção.

Foi fundada em Maio de 2003, por jovens da cidade de Porto Alegre (RS) com objetivo de pesquisar, preservar e divulgar os valores éticos e filosóficos inerentes ao jogo de capoeira angola, enquanto estratégias para combater o preconceito, racismo, intolerância e desigualdade social, na perspectiva de engendrar formas mais solidárias de viver em coletividade

Missão:

Promover vivências de Capoeira Angola enquanto resistência individual e coletiva a toda forma de opressão, através de ações que estimulem a pesquisa, o resgate, a preservação e a socialização dos valores Afro desta arte ancestral, como via de reflexão e aprendizagem para a transformação humana e social.

Nossos Valores:

- Respeito - Equidade - Diversidade - Fé
- Honestidade - Solidariedade - Amor - Autonomia
- Liberdade - Acolhimento - Humildade - Rebeldia
- Criatividade - Coletividade - Aprendizagem

Africanamente Escola de Capoeira Angola

CNPJ: 04.482.595/0001-10 CMDCA: 255
 Av. Profâsio Alves, 68 - Bom Fim - Porto Alegre - RS
 (51) 9965-9335 / (51) 3334-0070
africanamente_poa@hotmail.com
www.africanamenteescoladecapoeiraangola.blogspot.com

Apoio:

Projeto Compartilhar

**Africanamente
Escola de Capoeira Angola**

**Projeto:
CAPOEIRA ANGOLA,
CULTURA EM MOVIMENTO
"Educação e Cidadania"**

"A filosofia e a prática da capoeira angola, como instrumento de inclusão, educação e transformação social"

PROJETO "CAPOEIRA ANGOLA, CULTURA EM MOVIMENTO"

Educação e Cidadania

Este projeto é resultado de mais de 10 anos de trabalhos com capoeira na área da educação social em diversas comunidades da cidade de Porto Alegre / RS. Ele se estrutura na certeza de que os valores éticos e filosóficos que orientam o jogo de Capoeira Angola, são excelentes instrumentos de educação popular, promotores de cidadania e transformação social.

Os resultados deste projeto podem ser percebidos no aumento da consciência, confiança, auto-estima e na potencialização de habilidades sociais necessárias ao diálogo e a convivência em grupo, aliada ao pensamento crítico capaz de enfrentar as dificuldades do dia a dia, através do conhecimento da história e de seu papel na construção de uma sociedade mais justa, tendo em vista, as características históricas deste "jogo" de libertação individual e coletiva.



11/12/2008

"Manter o jovem em atividades lúdico-recreativas é mantê-lo afastado das situações de risco e perigo. A arte, o esporte, a educação e a cultura aparecem como um contraponto, como elementos estratégicos na redefinição da violência. Representa a construção de canais de expressões alternativos, um espaço a ser explorado como uma forma de incentivo aos jovens para obterem novos meios de expressão e sentimentos e para a afirmação positiva de suas identidades"

Jorge Werthein (representante da UNESCO no Brasil)

Capoeira Angola

Após mais de quatrocentos anos de perseguição e proibições, o jogo da capoeira angola, chega aos nossos dias, com um conteúdo artístico, filosófico, cultural e social, que o tornam uma das mais importantes manifestações de nosso povo, sendo conhecido e praticado em todo o mundo.

É uma arte que integra corpo, mente e espírito, a sua prática é realizada em grupo e estão presentes numa roda de capoeira angola, um conjunto de expressões que incluem música, luta, dança, respeito, ancestralidade, teatro, filosofia, espiritualidade e ludicidade.

Além das suas qualidades culturais, a Capoeira Angola contribui também no desenvolvimento das inteligências múltiplas: linguísticas, lógico-matemáticas, espaciais, corporal-cinestésica, musicais, intrapessoais e interpessoais.



Valores éticos e filosóficos da Capoeira Angola

Circularidade – Ancestralidade – Transgeracionalidade
Senioridade – Musicalidade – Corporalidade – Oralidade
Respeito – Coletividade – Comunitarismo – Cooperativismo

O ser integrado ao Todo – Memória – Ludicidade
Complementaridade – Religiosidade
Aprendizagem na relação
Processo iniciático – Gestualidade
Tudo tem vida e é sagrado

O que desejamos...

Ministrar oficinas de capoeira angola enquanto instrumento de educação social, a partir da prática-reflexiva dos valores éticos e filosóficos que a estruturam, promovendo o desenvolvimento de potencialidades diversas e a capacidade emancipatória em busca de uma cidadania plena.

Para quem ...

Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos em situação de vulnerabilidade pessoal, social e/ou cultural, participantes de projetos destinados a promoção da cidadania e a transformação social.



De que forma...

Através de parcerias, convênios ou contratos de prestação de serviços, com Associações, ONGs, OSCIPs, Empresas Privadas e Instituições Públicas.

Quem somos ...

Uma ONG chamada Africanamente, registrada como pessoa jurídica há mais de 07 anos, formada por Professores/as de capoeira com experiência na área da educação popular, assessores por profissionais da Educação Física, Pedagogia e Psicologia.

O orientador deste projeto é ...

Prof. Guto (Mário Augusto da Rosa Dutra), capoeirista, educador social e acadêmico de educação física, já atuou em instituições renomadas no campo social, tais como: CESMAR – Centro Social Marista; Instituto Providência; Ação Social Dom Orione; FASC (PMPA), Descentralização da Cultura (PMPA), entre outras.

Atualmente administra sua própria Escola de Capoeira Angola e sua equipe desenvolve trabalhos nas Comunidades da Vila Farrapos, Vila São José e Teresópolis situadas em Porto Alegre. Possui ainda núcleos de ensino em Tramandaí (RS) e no Cabo Verde, País situado no continente africano.

Anexo III Texto produzido por ativista do MNU “As cotas foram só uma batalha”

AS COTAS RACIAIS FORAM SÓ UMA BATALHA: Outras virão, garantidas só se ganharem os quilombolas.

Irmãs e irmãos.

Agora depois de baixar um pouco a poeira das efusivas comemorações, sem dúvida, a votação pela constitucionalidade das Cotas foi um sucesso, pelo que parabeno a tod@s. Ocorre que mesmo diante goleada dos 10 x 0, é preciso um pouco de Reflexão. Não foi decidido a OBRIGATORIEDADE das Cotas no Brasil, ou DECRETADO O FIM DO RACISMO. Não foi SANCIONADA A IGUALDADE ECONÔMICA DOS NEGROS, além da política ou jurídica. Nem os magistrados do STF viraram todos antiracistas convictos.

É próprio do ser humano supervalorizar as vitórias e minimizar as derrotas. Uma atitude defensiva, de acordo com o envolvimento e/ou ganho para si ou o grupo político. Essa propaganda faz bem pro ego, mas não delinea de forma objetiva e coerente os caminhos futuros para os novos desafios.

As voluntariosas comemorações pelo decisão da constitucionalidade das Cotas; O MN governista (ANLU, UNEGRO e CONEN), os burocratas e parlamentares de "esquerda!?" comemorando junto com o Demóstenes COLLATO Lorenzoni, o acordo de aprovação Estatuto da Igualdade deformado; A oficialização por Dilma do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro, sem feriado; Anistia de João Candido e o nome dado por LULA ao navio, sem a promoção postumas de almirante e sem a indenização post-mortem aos familiares; A aprovação das Cotas no Congresso, sem implementação; A aprovação da Lei 10.639, sem vontade política, e sem fiscalização do estado, para ser colocada em prática; A lei Áurea, que aboliu as elites brasileiras de pagar salários atrasados e indenização aos construtores das riquezas da “nação!?”, por 04 séculos de trabalho escravo. Tudo comemorado, de modo a considerar heróis os autores e inimigos.

Tenho um companheiro petista que diz: “O governo Lula foi o Maior MN que já existiu.” Em minhas andanças ouvi de algumas pessoas: “O Lula é negro!.” Bobagem! Lula é um marqueteiro com alguma consciência social, que Dilma, Zé Dirceu e os tecnocratas brancos (e negros) de classe média, do governo, não possuem.

No STF foi aprovado APENAS a CONSTITUCIONALIDADE DAS das cotas. O que todos já sabíamos. Deixando a critério à autonomia das universidades adotá-las ou não. Portanto ganhamos só uma batalha. Resta ainda um guerra pela frente.

Duas coisas me preocupam: Houve quem falasse que se tratava de Reparação!? A Reparação Histórica e Humanitária é uma reivindicação e um desejo estratégico dos africanos e da diáspora. Porém, das cotas (uma ação afirmativa) à Reparação, há uma estrada conceitual, histórica e de luta imensa a percorrer: O crescimento da consciência, a convicção da necessidade da unificação programática das pautas, a mobilização e a organização independente do nosso povo.

Por mais que tenha relutado em analisar e afirmar, em meus escritos, a minha certeza de aprovação pelo STF (Não quis bancar mais uma mãe Diná), as cotas, além de diminuir as pressões que a exclusão dos negros exerce sob o sistema político-social brasileiro é construído e sustentado sobre

as premissas racistas, não mais admissível, tem como propósito a qualificação dessa fatia da população para o mercado de trabalho do sistema que elas, as elites, querem preservar. Portanto, as cotas raciais, não questiona na essência, nem sequer as premissas do sistema capitalista de dominação, apenas amplia as oportunidades para absorção e integração de mais uma parcela da população. ISTO É TUDO, E É BOM, até certo ponto.

Permitem aos negros alguma representação e evolução em nichos do mercado de trabalho jamais ocupados em grupo. Entretanto, se isso não muda a essência do sistema e de suas instituições, nem a natureza da ideologia da sociedade e de quem as comanda, pois as elites brancas racistas, oligarcas e capitalistas continuam no controle de tudo.

A luta pelas ações afirmativas terá ainda muitos capítulos, contra as elites acadêmicas racistas, contra o conservadorismo da intelectualidade burguesa e o individualismo carreirista, das mesmas, ávidos por reservar esse espaço para seus herdeiros e sucessores. Também teremos que enfrentar as oligarquias e as elites brancas de direita, e a classe média utilitarista que pretendem exclusivizar estes espaços.

A Reparação Histórica e Humanitária, é outra coisa, é crime de lesa humanidade como consequência e decorrência do colonialismo, do tráfico, do escravismo e do Racismo como crime continuado, conforme os acordos da Conferencia Internacional de Durban - Africa do Sul. É uma peça do direito internacional do qual o Brasil é signatário, e tem a obrigação de cumprir.

No entanto, a mais emblemática e importante questão no judiciário brasileiro (porque necessita de muito mais disposição de luta, solidariedade e compromisso), É A CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 4887, questionado pela ADI - 3239 do DEM, que tenta impedir a titularidade dos Territórios quilombolas. Esta sim, uma batalha de grande envergadura e de fundamental significado material, cultural e histórico.

Falamos de populações que ocupam centenariamente esses territórios, acoçadas pela grilagem e violência do latifúndio ruralista, de direita, contrario a que negro, indígena e pobre detenha a propriedade de qualquer pedaço de terra. A oligarquia rural, historicamente, tramou e perpetrou golpes de estado contra presidentes e legitimou ao menos a ultima ditadura militar.

O direito dos quilombolas e indígenas não encontra o mesmo eco no governo de D. Dilma, negando os meios e protelando as titulações; Tem poderosos e sanguinários inimigos no Congresso e no Judiciário, defensores do latifúndio e do agronegócio.

Este é o momento de negros e brancos, das classes médias urbanas e progressistas, parar e pensar: Se os quilombolas forem derrotados no STF, conseguiremos consolidar e fazer avançar as políticas de ações afirmativas? Conseguiremos implantar a lei 10.639, barrar o racismo e o genocídio da população negra masculina de 14 a 25 anos?

É imperativo repetir a vitória dos quilombolas no STF, ou então será um retrocesso de mais de 40 anos. As cotas raciais não se sustenta, e nem será vitoriosa nos embates que travaremos com esses mesmos setores na sociedade e no ambiente universitário, especialmente diante da autonomia das mesmas.

Reginaldo Bispo – Movimento Negro Unificado – SP .

Anexo IV Carta aprovada no Seminário “O papel do Estado e as políticas de ações afirmativas” realizado em outubro de 2006.

SEMINÁRIO: O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.

As entidades, organizações e personalidades presentes neste Seminário em um primeiro momento procuram ressaltar o protagonismo das organizações negras que, nas três últimas décadas, têm assumido a tarefa de colocar na agenda nacional o debate sobre a discriminação racial e o racismo. Nesse sentido, um objetivo central desse Seminário é fazer que as entidades, organizações, personalidades, ativistas se incorporem numa agenda positiva e ativa contra o racismo a intolerância em suas diversas e perversas expressões.

Hoje é, categoricamente, insuficiente afirmar que o Brasil é um País injusto, sem considerar a dimensão étnico/racial: os pobres são, além de pobres, afro-brasileiros.

Quase 400 anos de trabalho cativo e a pós-abolição com a industrialização e a república deixaram de fora principalmente negros e indígenas. O Estado como indutor destas desigualdades e desvantagens históricas está em cheque e é nesse cenário que surge as políticas de ações afirmativas e também a resistência às mesmas dos setores que sempre se beneficiaram dessa injusta situação. Quilombolas, Professores Cotistas do Município de Porto Alegre, Jovens defendendo romper a barreira de acesso aos Ensinos Universitários, Religiosos de Matriz Africana vêm protagonizando o que é verdadeiramente novo em termos de construção de uma nova sociedade, nessa caminhada vem se consolidando alianças fundamentais entre setores do movimento negro e movimento social que precisam ser aprofundadas. Sendo assim apontamos para os participantes do Seminário a criação de um Fórum Popular e de Entidades Contra o Racismo e em defesa das Políticas Afirmativas que articule uma agenda unificada de lutas que inicialmente sustente:

- 1- Cotas nos Empregos Públicos e Privados sustentando a constitucionalidade das políticas de reservas de vagas para afro-brasileiros e indígenas em âmbito municipal, estadual e federal, com referência a luta das professoras e servidores cotistas de Porto Alegre, Pelotas e São Leopoldo ameaçadas por um parecer equivocado do TCE do Estado do Rio Grande do Sul.
- 2- Cotas para Afro-Brasileiros e Indígenas nas Universidades Federais com referência especial a luta do GT de Ações Afirmativas da UFRGS.
- 3- Titulação imediata das terras de remanescentes de quilombo, com referência especial à luta do quilombo da Família Silva, exigindo a assinatura imediata pela presidência da república do Decreto de Desapropriação, passo fundamental para Titulação do primeiro quilombo Urbano do País.
- 4- Luta contra a intolerância religiosa e contra a perseguição aos religiosos de matriz africana.
- 5- Incorporação pelos Sindicatos e Centrais Sindicais das demandas do povo negro nas negociações coletivas com inclusões de cláusulas nesse sentido nas campanhas salariais.
- 6- Construção de uma agenda em curto prazo, mês de novembro, apontando uma semana da consciência negra de luta a partir dos referenciais de luta apontados nos itens acima.
- 7- Aprofundamento da discussão sobre as reparações aos povos negros e indígenas.
- 8- Implementação imediata da Lei 10639/03 – (Obrigatoriedade do ensino de História da África e do povo negro no Brasil no ensino Fundamental)
- 9- Campanha “Não gaste seu 13º em estabelecimentos que não contratam negros” . O tópico da campanha deverá ser aprimorado nas reuniões do Fórum.
- 10- Debate sobre a importância e centralidade da questão racial na construção de uma sociedade mais justa sem exploradores e explorados.

Porto Alegre, 25.10.2006.

Agenda a curto prazo.

Dia 27.10 – Pela Manhã debate sobre saúde da população negra no Hospital Cristo Redentor. Pela Manhã, tb, no Paço Municipal ato do SIMPA em defesa dos Serviços Públicos.

18h – Concentração no Quilombo dos Silva

Dia 31.10

9h.30min – Reunião Câmara de Vereadores de Porto Alegre – Quilombo dos Silva- Sobre a questão do entorno do Quilombo e o impacto da construção de condomínios de luxo sobre a sustentabilidade e sobrevivência dos Quilombolas

15h- Todos na reitoria da UFRGS com o GT de Ações Afirmativas em defesa das cotas na UFRGS.

18h – Reunião do Fórum , balanço das atividades e agenda de novembro. LOCAL . RUA DOS ANDRADAS N° 943/ 811, CENTRO, PORTO ALEGRE, RS.

ANEXO V: Letras de canções recorrentes em eventos do Movimento Negro

O Canto das três raças Clara Nunes

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativoiro
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou

Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor

ô, ô, ô, ô, ô
ô, ô, ô, ô, ô

ô, ô, ô, ô, ô
ô, ô, ô, ô, ô

E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador

Esse canto que devia
Ser um canto de alegria

Soa apenas
Como um soluçar de dor

Sorriso Negro Dona Ivone Lara

Um sorriso negro, um abraço negro
Traz....felicidade
Negro sem emprego, fica sem
sossego
Negro é a raiz da liberdade

..Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
negro é...a solidão

Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade..

Um sorriso negro!

Kizomba, festa da raça Martinho da Vila

Valeu Zumbi
O grito forte dos Palmares
Que correu terras céus e mares
Influenciando a Abolição
Zumbi valeu
Hoje a Vila é Kizomba
É batuque, canto e dança
Jogo e Maracatu
Vem menininha pra dançar o
Caxambu
Vem menininha pra dançar o
Caxambu
Ô ô nega mina
Anastácia não se deixou escravizar
Ô ô Clementina
O pagode é o partido popular
Sarcedote ergue a taça
Convocando toda a massa
Nesse evento que com graça
Gente de todas as raças
Numa mesma emoção
Esta Kizomba é nossa constituição
Esta Kizomba é nossa constituição
Que magia
Reza ageum e Orixá
Tem a força da Cultura
Tem a arte e a bravura
E um bom jogo de cintura
Faz valer seus ideais
E a beleza pura dos seus rituais
Vem a Lua de Luanda
Para iluminar a rua
Nossa sede é nossa sede
De que o Apartheid se destrua
Vem a Lua de Luanda
Para iluminar a rua
Nossa sede é nossa sede
De que o Apartheid se destrua
Valeu
Valeu Zumbi

Anexo VI Carta aprovada no Encontro da Frente de luta quilombola, negra e popular em 16 de julho de 2011.

CARTA AO POVO BRASILEIRO E AO MOVIMENTO QUILOMBOLA E SOCIAL NEGRO E SOCIAL EM DEFESA DA LUTA QUILOMBOLA E EM ESPECIAL AOS IRMÃOS QUILOMBOLAS QUE ESTARÃO NO 4º ENCONTRO DA CONAQ

AS ORGANIZAÇÕES , QUILOMBOLAS, ENTIDADES E ATIVISTAS NEGROS E SOCIAIS REUNIDOS NO ENCONTRO QUILOMBOLA NEGRO E POPULAR REALIZADO NO DIA 16 DE JULHO ÚLTIMO NO QUILOMBO DA FAMÍLIA SILVA EM PORTO ALEGRE VEM PERANTE A POPULAÇÃO E O POVO BRASILEIRO DENUNCIAR A GRAVE SITUAÇÃO DE ATAQUES AOS DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E FAZER UM CONVOCAÇÃO PARA A LUTA E ORGANIZAÇÃO.

A LUTA QUILOMBOLA É SECULAR. NÓS E O CONJUNTO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO SOMOS HERDEIROS E FAZEMOS PARTE DESSA FRENTE.

HOJE, INFORMALMENTE, SÃO MAIS DE CINCO MIL COMUNIDADES NOS MAIS VARIADOS GRAUS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PELA DEFESA DE SEUS DIREITOS E EM TODOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO.

AS REAÇÕES CONTRA ESSE PROCESSO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DO NOSSO POVO VEM MOSTRANDO A SUA FACE. A OPÇÃO DE “DESENVOLVIMENTO” OFICIAL EXCLUI A MAIOR PARTE DO POVO BRASILEIRO E ESPECIFICAMENTE POVO NEGRO E OS POVOS INDÍGENAS.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS VÊM SOFRENDO FORTE ATAQUE AOS SEUS DIREITOS NAS VÁRIAS ESFERAS DE ESTADO, COMO A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI 3239) AJUIZADA PELO DEM (DEMOCRATAS EX-PFL); O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DO DEPUTADO DO PMDB DE SANTA CATARINA (Deputado Valdir Colatto (PMDB - SC) Projeto 44/2007.

AMBOS ATAQUES, O PRIMEIRO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O SEGUNDO NO CONGRESSO NACIONAL ESTÃO NA IMINÊNCIA DE SEREM VOTADOS EM BRASÍLIA E VISAM RETIRAR A EFETIVIDADE ARTIGO 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (QUE GARANTE A TITULAÇÃO DAS TERRAS DE QUILOMBO),BEM COMO, ATACAM CONQUISTAS EXPRESSAS NO DECRETO 4887/2003 (QUE REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DOS NOSSOS TERRITÓRIOS) COM EFEITOS DEVASTADORES PARA A LUTA DA GRANDE MAIORIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

TAIS ATAQUES REFLETEM OS INTERESSES DOS GRANDES LATIFUNDIÁRIOS RURAIS

E URBANOS, GRANDES EMPREITEIRAS, EMPRESAS DE PAPEL E CELULOSE E MULTINACIONAIS CONTANDO COM CUMPLICIDADE DAS GRANDES EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO (ESCRITA E FALADA).

SÃO ESSAS PRESSÕES QUE EXPLICAM AS ALTERAÇÕES DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INCRA, PELO GOVERNO FEDERAL, BUROCRATIZANDO E RETARDANDO O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS (QUE JÁ É LENTO POIS NOS ÚLTIMOS 8 ANOS SOMENTE 15 COMUNIDADES FORAM TITULADAS) A REVELIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, O QUE GEROU A CORRETA DENÚNCIA DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO) ,POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO 169 DA OIT, POR PARTE DE VARIAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO E QUILOMBOLA OS POUQUISSIMOS RECURSOS PARA DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO E AINDA A EXTREMAMENTE BAIXA EXECUTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA DESSES RECURSOS, NÃO ATINGINDO EM MÉDIA 10% DOS RECURSOS PREVISTOS.

SOMA-SE A ESSA SITUAÇÃO OS ASSASSINATOS E AMEAÇAS DE MORTE Á VÁRIAS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS, ATIVISTAS SOCIAIS E LUTADORES(AS).

ESTAMOS RESISTINDO COMO DEMONSTRAM AS MOBILIZAÇÕES RECENTES NO MARANHÃO, BAHIA, SÃO PAULO, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL E ALERTAMOS QUE O MOMENTO É DE UNIDADE E VIMOS A PÚBLICO DENUNCIAR TODOS AQUELES QUE PROCURAM ISOLAR O MOVIMENTO QUILOMBOLA DO CONJUNTO DO MOVIMENTO NEGRO E SOCIAL.

NO MOMENTO EM QUE SE APROXIMA O 4º ENCONTRO DA CONAQ FAZEMOS UM ALERTA E UM CHAMADO ESPECIAL AOS QUILOMBOLAS PRESENTES NO QUARTO ENCONTRO QUE SERÁ REALIZADO NO RIO DE JANEIRO DE 03 A 07 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO PARA NOS MOBILIZARMOS PARA BARRARMOS ESSES ATAQUES E GARANTIRMOS NOSSAS VIDAS E NOSSOS DIREITOS.

A DERROTA DOS QUILOMBOLAS SIGNIFICARÁ UM RETROCESSO DE CONJUNTO NAS LUTAS SOCIAIS NO PAIS E CONQUISTAS DO POVO NEGRO.

NESSE SENTIDO CONVOCAMOS A TODOS(AS) PARA:

1- MARCHA QUILOMBOLA NEGRA E POPULAR SOBRE BRASÍLIA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2011 , CONTRA A ADI 3239 DO DEM, CONTRA O PDL- 44/2007 DO DEPUTADO VALDIR COLLATO DO PMDB DE SC. DENUNCIANDO O RACISMO INSTITUCIONAL OS ASSASSINATOS E AMEAÇAS DE MORTE , O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA E EXIGINDO REPARAÇÃO PELOS CRIMES DE LESA HUMANIDADE COMETIDOS CONTRA O NOSSO POVO, DENUNCIANDO OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS PARA A ÁREA SOCIAL A BAIXA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXIGINDO A TITULAÇÃO E RECURSOS PARA SUSTENTABILIDADE DE NOSSAS COMUNIDADES.

2- CONSTRUÇÃO DE COMITES AMPLOS NOS ESTADOS EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS

QUILOMBOLAS PELA DEFESA DA TITULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E CONTRA A ADI- 3239 DO DEM E O PDL 44/2007 DO DEPUTADO VALDIR COLLATO DE DO PMDDB DE SANTA CATARINA INDICANDO O DIA 16 DE AGOSTO PARA LANÇAMENTO DOS REFERIDOS COMITES.

3-DENUNCIAR OS ASSASSINATOS DE QUILOMBOLAS E AMEAÇAS DE MORTE EXIGINDO GARANTIAS DO ESTADO PARA SEGURANÇA DAS COMUNIDADES, PUNIÇÃO E PRISÃO PARA OS ASSASSINOS E MANDANTES E REPARAÇÃO PARA AS FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS.

4-PELA CONSTRUÇÃO DE UM VINTE DE NOVEMBRO UNIFICADO NACIONALMENTE COM EIXO NA DEFESA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, CONTRA O GENOCÍDIO DE NOSSA JUVENTUDE E EM DEFESA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E CONTRA A HOMOFOBIA E PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA EXIGINDO REPARAÇÃO AO NOSSO POVO PELOS CRIMES DE LESA HUMANIDADE COMETIDOS AO LONGO DE 511 ANOS DE HISTÓRIA DO NOSSO PAÍS.

PELA TITULAÇÃO IMEDIATA E SUSTENTABILIDADE DAS TERRAS QUILOMBOLAS .

BASTA DE RACISMO E ASSASSINATOS

REPARAÇÃO JÁ.

QUILOMBOLAS QUE COMPÕEM A FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS;

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.

MNU;

QUILOMBO RAÇA E CLASSE CSP-CONLUTAS;

FRENTE DE LUTA QUILOMBOLA NEGRA E POPULAR DE PORTO ALEGRE.

REDE QUILOMBOS DO SUL.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS E TELEGRAFOS DO RIO GRANDE DO SUL.

AGB PORTO ALEGRE.

MR- (MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO)

Anexo VII Letra Samba Enredo “Tributo a Paz” de Zilah Machado

AS MULHERES PODEM

TRIBUTO À PAZ Zilah Machado

Carnaval com alegria e respeito.

Você sabia que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil?

Junte-se às pessoas que querem dar um ponto final na violência contra as mulheres e meninas.

Viemos aqui para saudar as mulheres guerreiras que lutam pela paz. Oriente médio está em guerra. Mulçumanas, africanas defendendo seus direitos. As colombianas entram na guerra para salvar o seu povo da corrupção.

Gaúchas, baianas, mulheres de sangue quente que não temem lutar por um Brasil melhor.

Aí chegou a globalização prometendo findar a miséria mundial ainda tem gente morrendo de fome e no asfalto, caídos, pedindo socorro vamos dar as mãos, meus irmãos. Acabar com a mentira e lutar pela verdade.

Palavras, promessas já não enganam mais. Vamos unidas lutar pela paz. Queremos Paz.

Coordenação nacional:

REDE Feminista DE SAÚDE
REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

Coordenação regional:

Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, ROLAMUC

Apoio:

Oxfam

Coordenação local:
ACCAT
 Associação Comunitária do Campo da Tuca
Themis
 Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
Maria Mulher
 Organização de mulheres negras
Coletivo Feminino Plural

Coletivo Feminino Plural

rede de homens pela equidade de gênero

RHEG
rede de homens pela equidade de gênero

FÓRUM MUNICIPAL DA MULHER
PEREIRA NEVES

Anexo VIII Cartaz Seminário do MNU/RS Secon 2011



15/11/2011

13h30min – Abertura

Saudações aos Orixás - Iyalorixá Carmem de Iyansa Adjenan

13h40min – Mesa de Abertura - O Jovem Negro no Uso de Álcool e Drogas

MNU/RS, SINDSPREV, RENAFRO, ACBANTU, GAB. POVO NEGRO PMPA, COPIR/RS

14h10min – Mesa nº 01 – Experiências Exitosas de Recuperação do Usuário (a).

Depoimentos: Mano Oxi – Nação Hip Hop Brasil

Programa de Narcóticos Anônimos

DENARC Previne

Ação de Rua

16h – Coffee Break - Apresentação Cultural

16h15min - Mesa nº 02 – Inclusão do Jovem Negro, Reintegrando a Sociedade Através da Ação dos Terreiros

Debatedores: Baba Xandeco de Xango – Associação Clara Nunes

Iyalorixa Vera de Oiyá Laja - FORMA

Iyalorixá Carmem de Iyansa Adjenan – Carazinho

17h30min. – Mesa nº 03 - Políticas Governamentais no Combate ao Uso de Álcool e Drogas

Palestrantes: Rep. Departamento de Ações em Saúde Mental - Secretaria Estadual de Saúde.

Major Paulo Cesar Franquelin Pereira – Brigada Militar - Assessor de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

18:10 - Encaminhamentos Finais

Parceiros:



ACBANTU
BAHIA

NAÇÃO HIP
HOP BRASIL

Anexo IX Composições do I Festival Africanamente de musica de Capoeira Angola

Ladainha

Falo de Africanamente
Autor: Adriano Luz

Desde quando aqui cheguei (2x)
Fiquei muito admirado
Com a luta desse povo
Mais que povo revoltado

Revoltado com a maldade
Com a discriminação
Desigualdade e injustiça
Com que foi a escravidão

Mais um ano se passou
E a revolta continuado
Revolta dos capoeira
de atitude e meia-lua

Falo de Africanamente (2x)
Venho parabenizar
Mais um ano de existência
Nós vamos comemorar

Nessa escola que preserva
A memória ancestral
E mestres de capoeira
Tem um lugar especialmente

Obrigado o mestre Guto
Por ter feito a fundação
Desse espaço de cultura
Onde hoje dá lição
Ensinando a capoeira
Camarada
Para mim e outros irmãos

Oxalá.....

Corrido

Vem seja bem vindo
Autor: Adriano Luz

Vem seja bem vindo
Se quiser jogar

ESSA É A NOSSA ESCOLA
VENHA VAMOS JOGAR

Vem seja bem vindo
Se quiser jogar

SETE ANOS DE HISTORIA
OI VAMOS COMEMORAR

Vem seja bem vindo
Se quiser jogar

AFRICANAMENTE ÔÔÔ
SEM MISERIO BORA-LÁ

Vem seja bem vindo
se quiser jogar

O JOGO DE ANGOLA
NÓS VIEMOS PRESERVAR

Ladainha

Hora de Acordar

Autor: Bidu

Passado mais de cem anos
 que aboliram a escravidão
 E hoje vejo vários manis
 que ainda vivem na prisão
 Foram postas as correntes
 Vê se para pra pensar
 Dentro de suas próprias mentes
 É hora de acordar
 Ver que nasce um novo dia
 E que o verdadeiro herói
 Vive o seu dia a dia
 E o mau não lhe corrói
 “Iê viva meu Deus...”

Agradeço a meu Deus
 a meu mestre e meus irmãos
 Por toda essa energia
 que me dá inspiração
 Pra fazer esta canção
 Que você está ouvindo
 Transmitir essa alegria
 E poder te ver sorrindo
 Seja na Osvaldo Aranha
 Baltazar, Assis Brasil
 Qualquer canto da cidade
 Angola é afro é Brasil
 “Iê viva meu deus...”

Será mito ou verdadeiro
 Que Zumbi você matou
 Pois o Africa na Mente
 De outro jeito me ensinou
 Que aqui em Porto Alegre
 Um quilombo se formou
 Posso ouvir o berimbau
 Atabaque e agogô
 São sinais de um novo tempo
 Não tem como reverter
 Hoje o que você plantou
 Amanhã irá colher
 “Iê viva meu Deus...”

Pode parecer bobagem
 Essa ginga mandingada
 Mas é a cultura afro
 Ensinando a gurizada
 Liberdade de expressão
 Formação de cidadão
 Com amor se vence a guerra
 E não com a arma na mão
 Não importa a sua cor
 Sua classe social
 Pois diante do bom deus
 Todo o ser humano é igual
 “Iê viva meu Deus...”

Ladainha

Autora: Cintia

Certa vez me perguntaram
 Certa vez me perguntaram
 Por que capoeira angola?
 E eu respondi
 Angola corre em minhas veias
 A angola é muito mais
 Muito mais que movimento
 Traz muita reflexão e também questionamento
 Faz um resgate da história
 Faz o resgate da cultura
 Relembrar trejeitos de meu povo
 Mas também a vida dura

A angola é resistência
 Do pensar e do meu corpo
 Ensina a sustentar ideias
 Ensina a sustentar meu corpo
 Vem pra sustentar minha história
 Que não contam nas escolas
 Vem pra sustentar a luta
 E pra relembrar as glórias
 Iê! Que vai fazer
 Com o que vê hoje
 Com o que aprender
 Na capoeira
 É pra transformar
 Pra libertar
 Então vamos embora
 Joga e luta

Ladainha

Autor: Edson Silva

Eu estou muito feliz
 Por poder homenagear
 O Africanamente escola de capoeira
 Capoeira de Angola
 Angola do sul do Brasil
 Salve Guto Obafemi
 Mestre igual tu nunca vi
 Sete anos de resistência
 Contra as formas de opressão
 Essa escola é cem por cento
 Cultura Afro meu irmão
 Rebeldia e respeito
 Amor, fé e liberdade
 Eis alguns de nossos valores
 Olhe aí fique a vontade
 Mas veja bem não vem no olho
 Pisa manso, pisa maneiro
 Porque o Africanamente
 É escola de mandigueiro
 A amizade prevalece
 Fortalece a união
 Tenha a Africanamente
 Tenha a Africa no coração

Ladainha

Autor: Fabio

IÊ!!

Vou dizer umas palavras
Posso ate desafinar
Com paciência e muita luta
Mas um dia eu chego lá
Minha capoeira estava muda
E mestre Guto fez falar
Conheci mestres antigos
E outros novos se formar
Canta velho, canta novo
Eu também quero cantar
Registrar esse momento
Nessa beleza de lugar
Tem seus pensadores na parede
E também dos orixás
As portas estão sempre abertas
E só saber respeitar
Muita luta e suor
Pra esse espaço conquistar
Sete anos se passaram
Agora vamos festejar
Na roda de capoeira
Vamos todos vadiar

Corrido

Autor: Fabio

Descendente de Luanda
Descendente de Angola
Eu sou mandigueiro quilombola
Eu sou descendente quilombola
Eu sou guerreiro quilombola

Ladainha

Autora: Inez

Vou fazer uma homenagem (2x)
Ao povo negro brasileiro
No jogo de capoeira
Com berimbau pandeiro

Com exemplo de Zumbi
Guerreiro da liberdade
Vamos erguer nossa bandeira
Gritando dignidade

No jogo de capoeira
Exalto nossa virtude
Em defesa da memória
Da cultura e da história
Faz o negro ter orgulho
E afirmar sua negritude

Aqui no Africanamente (2x)
A rebeldia ainda está viva
Com a energia de Zumbi
Lutador negro guerreiro
Do quilombo dos Palmares
Aqui jogam seus herdeiros

Ladainha

Autor: Lessandro Koyadê

Que saudade que eu tenho
Oi agora eu vou cantar
Quando eu chego nesta roda
Dá vontade de jogar

Eu me lembro do passado
E de quem me ensinou
Parabéns professor Guto
Que nunca se cansou

Sete anos se passaram
E mais sete vão chegar
Sempre junto com os guerreiros
Pra lutar e continuar

Exaltar a capoeira, exaltar a negritude
Que proteja, essa roda com saúde e muita paz

Louvação....

Corrido

Autora: Inez

MUITA GENTE AINDA NÃO SABE
MUITA GENTE NÃO CONHECE

Que se joga capoeira
E é Angola em Porto Alegre

CORO

Que o Africanamente
A capoeira fortalece

CORO

Que os gaúchos também gostam
De capoeira angola

CORO

Que capoeira angola
É resistência negra em Porto Alegre

CORO

Corrido

Autor: Lessandro Koyadê

Africanamente e no coração (coro)
Capoeira angola não dá golpe em vão
Africanamente e no coração (coro)
Capoeira angola não dá golpe em vão
Africanamente e no coração (coro)
[....]

Ladainha

Autor: Maskote

No toque do berimbau (2x)
 Me transporto para lá
 Com a Africanamente
 Eu pude até sonhar
 Com a África que tem savana
 A zebra e o N'Golo
 Aqui tem mata fechada
 Quilombos e capoeira

No toque do berimbau
 Capoeira me chamou
 Uma roda animada
 Muita gente prestigiou
 Na usina do gasômetro
 Eu fui ver o por do sol
 O vento bateu mais forte
 E algo me encantou
 Era o Africanamente
 Uma escola de valor

Tava lá o mestre Guto
 Demonstrando seu valor
 Os anos estão passando
 Sempre a nos fortalecer
 Se vier a Porto Alegre
 Você também pode aprender
 Camaradinha [...]

Ladainha

Autora: Viviane Malheiros

Iê!
 São sete anos de escola
 Vim aqui para louvar
 Também vim pedir licença
 A todos os orixás
 Capoeira de Angola
 Vamos todos celebrar
 É no Africanamente
 E o Guto Obafemi
 Tudo que ele me ensinar
 Eu vou aprender aqui
 E as mulheres dessa casa
 Eu também quero louvar
 Fazem o Adão, Adão
 Que tem muito pra contar
 Que a mulher é uma guerreira
 Disso sempre eu vou lembrar
 Camaradinha [...]

Anexo X Cartaz e programação do XVIII R'Gongo - “Obirìn Àgbà” A força da mulher Negra

Programação

Dia	Atividades
10/05 Terça-feira	<p>19:00 Abertura Oficial do evento - apresentação da temática</p> <p>20:00 bate papo - A mulher Negra e seu protagonismo –Sustentabilidade e Geração de Renda</p> <p>Presença da Secretária de Políticas para Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretária Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre</p> <p>21:00 Ajeum</p>
11/05 Quarta-feira	<p>19:00 Atividade Interna</p>
12/05 Quinta-feira	<p>19:00 Bate papo - A saúde da mulher negra (pré-natal), doenças infecciosas e étnicas, HIV e AIDS e Hepatites Virais)</p> <p>Presença da Secretária de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Secretária Municipal de Saúde de Porto Alegre e Fórum das pessoas vivendo com AIDS.</p> <p>20:30 Projeto Ori Inú Enian – juventude do terreiro</p> <p>21:00 Ajeum</p>
13/05 Sexta-feira	<p>19:00 Bate papo – Adão, adão cadê Salomé – a feminilização da capoeira</p> <p>20:00 Roda de capoeira e Samba de Roda – comemoração aos 10 anos do Africanamente</p> <p>21:00 Ajeum</p>
14/05 Sábado	<p>13:00 Almoço - Tradicional Muqueca</p> <p>15:30 Teatro</p> <p>16:00 Música - Samba de Caboclo – Grupo Quilariô</p> <p>17:30 Vídeo - Didá Ará - I Encontro Nacional de Tradições de Matriz Africana e Saúde RENAFROSAUDE RS</p> <p>18:00 Sessão de Pretos e Pretas Velhas - apresentações artísticas (Reisado R'Gongo, orixás regentes do ano, dança, capoeira angola e Coral do CECUNE)</p> <p>22:00 Ajeum</p>
	<p>Durante todos os dias haverá a tradicional feira de empreendedorismo negro, inclusive sábado</p>

